

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Adoção homoparental e diferença sexual

Érica Silva do Espírito Santo

Belo Horizonte
2014

Érica Silva do Espírito Santo

Adoção homoparental e diferença sexual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração em Estudos Psicanalíticos.

Orientador: Guilherme Massara Rocha

Belo Horizonte
2014

Érica Silva do Espírito Santo

Adoção homoparental e diferença sexual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em _____, pela Banca Examinadora composta por

Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha (UFMG) / Orientador

Prof. Dr. Edmundo Narracini Gasparini (UFSJ)

Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro (UFMG)

*“They say an end can be a start.”
Dizem que o fim pode ser um começo.
Um recomeço.
Um renascimento.*

Dedico esse trabalho a todas as famílias que renascem e aos Renatos!

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Guilherme Massara Rocha, pela orientação, pela inspiração, pelo carinho e motivação para realizar este trabalho. E, principalmente, por me possibilitar desenvolver essa pesquisa sobre esse tema, tão importante e delicado, em um espaço tão privilegiado e querido quanto é a FAFICH.

A CAPES e ao Programa de Pós-Graduação da UFMG.

Agradeço a todos da COFA-Cognac, que me adotaram e me permitiram entrar no mundo da adoção. Especialmente ao Jean-Marie Bremaud e Marisa Maia Drumond. E a todas as famílias adotivas com as quais tive oportunidade de trabalhar.

Aos professores do departamento de psicologia da UFMG, especialmente ao Paulo Ribeiro, Antônio Teixeira e Fábio Belo. Que, cada um a seu modo, me incentivaram a fazer essa pesquisa. Aos membros da banca de qualificação, Edmundo Gasparini e Paulo César de Carvalho Ribeiro, pela leitura e colaborações.

Agradeço à Riva Satovchi Shwartzman e Ana Cecília Carvalho, eternas professoras, mentoras intelectuais e inspirações na minha vida, por me ajudarem a enxergar meu próprio caminho, meus próprios pés e caminhar.

Agradeço aos membros, colegas e amigos do NPPI (Núcleo de Psicanálise e Práticas Institucionais), da ASPEMED e da AMPARE.

Agradeço aos colegas queridos dessa turma de mestrado e aos amigos queridos da psicologia. Especialmente aos Ridículos, que tornaram o percurso bem mais divertido.

Agradecimento especial a Rosana Silva do Espírito Santo, José Sinval do Espírito Santo, Rafaela Rodrigues, Marina França, Luciana Torquato, Glauco Batista e Marcus Vinícius Silva, pela ajuda, pelas leituras e pitacos preciosos!

Agradeço ao apoio da minha família que consegue ser ao mesmo tempo biológica, adotiva e recomposta, porque o que nos uniu inicialmente foram os laços de sangue, mas o que nos faz permanecer unidos é nos adotarmos todos os dias: mamãe, Dani(s), Poli e Val. Ao meu querido mascotinho Marcello, que chegou no meio desse furacão pra fazer tudo valer ainda mais a pena.

Ao meu pai e sua nova família, que recentemente percebi que também pode ser minha.

Agradeço a cada amiga e amigo, queridos meus: antigos e recém-chegados!

A cada leitor desse trabalho, agradeço. Pois há um pedaço meu aqui.



*Ê, vida, vida, que amor, brincadeira, à vera
Eles amaram de qualquer maneira, à vera
Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor vale amar.**

Resumo

A família e suas transformações, assim como as conquistas de direitos pelos homossexuais, trouxe à tona uma questão polêmica: a homoparentalidade. A possibilidade de reconhecer como arranjo familiar com plenos direitos a família homoparental e, a partir disso, ser concedida a adoção de crianças por essa configuração familiar é o motor desse trabalho. A partir dessa nova realidade, nos perguntamos o que a psicanálise poderia esclarecer sobre esse tema. Assim, esse trabalho consiste em quatro etapas: considerações sobre adoção, família e homossexualidade; revisão de alguns textos freudianos que tratam sobre diferença sexual, a fim de esclarecer como a psicanálise clássica tratou sobre a noção dessa diferença; introdução a Robert Stoller e constituição da identidade de gênero, buscando um contraponto às ideias psicanalíticas clássicas; finalmente, revisão de pesquisas empíricas sobre homoparentalidade e considerações sobre a adoção homoparental. A família homoparental já existia, a novidade é o reconhecimento legal e a possibilidade de garantia de direitos equivalente a família tradicional heterossexual. O sexo anatômico dos pais vem à tona e fica evidente a necessidade de desnatularizar a relação entre funções parentais e sexo dos pais, no sentido que essas funções paternas e maternas podem ser plenamente exercidas independente do sexo e gênero de quem realiza essas funções. A família homoparental, assim como qualquer família, não tem seu sucesso ou fracasso garantido *a priori*. A família adotiva homoparental é uma realidade e mostra que essa configuração, embora reconhecida apenas recentemente, é um dos diversos avatares através dos quais a família se apresenta.

Palavras chave: Homoparentalidade, Diferença sexual, Adoção.

Abstract

The family and its transformations, as well as the rights conquered/achieved by the homosexuals/gays, brought to light/brought up a controversial question: the homoparentality. The possibility to acknowledge the homoparental family as a fully powered familiar formation and, from that, the adoption of children be granted is the core of this piece of work. Starting from this new reality, a question should be posed on what psychoanalysis could clarify on the topic. Thus, this piece of work consists of four steps: general considerations about adoption, family and homoparentality; some freudian texts readings that deal with sexual difference in order to clarify how classic psychoanalysis viewed the notion of such difference; introduction to Robert Stoller and gender identity constitutions, in a way so as to seek a counterpoint to classic psychoanalytical ideas; finally, study of empirical research on homoparentality and some considerations on homoparental adoption. The homoparental family has existed, the new aspect is the legal acknowledgment and the possibility of ensuring equivalent rights as the ones assured to heterosexual traditional family. The parents anatomic sex comes to light and the need to denaturalize the relation among parental functions and parents sex becomes evident in the sense that both motherly and fatherly functions can be fully performed regardless of either sex or gender from whom performs such functions. The homoparental family, as well as any other family, has no *a priori* success or failure guarantee. The adoptive homoparental family is a reality and it shows that such family possibility, although very recently acknowledged, is one of the avatars through which the family is introduced.

Key words: Homoparentality, sexual difference, adoption.

Résumé

La famille et ses transformations, ainsi que les conquêtes de droits par les homosexuels, ont soulevé une question polémique: l'homoparentalité. La possibilité de reconnaître la famille homoparentale comme un arrangement familial et, à partir de cela, la concession à cette configuration familiale de l'adoption d'enfants sont le moteur de ce travail. À partir de cette nouvelle réalité, nous nous demandons ce que la psychanalyse pourrait éclaircir sur ce thème. Ainsi, ce travail se compose de quatre étapes: des considérations sur l'adoption, la famille et l'homosexualité ; une révision de quelques textes freudiens qui abordent la différence sexuelle, dans le but de clarifier la façon dont la psychanalyse classique a traité la notion de cette différence; une introduction à Robert Stoller et à la constitution de l'identité de genre, en cherchant un contrepoint aux idées psychanalytiques classiques ; et, finalement, une révision des recherches empiriques sur l'homoparentalité et des considérations sur l'adoption homoparentale. La famille homoparentale existait déjà, la nouveauté est la reconnaissance légale et la possibilité de garantie de droits équivalents à ceux de la famille hétérosexuelle traditionnelle. Le sexe anatomique des parents est mis en évidence et surgit la nécessité de dénaturer le lien entre la fonction et le sexe des parents, dans le sens où ces fonctions paternelles et maternelles peuvent être pleinement exercées indépendamment du sexe et du genre de la personne qui réalise ces fonctions. La famille homoparentale, comme toute famille, n'a pas son succès ou échec garanti *a priori*. La famille adoptive homoparentale est une réalité et montre que cette possibilité de famille, bien que reconnue seulement récemment, est l'un des nombreux avatars à travers laquelle la famille se présente.

Mots-clés: Homoparentalité, Différence sexuelle, Adoption.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 Família, Adoção e Homoparentalidade	14
1.1 Conceito de família e novas configurações	14
1.2 Adoção, nova lei brasileira e a criança no Brasil.....	17
1.3 O caminho da homoparentalidade	19
1.3.1 Homossexualismo x Homossexualidade.....	22
1.3.2 Conjugalidade e Parentalidade.....	23
1.3.3 Discussões do PaCS: da tolerância ao reconhecimento	24
1.3.4 Além do PaCS: o “marriage pour tous” e o casamento igualitário no Brasil	25
1.4 Tabu da homossexualidade e a família invisível: a novidade é o reconhecimento	26
1.4.1 O tabu da homossexualidade e a família invisível	26
1.4.2 A regra oral ou regra não escrita	29
1.4.3 A família invisível de Ana Freud	30
Capítulo 2 Psicanálise e a Diferença Sexual	33
2.1 Inventando o sexo	33
2.2 A diferença sexual em Freud	36
2.2.1 A organização genital infantil: o genital é o falo	37
2.2.2 A dissolução do complexo de Édipo	41
2.2.3 Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos	45
2.2.4 Sobre a sexualidade feminina e feminilidade: os artigos dos anos 1930	47
2.2.4.1 Conferência sobre feminilidade de 1933	52
2.3 Discussão	56
Capítulo 3 Stoller e a Identidade de Gênero	58
3.1 Sobre o termo identidade	58
3.1.1 Notas sobre a identificação	59
3.2 Robert Stoller e a identidade de gênero	62

3.2.1 Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero	63
3.2.2 Origens da masculinidade e função materna (ou papel da mãe)	67
3.2.3 Identidade de gênero nuclear	68
3.2.4 Teoria de gênero clássica e teoria de gênero, segundo Stoller	69
3.2.5 A conquista da masculinidade e a profeminilidade	70
3.2.6 Outros autores comentam Stoller	73
3.2.7 Feminilidade para Freud, feminilidade para Stoller	74
3.3 Discussão	76
Capítulo 4 Sobre Homoparentalidade	79
4.1 Zambrano e a grande pesquisa brasileira	80
4.1.1 A pesquisa empírica de Zambrano	82
4.2 Adoção por casais do mesmo sexo: um estudo belga	83
4.3 Um estudo francês feito com 58 crianças criadas por pais homossexuais ...	84
4.4 Adoção tardia, internacional e homoparental	85
4.4.1 Da separação à adoção	87
4.4.2 Notas sobre adoção: a fase preparatória, o primeiro encontro e o estágio de convivência	88
4.4.3 O nascimento no primeiro encontro, momento fundador da filiação	90
4.4.4 O decorrer do estágio de convivência	91
Conclusões finais	94
Referências	101

Introdução

No início de 2012, começamos a dar corpo a um projeto de mestrado cujo interesse principal era discutir teoricamente questões levantadas a partir da configuração homoparental de uma família adotiva. E nossa perspectiva de estudo seria a constituição da identidade sexual de crianças criadas nesse meio, convivendo e sendo educadas por pais ou mães do mesmo sexo anatômico e homossexuais. Diante dessa proposta de estudo e após alguns meses de trabalho, temos hoje diante de nós bem melhor apresentada a pergunta orientadora dessa pesquisa: o que tem a psicanálise a dizer sobre a constituição subjetiva de crianças que crescem na configuração homoparental?

Antes de trazer a discussão para um âmbito mais psicanalítico, gostaríamos de contextualizar sobre o tema da pesquisa, a homoparentalidade, pois este tema vem sendo abordado de forma cada vez mais frequente e, presenciamos, ao longo desses dois anos de pesquisa, mudanças radicais no cenário. O que no início surgiu a partir de uma brecha na lei de adoção, hoje, 2014, foi aprovado em muitos países, principalmente do mundo ocidental. O casamento de homossexuais foi reconhecido e, junto com o casamento, a família homoparental com filhos!

A origem do interesse dessa pesquisa surgiu com o trabalho realizado junto à COFA-Cognac¹ com adoção de crianças brasileiras por famílias francesas. Essa associação francesa existe há mais de 80 anos e trabalha com adoção de crianças brasileiras desde 1980. A partir de 2010, começaram a aparecer casais homossexuais interessados em adotar crianças através da associação. Diante da falta de justificativas contrárias à adoção de crianças por casais homossexuais, a COFA-Cognac decidiu realizar a primeira adoção homoparental, em 2010. Desde então, surgiu o desejo de pesquisar sobre o tema da homoparentalidade e, mais especificamente, sobre adoção homoparental.

Consideramos o tema abrangente, pois repousa sobre diversas áreas de saber, além de convocar revisões acerca de pontos que anteriormente poderiam ser considerados como esclarecidos. O que temos aqui é um primeiro passo, um início de trabalho sobre o tema e apresentamos o fruto desse começo.

¹ *Confédération Française pour l'Adoption*, comitê de Cognac.

Um dos pontos de amparo deste trabalho vem sendo a interlocução com a discussão francesa que iniciou com o PaCS², seguiu com a proposta do parlamento francês de abrir o casamento e a adoção aos homossexuais e continua em debate a partir da aprovação do governo Francês, em abril de 2013, que autoriza tanto o casamento *gay* quanto a adoção de crianças por casais homossexuais. Temos na França aqueles que defendem o “casamento para todos”³ e aqueles que são contra, que dizem que o casamento *gay* é uma ameaça para o casamento e para a família.

Assistimos todos os dias notícias dessa discussão sobre a homoparentalidade em todo o mundo. Os meios de comunicação, dos mais sérios e comprometidos aos duvidosos, trazem constantemente a discussão de como os países, sobretudo do mundo ocidental, colocam-se diante da questão homoparental. Nessas notícias temos posicionamento da população, de políticos, de religiosos como o Papa Bento XVI e atual Papa Francisco, de evangélicos, de sociólogos, antropólogos, psiquiatras, advogados e psicólogos. Todas as áreas de saber são convocadas a se posicionar. Em todas temos posicionamentos controversos. Assim, acreditamos que a psicanálise deve se posicionar, mas, inevitavelmente, também com bastante controvérsia.

Para pensarmos como a psicanálise pode se colocar diante da homoparentalidade, devemos considerar que ela foi constituída em um tempo em que a homoparentalidade, ao menos sua legitimidade, não poderia ser sequer imaginada. A psicanálise foi constituída num tempo e num lugar, e tem em seus alicerces uma estrutura aparentemente formal de família. O que não a impediu de sobreviver até os dias de hoje em que a família vem sofrendo tamanhas transformações. Há algo que desloca o modelo de família, da família tradicional para os múltiplos avatares⁴ contemporâneos: famílias adotivas, recompostas, monoparentais e artificiais. E isso que desloca a própria estrutura e conceito de família deve, obrigatoriamente, deslocar uma teoria que tem como um de seus alicerces tudo que participa de uma constituição subjetiva. Não é a homoparentalidade a responsável pelas transformações da família, mas as mudanças no cenário familiar que tornam possível a legitimação também dessa configuração familiar.

²Pacto Civil de Solidariedade que entrou em vigor em 1999 e permite que casais (homossexuais ou heterossexuais) legalizem sua união, mas não supõe a adoção de crianças ou procriação medicamente assistida. (BORRILLO, FASSIN, IACUB, 1999)

³ Na França, Marriage pour Tous.

⁴ Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009), a palavra “avatar” se refere a “reencarnação de um deus, e, especialmente no hinduísmo, reencarnação do deus Vixnu”. Assim como as diversas formas que toma o deus Vixnu, a família é encarnada a partir de diferentes avatares, sendo a família nuclear burguesa uma dessas formas, mas não a única.

Assim como a psicanálise foi capaz de se adaptar às mudanças sofridas pela família, podemos também acreditar que ela seja capaz de nos amparar para essa discussão, mesmo que para isso tenhamos que tocar em pontos que Freud não tocou diretamente, ou mesmo utilizar autores que foram além da teoria freudiana.

O tema que trabalhamos é extremamente amplo, o que por vezes dificulta o recorte que possibilite trabalhar questões específicas. Portanto, o primeiro capítulo será utilizado para levantar pontos diversos do tema em questão. Tais como família, adoção, discussões sobre casamento, conjugalidade, parentalidade, homossexualidade e o caminho da homoparentalidade.

O capítulo 2 trata mais especificamente da diferença sexual na psicanálise freudiana. Para tanto, utilizamos alguns textos clássicos de Freud que tratam diretamente sobre o tema da diferença sexual. Através desses textos poderemos perceber concepções freudianas da diferença sexual tanto nos pontos esclarecedores, quanto em momentos em que não há tanta clareza.

Já no capítulo 3, trabalhamos a noção de identidade de gênero em Stoller, e sua interlocução com o que foi visto no capítulo anterior em Freud. Esse dois capítulos representam o miolo da dissertação e foram construídos para amparar a discussão sobre construção tanto da noção de diferença nas origens da psicanálise, quanto um desdobramento possível, mais contemporâneo, da teoria clássica psicanalítica. Veremos que a discussão que inicialmente se apresenta sobre a constituição de diferença nos filhos, acaba recaindo também sobre a importância, ou não, da anatomia genital do sexo dos pais.

Finalmente, no capítulo 4, apresentamos pesquisas empíricas sobre a homoparentalidade, junto com aspectos importantes sobre a adoção tardia internacional e homoparental.

1 Família, Adoção e Homoparentalidade

1.1 Conceito de família e novas configurações

A palavra família é de uso um tanto comum, e se refere a um tipo de realidade tão ligada a experiência cotidiana, que poder-se-ia pensar que este trabalho se trata de uma situação simples. Sem dúvida, sucede que os antropólogos pertencem a uma estranha espécie: gostam de converter o “familiar” em misterioso e complicado. (Lévi-Strauss, 1986, p. 07)⁵

A princípio, parece simples definir o que é uma família. E julgamos essa definição necessária por tratarmos aqui do que significa família no contexto contemporâneo. A citação acima é de um texto de 1986. Pois então, será que atualmente essas definições ficaram mais fáceis, mais simples e claras?

A literatura das ciências sociais sobre família – que recebeu grande impulso a partir da segunda metade da década de 1970 – tem demarcado, teórica e empiricamente, a diversidade das estruturas e configurações familiares na passagem do século XX, demonstrando a imensa plasticidade dos grupos domésticos e as múltiplas possibilidades de organização da reprodução biológica e social em uma mesma sociedade. (Mello, 2005, p.29)

Parece que a definição de família, ou a busca de um modelo familiar, é tão cambiante quanto a própria transformação social. O mundo muda e a família muda. Embora haja sempre uma procura, ou mesmo uma ilusão, de que há uma maneira correta de ser e de criar as novas gerações, a verdade é que essa definição não é simples. Afinal parece que existem modelos de família tanto quanto existem famílias.

“As famílias felizes são todas iguais, as infelizes o são cada uma ao seu modo”, frase que inicia o romance “Anna Karenina”, de Liev Tolstoi, famosa e muito citada, traz em si um pouco do que percebemos em relação a uma tentativa de estabelecer um modelo de constituição familiar como uma espécie de garantia de sucesso. Trataremos aqui de pensar sobre as diferenças entre as famílias, sobre o conceito de família e as mudanças que tem sofrido e, principalmente, sobre os pontos em que as famílias das quais pensamos são diferentes, mas não necessariamente infelizes.

Entendemos que aquilo que pretende estabelecer os padrões de família de acordo com certo modelo tido como correto e tradicional não exclui apenas a família

⁵ Tradução da autora.

homoparental, mas exclui todas as famílias “diferentes”, “infelizes” ou as que o são “cada uma a seu modo”.

Vamos nos lembrar de que quando Freud começou a escutar o sintoma e o sofrimento das histéricas, quando começou a perceber as inibições tremendas dos obsessivos, quando começou a se dar conta de que o superego não forma necessariamente sujeitos morais – pode conduzir, por exemplo, delinquentes por sentimento de culpa – quero dizer, quando Freud percebeu a enorme quantidade de manifestações de sofrimento psíquico, de desajuste emocional, de mal-estar, etc., a família nuclear burguesa estava em pleno apogeu. Nada mais estruturado do que a família vitoriana do final do século XIX, quando Freud descobriu o sintoma neurótico e inventou a psicanálise. (...) Assim, precisamos começar desidealizando a tal família estável e estruturada como lugar que produz conforto psíquico e boa formação para as crianças. (Kehl, 2001, pp. 31-32)

É tão importante diminuir a idealização da família estável e tradicional, quanto reconhecer a diversidade de possibilidades de constituição familiar no sentido das construções dos laços de filiação. Esses laços são completamente desnaturalizados quando se leva em conta uma adoção bem sucedida, em que, na maior parte dos casos, a filiação ocorre sem que haja qualquer ligação sanguínea ou biológica. Assim como é importante, também, que se perceba ou se reconheça essa desnaturalização em relação ao sexo e gênero dos pais/mães e a relação do sexo e gênero com os papéis que desempenham nessa filiação.

Segundo Osório (1996), “efetivamente a igualdade de direitos, deveres e opções entre os sexos é a pedra de toque das transformações por que passa a família contemporânea e se projeta no futuro sobre a forma de um novo padrão relacional entre homem e mulher” (p. 58). Há algo que desloca o modelo de família, da família tradicional para os múltiplos avatares contemporâneos. E aquilo que desloca a própria estrutura e conceito de família deve, obrigatoriamente, deslocar uma teoria que tem como um de seus alicerces tudo o que constitui um sujeito.

De acordo com Borrillo, Fassin e Iacub (1999)⁶, uma brecha já havia sido aberta na definição tradicional de família – considerando que se trata de um casal heterossexual com filhos biológicos – pelas famílias “adotivas”, depois aumentada pelas famílias “monoparentais” e “recompostas”. Mais recentemente ainda, essa brecha foi alargada pelas famílias que podemos chamar de “artificiais”, no sentido da ajuda médica à procriação, que abriu ainda mais evidências de que em relação às famílias ditas “naturais” há um buraco enorme. Mas, hoje, é a reivindicação dos homossexuais que

⁶ Essas ideias estão na introdução do livro *Au-delà du PaCS*, cujo original é em francês, portanto a tradução das ideias é da autora.

vem renovar o debate sobre a modernidade da família: a demanda de igualdade entre as sexualidades impõe questões que tocam a própria definição da sociedade. De acordo com Nadaud (2002), essas questões são indissociáveis, ou seja, a homoparentalidade obriga a repensar os lugares respectivos do casal e da família, obrigando, assim, a juntar aos retratos da galeria de família os diferentes avatares familiares. E é preciso considerar a questão a partir do buraco que existe entre o conceito, vinculado ao modelo “pai, mãe e filho (biológico)”, e às diferentes formas de parentesco que as diversas famílias podem assumir na prática, ao longo dos tempos.

Segundo Lacan (1938/2008), na introdução de seu livro sobre “Complexos Familiares”, a família é uma estrutura hierárquica, um órgão de coação do adulto sobre a criança, sendo esta coação a fonte originária das bases arcaicas da formação moral do homem. Outros traços característicos da família são: os modos de organização da autoridade familiar, as leis de sua transmissão e conceitos de descendência e de parentesco. Dentre seus papéis fundamentais, a família é responsável pela transmissão cultural de hábitos de conduta, da repressão instintual e da “aquisição da língua acertadamente chamada de materna” (pg.??). Assim, consideramos a família em suas funções: de transmissão da cultura e da coação e em suas gerações, ou seja, na hierarquia que existe entre o adulto e a criança. Dessa maneira, o que define uma família pode ser pensado em relação a outros tipos de arranjo, como o arranjo homoparental. Podemos pensar que um casal parental formado por duas pessoas do mesmo sexo pode ser capaz de garantir essa estrutura hierárquica, que educa os filhos e através dessa educação funda as bases da moralidade do indivíduo, constituindo assim uma família, com graus de parentesco e descendência. (Lacan, 1938/2008)

De acordo com Kehl (2003), os lugares do masculino e do feminino nem sempre coincidem com os lugares onde estão homens e mulheres, já que estes lugares circulam; e hoje ainda mais do que na época em que foi constituído o modelo de família idealizado. Assim como não coincide o lugar do homem e da mulher com masculino e feminino, também não coincidem, necessariamente, os papéis de pai, mãe e filhos. Se há alguém que faz a função de pai e alguém que faz a função de mãe, mesmo que tais sejam a mesma pessoa, ou duas pessoas do mesmo sexo, a família estrutura edipicamente o sujeito, “e no que diz respeito ao masculino e ao feminino, é no atravessamento edípico que o sujeito vai se sexuar como homem ou mulher – ou, como brinca Lacan, constituir uma certeza sobre em que porta de banheiro, ‘damas’ ou ‘cavalheiros’, ele deve entrar” (Kehl, 2001, p. 30).

Quando Freud escutou as histéricas de sua época, foi desvendada uma subjetividade que não confirma a existência de uma natureza feminina, assim dissociando, mesmo que lentamente, a equação que coloca a mulher como sinônimo de mãe e portadora de um instinto maternal. Badinter, em seu trabalho de 1985, interpelou a ideia de um instinto materno e escandalizou por demonstrar, em épocas diferentes da história da humanidade, que tal instinto não existe naturalmente e que cada mulher é um caso particular. A realidade social foi se modificando e com isso a formação dos pares conjugais tornou-se independente do sexo ou da orientação sexual. Os casais homoafetivos passam a conquistar o reconhecimento social conjugal, como podem adotar filhos ou mesmo concebê-los e assumirem uma função parental. Portanto, a família na modernidade deve ser menos considerada a partir de um modelo, mas a partir de sua capacidade de cuidar dos melhores interesses da criança, independente do sexo anatômico dos pais.

1.2 Adoção, nova lei brasileira e a criança no Brasil

A adoção pode ser definida como o estabelecimento de relações parentais entre pessoas que não estão ligadas por vínculos biológicos diretos. É uma forma de proporcionar uma família às crianças que não puderam ser criadas pelos pais que a geraram. Constitui-se também na possibilidade de ter e criar filhos para pais que não puderam tê-los biologicamente, ou que optaram por cuidar de uma criança com quem não possuíam ligação genética. Deste modo, as relações parentais que se formam na família adotiva baseiam-se mais especificamente nas intersecções afetivas que caracterizam os seus membros do que na continuidade biológica, que não existe nestes casos. (Levinzon, 2006, p. 25)

O contexto de nossa pesquisa, como abordado na apresentação e introdução, é da criança adotiva e, particularmente, no campo da adoção internacional. Assim, a criança que abordamos aqui é aquela que passou por um longo percurso de abandonos e tentativas fracassadas de reinserção em ambiente familiar extenso e, até mesmo, que já teve tentativas fracassadas de inserção em famílias substitutas⁷.

Diferente do que podemos imaginar ao observar a quantidade imensa de crianças pelas ruas em qualquer cidade brasileira, a criança “adotável” não é, necessariamente, essa que encontramos por aí vendendo balas ou flores nas mesas de bar. A criança colocada em adoção é hoje, primordialmente, aquela cujos pais foram destituídos do

⁷ Família substituta é um termo utilizado para referir a família adotiva. Esse termo é motivo de queixa por parte das famílias adotivas que o consideram inadequado, já que não se consideram substitutas, mas a própria família da criança.

poder familiar por maus tratos, abandono, violência, ou, raramente, órfã. Antes que seja colocada em adoção, são feitas inúmeras tentativas de inserção do infante na família ampla, ou seja, tias, avós e parentes que, supostamente, tenham algum contato com o menor. Normalmente, esse processo leva tempo e revela um histórico de violência e rupturas na grande maioria dessas crianças “adotáveis”.

Após a destituição do poder familiar, essas crianças são acolhidas em abrigos, onde esperam por pessoas que estejam dispostas a adotá-las. A motivação para a adoção de uma criança deve ser o desejo dos pais, do pai ou da mãe de criar um filho (a), constituindo assim uma família. A vontade de ajudar não é uma motivação suficiente para que alguém adote uma criança. “Os candidatos à adoção são pais e mães a advir de sua própria adoção por uma criança que nunca será carne da sua carne, mas filho do desejo.” (Hamad, 2002, p. 16)

Se há adoção, é porque efetivamente algo da palavra estabelece um laço bastante forte para que as crianças e os pais adotivos se reconheçam como inscritos simbolicamente na mesma linhagem e para que esse laço se revele tão forte e tão verdadeiro quanto o do sangue. (Hamad, 2002, p. 98)

No Brasil, a lei de adoção foi modificada em 03 de agosto de 2010. Houve uma mudança significativa no que concerne à questão da adoção, especificamente no “Artigo 42”, que diz “qualquer pessoa acima de 18 anos pode adotar uma criança independente do estado civil”. Ou seja, qualquer pessoa pode adotar, desde que tenha mais de 18 anos. A partir dessa mudança na lei ficou claro que não seria impedida a adoção de uma criança por alguém levando em conta apenas seu estado civil. O pai ou mãe da criança poderia ser casado, mas poderia ser também solteiro, membro de uma família recomposta ou mesmo poderia ser um homossexual solteiro, ou como não era raro acontecer, um homossexual que tinha um relacionamento estável com outro homossexual e dividia com ele o plano e o desejo de constituir uma família, plano este que só poderia ser amplamente realizado com a chegada de um filho.

É importante percebermos que a nova lei não fez restrição ao estado civil do candidato à adoção e não fez nem mesmo menção à sua orientação sexual. Disso pode-se entender que, não sendo mencionado, ficou livre para ser interpretada da forma que se julgasse certa ou errada, em contextos específicos. Não podemos participar aqui de uma discussão no nível do direito familiar, porém tivemos notícias de que juízes que se colocaram tanto de um lado como de outro, fazendo assim interpretações diferenciadas

da lei⁸. Vale lembrar ainda que todo pretendente à adoção passa por uma avaliação psicossocial para obter a habilitação para adotar uma criança.

Além da nova lei de adoção brasileira, de 2010, presenciamos hoje uma mudança frequente no cenário nacional e mundial em relação ao que concerne a adoção de crianças por homossexuais. A partir da permissão, em diversos países, principalmente do mundo ocidental, do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a possibilidade de homossexuais adotarem deixa de ser uma brecha interpretativa numa lei específica para se tornar uma realidade cada vez mais legalizada. O direito igualitário ao casamento estabelece um direito também igualitário relativo à filiação. Assim, nos interessa explorar o tema da filiação homossexual e suas particularidades.

Desse modo, caminhamos para o ponto chave de nossa pesquisa, a homoparentalidade, que já ocorre no âmbito da adoção nacional e também da adoção internacional.

1.3 O caminho da homoparentalidade

O Brasil presenciou, em maio de 2011, em votação unânime do Supremo Tribunal Federal (STJ⁹), o reconhecimento dos direitos de casais homossexuais que vivem em união estável, ou seja, foi reconhecida a união civil estável de pessoas do mesmo sexo.

Assim como ocorreu no Brasil, a França já havia reconhecido os direitos de união entre homossexuais. Reconhecimento que foi cercado de debates sobre a questão inédita que se colocava: muitos homossexuais manifestavam o desejo de se “normalizar” e reivindicavam o direito ao casamento, à adoção e à procriação medicamente assistida.

No início de 2013, a França se pronunciou para além do Pacto Civil de Solidariedade (PaCS) e foi votado e aceito no congresso francês, no mês de maio, o

⁸ A Quarta Turma do STJ, em abril de 2009, proferiu uma decisão inovadora para o direito de família, segundo o “Correio Forense”. Por unanimidade, os ministros mantiveram decisão que permitiu a adoção de duas crianças por um casal de mulheres. Segundo o mesmo jornal, a justiça vem agindo em favor de criar jurisprudências claras que favoreçam as minorias. E o que a lei costuma observar, levando em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente, é o interesse da criança. Assim a decisão dos juízes não se dá, a princípio em favor das minorias, mas considera que seja o melhor para a criança. O ponto acaba favorecendo e reconhecendo os direitos de minorias, mas como consequência.

⁹ STJ, daqui em diante.

“Casamento para Todos”¹⁰. Tal ação permite que pessoas do mesmo sexo tenham garantidos o direito de casamento, tal e qual um casamento heterossexual. No Brasil houve, em 16 de maio de 2013, uma recomendação do STJ que impediu os cartórios de se recusarem a realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Dessa forma, a discussão acerca da conjugalidade homossexual desperta também outra questão, ainda mais espinhosa e polêmica: a homoparentalidade, ou seja, a possibilidade desses casais então “normatizados”, com seus direitos garantidos pela lei, assumirem também a possibilidade de ter sua conquista enquanto possibilidade de família, geradoras de crianças, responsáveis pela transmissão de valores culturais, inclusive àqueles relativos à alteridade e à diferença entre os sexos.

De acordo com Roudinesco em seu livro “A família em desordem” (2003), homoparentalidade [*homoparentalité*] é um termo criado na França em 1996, pela Associação dos Pais e Futuros Pais *Gays* e *Lésbicos* (APGL). Um ponto interessante abordado neste mesmo livro é o fato dos casais homossexuais quererem se enquadrar à norma. O que se trata, segundo a autora, não é de um afronta aos valores da família, mas um desejo de constituir uma família baseada em modelos e valores tradicionais. No Brasil, o termo homoparentalidade tem sido utilizado, de acordo com o glossário apresentado por Zambrano (2006), referente à situação na qual pelo menos um adulto que se reconhece como homossexual cria ao menos uma criança.

Roudinesco (2003) considera a homoparentalidade como um desejo de normalização dos homossexuais e atribui essa vontade de se enquadrar tanto à conquista de direitos dos movimentos *gays*, que teriam ajudado a colocar a escolha homossexual dentro do campo de possibilidades, quanto como um dos efeitos da hecatombe que foi a AIDS. A normatização a que se refere Roudinesco (2003) pode ser considerada em relação ao campo legal e jurídico, que ao considerar a família homoparental pretende equipará-la ao modelo familiar tradicional, a fim de garantir os direitos relativos à herança, ao parentesco e à filiação. Porém, seria estranho considerar que os casais homossexuais tem o desejo de se normalizar quando o modelo vigente é heteronormativo. Isso poderia nos levar a considerar a família homoparental como uma espécie de caricatura da família tradicional, denotando erroneamente uma noção de ordem natural para a família nuclear burguesa.

¹⁰ A aprovação do Casamento para Todos, *Mariage pour tous*, na França ocorreu em 17 de maio de 2013. Segundo estatísticas do INSEE, *Institut national de la statistique*, foram realizados 7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo no ano de 2013 na França. Enquanto o número de casamentos entre heterossexuais em 2013 foi de 231 mil.

A discussão sobre a família homoparental é potente, atual e controversa. Há quem se coloque contra ou a favor. Majoritariamente aqueles que se colocam a favor estão levando em conta de que, o que é chamado de família hoje é bem diferente do modelo tradicional de família do início do século XX. É pensando sobre os parâmetros que são utilizados para discutir a questão que nos propomos à discussão, mas não no sentido de nos colocarmos contra ou a favor, defender ou atacar a homoparentalidade. Mas de tentar entender teoricamente aquilo que já se revela na prática, na experiência cotidiana.

A posição, ao menos inicial que tomamos aqui, é de observadores. Partiremos da família homoparental contemporânea para revisitarmos, entre outros, as noções freudianas de diferença sexual. Assim como a constituição da identidade de gênero, de Stoller. Nosso objetivo é tentar perceber em que medida essas noções se apoiam ou não na diferença sexual anatômica genital dos pais. Para tanto gostaríamos de supor que há diferença entre os tipos de família, de que uma criança criada numa casa onde tem pai e mãe é diferente daquela que não tem mãe, ou que seu pai faleceu num acidente de carro, ou daquela criada pela avó, ou das mais diversas configurações que possamos considerar, em quadros que tente retratar o que acontece na realidade. Diferenças existem também entre filhos biológicos e filhos adotivos. Mas as diferenças *a priori* não são prejuízos. O que consideramos é que não há garantias de que não haja prejuízo em nenhum tipo de configuração familiar, ou mesmo garantia de um sucesso absoluto.

Nadaud (2003) nos fala sobre a realidade da homoparentalidade. Indica a dificuldade em criar um modelo de família homoparental, já que, dentre as possibilidades dessa família há diversos tipos, tanto do ponto de vista da homossexualidade, quanto da parentalidade. Aceitemos que, nas descrições de situações reais que foram desenvolvidas por Nadaud ao longo de seu livro, os homossexuais, *gays*, lésbicas e *queers* que vivem em casal e tem crianças são considerados família. Quanto à parentalidade, foram observadas famílias recompostas de maneira homoparental, família homoparentais extensas, como nos casos de co-parentalidade, família em que as crianças foram adotadas por homossexuais, famílias em que a criança é concebida por inseminação artificial, por mãe substituta ou barriga de aluguel.

No escopo deste trabalho, privilegamos a família composta por um casal *gay* e um filho adotado grande e fora de seu país de origem.

1.3.1 Homossexualismo x Homossexualidade

O termo *homossexualidade* foi cunhado em 1869 pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny para designar, segundo uma terminologia clínica, todas as formas de amor carnal entre as pessoas do mesmo sexo, impondo-se, nas sociedades ocidentais, à palavra *heterossexualidade*, que foi criada em 1888. (ZAMBRANO, 2006, p. 4, itálicos feitos pela autora)

O termo homossexualidade se refere à orientação sexual de indivíduos que tem como escolha de objeto sexual pessoas do mesmo sexo, o que é diferente da consideração quanto a sua identidade sexual. Necessário lembrar que tais indivíduos não possuem, necessariamente, distúrbios quanto à identidade sexual. O homossexualismo¹¹ foi deixado de ser considerado como doença e retirado dos manuais de diagnóstico psiquiátrico, apenas, em 1950. Nesse sentido, ainda carrega estigma de patologia. Na psicanálise ainda se discute sobre homossexualidade em termos de perversão (não em relação à estrutura). Porém, há autores, como Joyce McDougall (1983), que consideram o ato homossexual não desviante em si, apenas quando deixa de ser uma variação da sexualidade adulta e se transforma em sintoma. Garcia (2001) nos propõe que a condição patológica está sustentada na impossibilidade de amar, uma inviabilidade no encontro com outro, principalmente no reconhecimento do outro como ser independente e sujeito desejante, e não numa escolha homoerótica de objeto de amor.

Acreditamos que um dos pontos que impedem ou que está por trás de muitos argumentos contra a homoparentalidade é a própria homossexualidade dos pais adotivos. Acreditamos nisso, pois os argumentos utilizados para indeferir a adoção de crianças por casais do mesmo sexo poderiam ser utilizados para contestar, por exemplo, a adoção monoparental por uma mulher solteira, e não o são, ou ao menos, não com a mesma veemência utilizada no caso dos homossexuais.

Segundo Derridá & Roudinesco,

Pode-se fazer muitas coisas com um homem e uma mulher! Com a diferença sexual (e a homossexualidade não é indiferença sexual), pode-se imaginar tantas configurações ditas “familiares”! E mesmo no que consideramos “nosso” modelo mais estável e mais familiar, existem tantas subespécies. (Derrida & Roudinesco, 2004, p. 53)

Sendo assim, nos colocamos de acordo com os autores citados acima quando afirmam que a homossexualidade não é indiferença sexual. A homossexualidade é a escolha de objeto de amor de alguém ser dirigida a alguém do mesmo sexo. Entretanto, ainda hoje presenciamos discriminação, o que é chamado de homofobia, e muito

¹¹ Utilizamos a palavra escrita dessa forma, para evidenciar o aspecto de patologia ao qual estava vinculada anteriormente.

preconceito com aqueles que amam alguém do mesmo sexo. Mas os avanços ocorrem e, mais cedo ou mais tarde, acabaremos por viver numa sociedade em que a alteridade, a diferença e o desejo do outro não precisem ser motivo de ameaça para ninguém.

1.3.2 Conjugalidade e Parentalidade

Sur la famille, on croit toujours tout savoir, puisque chacun a une famille! Les militants de la Manif pour tous ont pourtant montré qu'ils ne savaient pas ce qu'est la filiation : ils la confondent systématiquement avec la procréation... (Irène Théry).^{12 13}

De acordo com Mello (2005),

No Brasil, especialmente depois da apresentação do Projeto de Lei n 1.151/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo, os meios de comunicação de massa, liderados pela televisão, passaram a dar cobertura ostensiva – e muitas vezes sensacionalista – a essa questão, por muitos nomeada como “casamento gay”. No embalo dos debates, começaram a eclodir pelo país inúmeras demonstrações de apoio e repúdio à ideia de uma conjugalidade homossexual, nas quais os grupos de militância homossexual e as Igrejas Católica e Evangélica são os protagonistas principais. Pela primeira vez, a sociedade brasileira deparava-se com o questionamento estrutural do heterocentrismo, até então prevalente nas representações sociais acerca da família. (Mello, 2005, p. 28)

Assim, gostaríamos de ressaltar que a questão da conjugalidade homossexual, o “casamento gay”, traz consigo as questões de homoparentalidade e compreensões a respeito da família. Ainda de acordo com Mello (2005), o casamento e a família são “construções socioculturais dinâmicas, mutáveis e capazes de incorporar um leque cada vez maior de situações e formas de expressão e manifestação das trocas afetivo-sexuais entre seres humanos” (p. 9). Portanto, a identificação das transformações que ocorrem na família, assim como descrevemos acima, deve ser o ponto de partida fundamental para uma tentativa de compreensão das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo como expressão de amor e modalidade familiar.

Ao responder sobre a diferença entre procriação, parentesco, filiação e parentalidade, Zambrano (2006) nos esclarece que o comum na nossa cultura é o pensamento de que uma criança pode ter apenas um pai e uma mãe, juntando na mesma pessoa o fato biológico da procriação, o parentesco, a filiação e os cuidados de criação.

¹² Sobre a família acreditamos saber de tudo, já que todos nós temos uma. Os militantes da “Manifestação para Todos”, entretanto, mostram que não sabem o que é a filiação: eles a confundem, sistematicamente, com procriação. (Tradução da autora)

¹³ “Manifestação para todos” foi o nome dado para as manifestações veementes que ocorreram na França contra a aprovação do “Casamento para todos”.

Para, além de considerar a filiação como natural ou não, e o vínculo estabelecido entre pais e filhos, a autora propõe o desdobramento desse vínculo em quatro elementos: 1) o vínculo biológico; 2) o parentesco; 3) a filiação; 4) a parentalidade. Só o vínculo biológico depende exclusivamente de relações consanguíneas ou ditas “naturais”. Para a autora, “a parentalidade é o exercício cotidiano de criação e cuidado do indivíduo” (Zambrano, 2006, p.14). Os quatro elementos podem ser combinados entre si de diversas maneiras, evidenciando a relatividade das escolhas feitas por uma determinada cultura em uma determinada época.

A adoção homoparental, ou o reconhecimento da homoparentalidade como uma forma aceitável e possível de parentalidade, respaldando laços de parentesco e reconhecendo a filiação que ocorre numa família constituída dessa forma, padece de um preconceito que denuncia, numa determinada configuração conjugal (heteronormativa), sua inadequação ao exercício da parentalidade. Ao contrário de tratar como necessária uma certa concepção de conjugalidade (heteronormativa), reconhecer a homoparentalidade significa aceitar que existem outras formas possíveis. Significa desnaturalizar definitivamente os laços familiares, observando seus aspectos contingentes e não necessários.

1.3.3 Discussões do PaCS: da tolerância ao reconhecimento

Assim como ocorreu em 2013 no Brasil, recentemente a França reconheceu os direitos de união entre homossexuais, o PaCS, que foi cercado de debates sobre a questão inédita que se colocava: homossexuais manifestavam o desejo de se normalizar e reivindicavam o direito ao casamento, à adoção e à procriação medicamente assistida.

O PaCS, que entrou em vigor na França, em 1999, permite que casais (homossexuais ou heterossexuais) legalizem sua união, mas não supõe a adoção de crianças ou procriação medicamente assistida (Borrillo, et al., 1999). É um contrato entre duas pessoas físicas, maiores, de mesmo sexo, ou de sexo diferentes, para organizar a vida comum (Uziel & Grossi, 2007). As discussões em torno dessa elaboração prescindiram da necessidade de se definir o que é um casal e chegou-se a conclusão de que pode ser formado por pessoas do mesmo sexo. Assim como no Brasil, essa possibilidade de regulamentação da união entre pessoas do mesmo sexo não põe em risco o casamento tradicional de pessoas do mesmo sexo. Uziel e Grossi (2007) consideraram acertadamente que a aplicação do PaCS seria transitória, que seria logo

discutido, no âmbito do direito da família, a igualdade entre homossexualidade e heterossexualidade.

O PaCS deixou clara a posição da França, ao menos momentânea, em relação à filiação, adoção e reprodução de casais, sem circunscrever o sexo. A partir dele a Corte Europeia decidiu que a homossexualidade não seria argumento suficiente para indeferir uma guarda. Assim, como nos apontam novamente Uziel e Grossi (2007), o tratamento em relação aos homossexuais “passa da tolerância ao reconhecimento” (p. 189).

No livro de 1999, *“Au-delà du PaCS”*, de Borillo et al., encontramos pontos importantes a respeito do PaCS e gostaríamos de tratar da questão por se tratar da França e também por ser um país do mundo ocidental, o que não o distancia tanto assim do Brasil. O livro em questão não é consagrado à homossexualidade, assim como o próprio PaCS não o é, mas sua reivindicação é, sobretudo, colocada por *gays* e *lésbicas*. Todos os três autores concordam que a questão trata da instituição familiar.

O ponto que mais nos interessa em relação ao debate francês são os argumentos levantados. Foi através deles que chegamos ao nosso objeto de pesquisa. Além de reforçar o quanto o tema em questão leva a debates, convoca a pensar sobre assuntos considerados superados, como o conceito de família, e pretende não condenar o tema aos silêncios da ciência. O que, de alguma forma, é o que estamos tentando fazer aqui.

1.3.4 Além do PaCS: o “mariage pour tous” e o casamento igualitário no Brasil

A questão espinhosa que o PaCS anunciou cumpriu seus presságios, ou seja, a conjugalidade homossexual se converteu em homoparentalidade. A discussão sobre o direito de homossexuais se casarem proliferou também para a discussão sobre direitos iguais nos moldes do casamento heterossexual, prevendo assim os direitos que cobrem a filiação. Assim, na França, a partir da aprovação do “casamento para todos”, os homossexuais passaram a ter direitos iguais em relação ao casamento heterossexual. Desse modo, todos tem direito ao que o casamento garante em relação à filiação.

No Brasil, o casamento homoafetivo ainda não teve sua aprovação garantida. Mas, em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça proibiu¹⁴ os cartórios de se recusarem a realizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. O debate sobre o casamento homossexual agora recai sobre um novo embate: como ficará a condição de

¹⁴<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-14/cnj-proibe-cartorios-de-recusar-conversao-de-uniao-estavel-homossexual-em-casamento-civil>

diferença ao acesso de homossexuais à filiação, já que mulheres tem mais recurso em relação à geração de filhos do que os homens. Assim, traz à tona o debate sobre as “barrigas de aluguel” ou *mère porteuse*, o que é proibido tanto na França quanto no Brasil; sobre métodos de fertilização *in vitro* (FIV); sobre adoção de crianças e tudo o que dá acesso à parentalidade.

Como veremos mais detalhadamente no capítulo 4, as mulheres geralmente recorrem aos métodos que permitem gerar seus próprios filhos e os casais de homens recorrem mais a adoção.

1.4 *Tabu da homossexualidade e a família invisível: a novidade é o reconhecimento*¹⁵

1.4.1 *O tabu da homossexualidade e a família invisível*

O significado de tabu, como vemos, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa por um lado, sagrado, consagrado, e, por outro, misterioso, perigoso, proibido, impuro. (...) Tabu traz em si o sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições. (...) As proibições dos tabus não tem fundamento e são de origem desconhecida. Embora sejam ininteligíveis para nós, para aqueles que por elas são dominados são aceitas como coisa natural (Freud, 1914/1996, p. 37).

Gostaríamos de propor que o reconhecimento do conjugalidade homossexual promove modificações não apenas no presente de muitos casais, que passaram a gozar dos mesmos direitos que os casais adequados à heteronormatividade, mas também na forma como olhamos para o passado. Tais efeitos seriam constatados a partir da reconsideração do que antes não poderia ser visto, nem abordado: o que chamamos aqui de família invisível. Ou seja, o reconhecimento atual dos direitos dos homossexuais tem um efeito de reconhecimento de casais que já existiam, contestando assim a ideia de que o casal homoparental é uma novidade na configuração familiar. Posição encontrada na maioria dos textos que tratam da homoparentalidade.

Assim, podemos pensar que a homoparentalidade não é necessariamente uma novidade, mas que a novidade está em seu reconhecimento e visibilidade.

Durante as controvertidas discussões e manifestações contra o reconhecimento da conjugalidade homossexual e da homoparentalidade, a natureza e a

¹⁵ Essa ideia de “família invisível” foi construída a partir do documentário *Les Invisibles*, de 2012, dirigido por Sébastien Lifshitz. O filme mostra histórias de homossexuais que nasceram no período entre-guerras e sofreram com a rejeição e a exclusão impostas pela época.

heteronormatividade foram bastante invocadas para justificar posições contrárias. Argumentos que diziam que só um homem e uma mulher podem ter filhos, pois apenas isto seria natural e normal, expressando um equívoco ao confundir filiação com procriação.

Se a natureza serve de apoio, mas é pervertida pela pulsão, porque agora ela é reconvocada à cena para tentar desqualificar e impedir o acesso de homossexuais à filiação? A adoção e as FIV (fertilização *in vitro*) são largamente utilizadas por casais que naturalmente não puderam ter seus filhos, então porque ela seria negada aos homossexuais? Parece que a natureza é utilizada para dissimular o preconceito à homossexualidade e revela uma concepção de hierarquia que atrela conjugalidade convencional com normalidade, “naturalizando” o casamento heterossexual. A heteronormatividade fica escancarada e ao mesmo tempo disfarçada de pretensos valores naturais. E fica também exposto o horror à homossexualidade, seja de forma explícita, implícita, violenta, silenciosa, prática ou teórica. Seja esse horror contra o suposto outro homossexual ou contra a própria homossexualidade presente em cada um de nós.

O texto freudiano é o referencial primordial da psicanálise, mas esta não se resume ao que Freud escreveu. O pai da psicanálise não a criou sozinho, mas junto de outras pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de ideias, conceitos, temas. As reuniões das quartas-feiras e suas minutas¹⁶ revelam que temas como misoginia, bissexualidade, homossexualidade, eram amplamente abordados e discutidos por todos. Assim, não há uma leitura da obra freudiana, mas diversas leituras. Também não há A psicanálise, coesa e uníssona. Há diversas.

Afinal, a psicanálise é contra ou a favor da homoparentalidade? É necessário que um psicanalista se declare a favor ou contra isto ou aquilo?

Verdade é que este é um campo minado. Ao caminhar por ele, pode-se perder um membro ou outro, mas como disse o próprio Freud quando escreveu a sua cunhada, Minna, no período de guerra, em que esperava a burocracia para deixar Viena e partir para Inglaterra: “Diz-se que quando a raposa fica presa numa armadilha ela rói a pata e foge capengando nas outras três. Seguiremos esse exemplo, e espero nos livrarmos, embora mancando.” (Young-Bruel, 1988/1992, p.197)

¹⁶ Referência às Minutas

Teoricamente, em Freud, podemos recorrer ao texto de 1905, intitulado “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. No primeiro ensaio sobre “As aberrações sexuais”, Freud utiliza o termo “invertidos” para se dirigir aos homossexuais. Nas conclusões, Freud destaca que a tarefa de esclarecer as origens da inversão não foi atingida satisfatoriamente, porém considera mais importante do que isso o conhecimento de que a ligação entre pulsão e objeto sexual é mais frouxa do que se havia imaginado. O que a homossexualidade faz Freud afirmar perceber é que há apenas “uma solda” entre pulsão e objeto. “É provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve a ela sua origem aos encantos deste” (Freud, 1905/1996, p.140).

A pulsão não comporta um objeto predeterminado, portanto não é natural. A pulsão, mesmo que chamada de instinto, deve ser apoiada na necessidade para, a partir dela, produzir respostas. Tais respostas, sempre singulares, traduzem os percursos pulsionais de cada sujeito, no que diz respeito a sua psicosexualidade.

Freud (1905/1996), ainda nos “Três ensaios”, fez uma longa e instigante diferenciação entre perversão e inversão. Em uma das revisões desse texto, de 1915, ele acrescenta uma longa nota de rodapé na qual utiliza a palavra homossexualidade. Dessa maneira, permitiu que fossem consideradas as homossexualidades como uma forma de relação afetiva tão respeitosa quanto uma heterossexual.

Essa longa nota de rodapé diz o seguinte:

A investigação psicanalítica opõe-se com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular. Ao estudar outras excitações sexuais além das que se exprimem de maneira manifesta, ela constata que todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual e de fato a consumaram no inconsciente. (...) A psicanálise considera, antes, que a independência da escolha objetual em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base originária da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo normal como o invertido. No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. A conduta sexual definitiva só se decide depois da puberdade e resulta de uma série de fatores ainda inabarcáveis, de natureza em parte constitucional e em parte accidental. (Freud, 1905/1996, pp. 137-138)

É explícito o posicionamento de Freud sobre a homossexualidade nessa nota, além de ressaltar o ponto essencial da contingência estabelecida na relação entre pulsão e objeto. Aqui é um momento em que há uma clara “desnaturalização” da relação entre

um homem e uma mulher, ao declarar que a escolha objetual não se dá em relação ao sexo desse objeto, nem por uma força de atração química. Além disso, se coloca claramente contra separar os homossexuais, mas, ao contrário, faz com que fique evidente a homossexualidade presente em todos os sujeitos.

1.4.2 A regra oral ou regra não escrita

A partir de 1921 a questão da homossexualidade dividiu efetivamente os membros do comitê que dirigia secretamente a *International Psychoanalytical Association* (IPA). Os vienenses mostraram-se muito mais tolerantes que os berlinenses. Apoiados por Karl Abraham, estes últimos consideraram de fato que os homossexuais eram incapazes de ser psicanalistas, uma vez que a análise não os curava de sua inversão. Já os vienenses, como Freud e Otto Rank consideravam que os homossexuais deviam ter acesso à profissão de psicanalista de acordo com sua competência: “Não podemos afastar essas pessoas sem outra razão válida, assim como não podemos aceitar que sejam perseguidas pela lei.”, declarou Rank. (Roudinesco, 2009, p. 51)

Assim, a partir dessa divisão de opiniões em que o lado berlinense saiu vencedor, em 1921, através de uma regra não escrita, os homossexuais passaram a ser considerados não aptos a exercer o ofício de analistas.

Podemos observar que, para além do campo teórico, Freud se posicionou claramente a favor dos homossexuais tanto em 1921, quando defendeu que praticassem a psicanálise, quanto em 1930, quando assinou uma petição a favor da descriminalização da homossexualidade.¹⁷ A regra oral foi oficialmente suprimida apenas em 2001.

Na terceira parte das conferências introdutórias, dedicada à Transferência, Freud comenta sobre o posicionamento ético do analista de onde podemos nos nortear inclusive sobre a questão que trabalhamos:

O psicanalista não é reformador, mas observador. E, justamente por isto, ele está habituado a emitir pareceres isentos de preconceitos, tanto sobre assuntos sexuais como sobre outros assuntos; (...) Dizemos a nós próprios que todo aquele que conseguiu educar-se de modo a se conduzir de acordo com a verdade referente a si mesmo, está permanentemente protegido contra o perigo da imoralidade, conquanto seus padrões de moralidade possam diferir, em determinados aspectos, daqueles vigentes na sociedade. (Freud, 1916/1996, p. 436)

¹⁷ O real e o sexual: do inominável ao pré-conceito. In: As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização, de 2013.

O psicanalista e a psicanálise produzida a partir da observação, deve se aproximar de descobrir a verdade para se proteger contra a imoralidade. Porém, essa moralidade pode divergir das normas vigentes na sociedade, sendo assim considerada uma moralidade subjetiva e não normativa. O analista pode e deve se posicionar, mas em relação a essa moralidade subjetiva, mesmo que para isso precise assumir uma posição contrária ao que seria socialmente aceito.

1.4.3 A família invisível de Anna Freud

Aquilo que hoje promove a descoberta sobre a família homoparental descortina também um velho tabu da história da psicanálise: a homossexualidade e até mesmo a homoparentalidade da filha de Freud.

Recentemente, foi lançado um livro¹⁸ de correspondências de Sigmund Freud com seus filhos. Um dos volumes mais esperados traz as correspondências entre Anna Freud e o pai, entre 1904 e 1938. No prefácio, escrito por Roudinesco (2012), é reconhecido, pela primeira vez, por uma historiadora eminente da psicanálise, a relação homossexual que existia entre Anna Freud e Dorothy Burlingham. Em seu discurso¹⁹, proferido na comissão de lei sobre o *Mariage pour tous*, Elizabeth Roudinesco declarou que Freud não apenas sabia da homossexualidade de sua filha Anna – única entre os seis filhos que seguiu carreira psicanalítica –, como acolheu sua diferença e, ainda, reconheceu que seu relacionamento com Dorothy Burlingham se tratava de uma família. “Freud aceitou em sua vida que Anna criasse os filhos de sua companheira e considerava que se tratava de uma família” (Roudinesco, 2012).

O pai da psicanálise foi coerente com seus ideais teóricos que ajudaram a retirar a homossexualidade do campo das perversões sexuais e fez há cem anos, em relação à sua filha caçula, o que muitos pais não fazem hoje: acolheu sua homossexualidade e reconheceu sua família.

O que é reconhecido, finalmente, é não apenas a homossexualidade de Anna, assim como seu longo relacionamento, mas também a co-parentalidade que exercia com sua companheira em relação aos filhos dela. Até então, na biografia psicanalítica, só

¹⁸ ”Sigmund Freud / Anna Freud Correspondance.” Ed. Fayard, 2006. O prefácio de Roudinesco, entretanto, é de junho de 2012. (pp. 9-19)

¹⁹ Nas audiências que precederam a aprovação do *Mariage pour tous*, Roudinesco proferiu esse discurso, que pode ser visto através do link: <http://www.youtube.com/watch?v=fO6Ka0uJ-2Q>

havia indícios do que agora é escancarado: a homossexualidade de Anna Freud. Em diversas biografias sobre a autora são apresentados indícios, mas há claramente uma negação da homossexualidade tão explícita de Anna.

Em 1986, foi publicada uma biografia oficial de Anna Freud, escrita por Elizabeth Young-Bruel. Desde então, foi possível detectar o que anteriormente sempre apareceu de forma velada. Nessa biografia, há fatos que comprovam que o que Anna Freud teve com Dorothy Burlingham não foi apenas uma bela amizade, mas um relacionamento conjugal que durou mais de 40 anos. Relacionamento que hoje poderia ser definido como família recomposta e homoparental.

Gostaríamos de ressaltar que a biografia está disponível desde 1986, mas, apenas recentemente, com o reconhecimento da união civil entre duas pessoas do mesmo sexo, ela ganhou visibilidade. Confirmando nossa impressão de que o reconhecimento da homoparentalidade e conjugalidade homossexual parece tirar da sombra esse arranjo familiar, não sendo assim uma novidade.

Separamos alguns trechos a seguir, da citada biografia de Anna Freud (Young-Bruel, 1986):

- Dorothy Tiffany Burlingham foi para Viena em 1925, levando seu asmático filho mais velho, Bob, com apenas 10 anos de idade, buscando ajuda para os problemas psicológicos do filho. Quando Anna Freud concordou em aceitar Bob, Dorothy Burlingham mudou-se para Viena com seus três outros filhos – Mary, Katrina e Michael. Anna Freud tratou dos dois filhos mais velhos de Dorothy, Mary e Bob. (p. 106)

- Anna Freud confessa a Eitingon seu afeto pela Senhora Burlingham e também a vergonha de confessá-lo ao pai, Sigmund Freud. “As cartas de Anna Freud a Eitingon não indicavam se alguma vez ela falou abertamente com o pai sobre os seus sentimentos. Mas é certo que Freud aceitou a via que Anna escolheu para escapar ao seu conflito: ela “tinha” as crianças Burlingham e a mãe delas como sua família – e conseguia-o fundindo as famílias Freud e Burlingham”. Numa carta escrita a Binswanger, em janeiro de 1929, Freud escreve: “Nossa simbiose com a família americana (sem marido), cujos filhos minha filha está educando analiticamente com mão firme, fortalece-se cada vez mais, de forma que com eles partilhamos nossas necessidades para o verão.” (p. 109)

- A partir de 1927, Anna e Dorothy excursionaram juntas nas férias e em 1930, compraram juntas uma cabana. (...) Os Burlingham (sem o marido) se mudaram para o apartamento em cima dos Freud, na Bergasse 19, e tinha mesmo uma casa de veraneio vizinha. (p.109)

- Anna Freud deu um jeito para satisfazer seus próprios desejos, em vez de passá-los para outros e viver a vida na figura dos outros; à sua própria maneira, tinha ela uma vida familiar rica e completa, embora, na década de 1920 em diante, ela não tenha mantido relacionamento sexual com Dorothy ou com qualquer outra pessoa. (p. 109)

- Não há prova de que Anna Freud se sentisse frustrada ou se lamentasse em sua nova família, embora desempenhar para as crianças Burlingham o duplo papel de mãe adotiva e de analista fosse sempre problemático – para eles e para ela. (p. 111)

Anna passou a ter sua própria vida familiar com a amizade de Dorothy. Os trechos e a biografia revelam que o que parecia ocorrer entre Anna e sua companheira era um relacionamento conjugal, nos moldes de uma família recomposta.

Elas, Anna e Dorothy, trabalharam juntas na creche *Hampstead*. Dorothy também era psicanalista e escreveu artigos sobre crianças cegas e sobre irmãos gêmeos. A partir de 1940, as duas nunca mais se separaram. Após a morte de Martha, mãe de Anna, em 1951, Anna e Dorothy passaram a morar juntas na casa da família Freud. Dorothy morreu em 1979 e Anna em 1982. As cinzas de ambas estão no *Caveu* Familiar dos Freud, no crematório *Golders Green*, assim como muitos outros membros da família Freud.

Podemos concluir que aquilo que fazia com que, tanto o homossexual, quanto a família homoparental fossem invisíveis, a partir do reconhecimento de direitos homossexuais de casamento e de família, passa a não existir ou atuar de forma mais branda. Os efeitos do reconhecimento legal da homossexualidade normatizada através do direito de família, certamente tornarão a homoparentalidade um avatar familiar cada vez mais comum, tanto no presente e no futuro como, também, no passado.

2 Psicanálise e a Diferença Sexual

O tema da homoparentalidade desperta uma questão sobre a diferença entre os sexos, sobre como será a constituição de uma criança criada por duas pessoas com o mesmo sexo anatômico, a partir de uma impressão errônea de que a anatomia sexual seria capaz de garantir a aquisição de uma noção de diferença sexual. Como se o fato de ter pais do mesmo sexo anatômico impedisse o acesso dessas crianças à diferença sexual, que é uma construção cultural. Faremos um breve comentário sobre a “invenção do sexo” e caminharemos a discutir como, gradativamente, a diferença sexual foi sendo cada vez mais dissociada de qualquer relação necessária com a natureza, biologia ou genética.

Como falamos no capítulo anterior, a adoção desnatura os laços de filiação, ou seja, aquilo que poderia ser encarado como natural a partir do laço consanguíneo de um filho biológico é desmontado a partir da possibilidade desse mesmo laço ser construído a partir, exclusivamente, do afeto. O parentesco pode ocorrer por uma relação sanguínea, mas só ocorre de fato se pais e filhos se adotarem, se reconhecerem como pais e filhos e trabalharem ao longo da vida para manter essa relação.

Vimos também que as diversas transformações nas configurações familiares fizeram com que os laços conjugais acabassem também sendo desnaturalizados, não havendo, assim, uma hierarquia entre um conjugal natural e qualquer outro que não o seja. Em última instância, todo laço conjugal é um acordo entre duas pessoas adultas que decidem seguir juntas e, a partir disso, constituir uma família. E não há sequer um modelo familiar que tenha seu sucesso ou seu fracasso garantidos *a priori*.

Veremos a seguir o movimento que ocorre acerca do que é considerado feminino e masculino através dos tempos e como a psicanálise freudiana lidou com a diferença sexual. Após isso, veremos o aspecto do feminino e masculino a partir da noção de identidade de gênero.

2.1 Inventando o sexo

A constituição da diferença sexual é uma questão bastante complexa. A diferenciação do que é um homem e do que é uma mulher, questão que pode parecer óbvia num primeiro momento, trata-se de um assunto delicado, complicado e discutido

pela ciência há milhares de anos. Como nos diz Thomas Laqueur em seu livro intitulado “Inventando o Sexo”, “de fato, quanto mais examino os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; quanto mais os corpos existiam como fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam as fronteiras.” (Laqueur, 1992/2001, p. 8) Assim, o anatômico do corpo, para Laqueur, não é suficiente para explicar ou determinar o que constitui a feminilidade e a masculinidade: as diferenças sexuais.

O próprio Freud procura fundamentos biológicos ou anatômicos para explicitar essa diferença, mas acaba cada vez mais indicando a significação psíquica em torno do que é um homem ou uma mulher, distanciando-se de um determinismo biológico ou anatômico. Esse percurso entre ser mais ligado à biologia ou ao funcionamento psíquico de Freud analisaremos mais adiante.

Antes de entrarmos na visão psicanalítica da diferença sexual através de alguns textos freudianos, colocaremos brevemente pontos que consideramos importantes acerca da construção cultural da diferença entre os sexos. De acordo com Costa (1995), nenhuma posição sexual pode ser considerada universal e comum a todos os indivíduos, em todos os tempos. Segundo o autor, há dois pontos primordiais para se entender a diferença entre os sexos: a crença na diferença dos sexos e o instinto²⁰ sexual. Assim, é possível distinguir, em momentos históricos diferentes, teorias que buscam entender e explicar a diferença sexual em termos de homem e mulher, feminino e masculino, e teorias que levam em conta o instinto sexual, ou seja, em relação aos desejos sexuais de homens e mulheres. Das teorias sobre diferença sexual, pode-se distinguir o que é um homem e o que é uma mulher, sob pontos que variam ao longo dos tempos. E, das ideias sobre instinto sexual, pode-se destacar, por exemplo, a questão do desejo sexual, e dividir os seres humanos entre homossexuais e heterossexuais.

Bem antes do século XVIII, a medicina galênica do século II d.C considerava apenas um sexo: o masculino. Galeno desenvolveu o mais “poderoso e exuberante modelo de identidade estrutural” dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher. Esse modelo demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens. (Laqueur, 1992/2011) A mulher era considerada um representante inferior do sexo masculino. Havia uma “crença metafísica na teoria do calor vital e da perfeição

²⁰ Em psicanálise há uma batalha entre tradutores e teóricos a respeito da tradução do termo *Trieb* como instinto ou pulsão. Neste ponto do texto utilizaremos o termo instinto seguindo a utilização de Costa, pois é assim que esse autor utiliza no texto ao qual estamos nos referindo. Porém, preferimos o termo pulsão, por acreditarmos que ele denota em si a diferença que existe entre um instinto natural e aquilo que é próprio da constituição psíquica, ou seja, contingente.

anatômica do corpo masculino, a mulher era descrita como um homem invertido.” (Costa, 1995, p. 5) Invertido e inferior.

Aqui, damos um salto histórico, pois foi apenas a partir do final do século XVIII que a mulher passou a ser considerada por suas diferenças fundamentais em relação ao homem, não sendo mais considerada como um homem virado para dentro, demonstrando assim que o referencial era o masculino, mas com suas particularidades, inclusive anatômicas. Ou seja, é no século XVIII que as diferenças sexuais aparecem e a mulher começa a ser vista a partir de suas peculiaridades.

Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e uma fisiologia de incomensurabilidade substituiu a metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem. (Laqueur, 2001, p. 17)

Laqueur (1992/2011) tinha como meta mostrar que a biologia tem uma hierarquia: o sexo masculino era considerado superior. Dessa forma, até o século XVIII, a anatomia serviu mais como ilustração de um ponto conhecido do que como evidência de uma verdade. E o ponto conhecido era a inferioridade da mulher, evidência de que o sexo feminino era apenas um subtrato do homem, um produto. Assim, não poderia ser tratado como nada especial, nem ter seus nomes próprios. Os ovários femininos não tiveram nomes próprios durante dois milênios.

O que Laqueur nos mostra é como a tradição galênica obteve êxito em ignorar as especificidades dos órgãos femininos e mais êxito ainda em comprovar, através da metáfora anatômica do sexo feminino, sua inferioridade.

Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. (...) Os órgãos que tinham nomes associados – ovários e testículos – passaram a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico, como a vagina, passaram a ter. As estruturas que eram consideradas comuns ao homem e à mulher – o esqueleto e o sistema nervoso – foram diferenciados de modo que correspondessem ao homem e à mulher culturais. (...) Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como fundamento para o gênero. (Laqueur, 1992/2011, p. 190)

Há duas explicações para a forma como os dois sexos modernos, como nós os imaginamos, foram e continuaram a ser inventados: uma é epistemológica e a outra, falando em termos gerais, é política. Quando se tornaram politicamente importantes, houve interesse em evidenciar as diferenças entre os sexos, sendo elas anatômicas e fisiológicas. Como afirma Laqueur (2011) “O sexo, tanto no mundo do sexo único

como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder.” (p. 24)

Para Laqueur, a descoberta da “independência da concepção com relação ao prazer criou um espaço no qual a natureza sexual da mulher pode ser redefinida” (p. 288), dessa forma houve uma desnaturalização que desvinculou concepção e prazer, que permitiu caracterizar a mulher de outra maneira. É nesse ponto que Laqueur reconhece o lugar de Freud na compreensão da diferença entre os sexos, “precisamente por ter refutado as antigas categorias de homens e mulheres” e por ter apresentado o problema de forma tão brilhante, embora não tenha chegado ao final dessa construção sobre diferença sexual (Laqueur, 2011, p. 288).

Não se podiam imaginar "dois sexos" diferentes, nem estabelecer códigos de conduta moral, baseados na "ideia de uma evolução natural do instinto sexual" para um fim predeterminado, no caso, organização da família nuclear, da sociedade burguesa, dos estados nacionais e das políticas imperialistas e colonialistas.

Além disso, veremos que ao longo de sua construção teórica, Freud faz uma espécie de retificação feminina, quando passa a considerar a menina e o feminino a partir de uma abordagem específica. A seguir, trataremos a questão da diferença sexual em Freud a partir de textos que explicitam a tentativa da psicanálise, do início do século XX, de estabelecer uma diferença entre a constituição subjetiva do menino e da menina.

2.2 A diferença sexual em Freud

Dá-se o nome de diferenciação sexual ou sexuada ao conjunto de movimentos psíquicos que permitem ao sujeito ter acesso ao reconhecimento da diferença entre os sexos. Na base dessa diferenciação encontram-se o complexo de Édipo e o complexo de castração. (Mijolla, 2005, p. 500)

A concepção freudiana da diferença sexual é tributária da medicina galênica, que considera o feminino a partir do masculino ou a mulher como uma espécie de homem invertido inferior, mas também da biologia do século XIX, ao se preocupar em estabelecer uma diferença radical entre os sexos a partir da anatomia. Mas como nos lembra Bartucci, 2002, a noção de corpo para Freud não é a mesma da medicina, pois trata-se de um corpo erógeno. O bebê humano é dependente de cuidados para sua sobrevivência e, a partir desses cuidados, terá seu corpo circunscrito em zonas erógenas. “É mesmo a partir do universo simbólico do adulto que a hierarquia do prazer ocupará a

superfície corporal do bebê”. Ao tratar do corpo erógeno, do corpo como observado na psicanálise, é importante considerar “um conjunto de traços sobre a sexualidade, tais como prematuridade, incompletude, insuficiência, polimorfismo, inexistência de objeto fixo na pulsão”, uma vez que caberá ao complexo de Édipo “organizar o devir humano em torno da diferença dos sexos e da diferença das gerações”. (Bartucci, 2002, 131-32)

Através de observações clínicas das teorias sexuais infantis, Freud considerou que no início, a menina “desconhece a existência da vagina e faz o clitóris desempenhar o papel de um homólogo ao pênis.” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 154) Roudinesco e Plon defendem também que Freud “não tinha por objetivo descrever a diferença sexual a partir da anatomia, nem tampouco decidir a questão da condição feminina na sociedade moderna.” (1998, p.155)

A descoberta de Freud, de que a sexualidade inaugura a vida psíquica, opera sobre a diferença sexual, já que faz parte da sexualidade a forma que o sujeito se coloca mais ou menos feminino ou masculino; ou mais do lado do sexo masculino ou feminino. De acordo com o “Dicionário De Psicanálise” (Roudinesco & Plon, 1998) a diferença sexual em psicanálise é derivada da concepção freudiana da libido única ou do chamado monismo sexual, que permite definir, a um só tempo, tanto a sexualidade masculina como a feminina. Perceberemos que Freud considerava a sexualidade masculina bem mais simples e menos enigmática que àquela do “continente negro”.

De acordo com Sigmund Freud, a existência de uma diferença anatômica leva cada representante de ambos os sexos a uma organização psíquica diferente, através do complexo de Édipo e da castração. Mas, se essa diferença existe, ela é pensada por Freud no quadro unificador do monismo sexual: uma única libido, de essência masculina, define a sexualidade em geral (masculina e feminina). (Roudineco & Plon, 1998, p. 705)

Ao percorrer a obra de Freud sobre a diferença sexual, alguns textos se destacam, pois discutem abertamente o tema em questão. A seguir trataremos um pouco de cada um desses textos.

2.2.1 A organização genital infantil: o genital é o falo

Começaremos pelo texto de 1923, “A organização genital infantil (um acréscimo à teoria da sexualidade)”, no qual Freud propõe considerações importantes acerca do desenvolvimento sexual, comum ao menino e à menina até certo ponto, e suas diferenças para masculino e feminino. Escrito em 1923, o texto é marcado pela segunda

tópica psicanalítica, do mesmo ano de “O Eu e o ID”, o que demandou uma atualização em relação à teoria pulsional. (Assoun, 2009)

Logo no título já notamos um caráter inédito ao se tratar de sexualidade infantil, pois, como comenta Assoun (2009) ²¹, trata-se de uma expressão paradoxal. Até o momento desse texto, a sexualidade infantil era por excelência parcial, pré-genital, perverso-polimorfa. Esses eram os pontos que distinguiam a criança do adulto, em termos de organização sexual. Mas o que Freud anuncia logo no título é uma proposição inovadora: que há uma organização sexual infantil e que essa organização é genital, o que contraria a ideia da sexualidade infantil dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), que era plural, fragmentada e, portanto, inicialmente “desorganizada”.

No início do texto temos a comparação entre sexualidade infantil e adulta. A primeira seria determinada pelas organizações pré-genitais e a segunda, pela instauração em dois tempos do desenvolvimento sexual. A única diferença entre a sexualidade infantil e a adulta “está em que a reunião dos instintos parciais e sua subordinação à primazia dos genitais não chega a ocorrer na infância, ou ocorre de maneira bastante incompleta.” (Freud, 1923/2011, p. 170) Assim, o estabelecimento desse primado genital, a serviço da reprodução, é a última fase por que passa a organização sexual.

Ao tentar demonstrar as poucas diferenças que existem entre a sexualidade infantil e aquela do adulto, Freud nos propõe que ainda não há na sexualidade infantil uma total reunião dos instintos parciais em função da reprodução, ou seja, ainda não há o genital propriamente dito, mas indica que há essa reunião, mesmo que ainda incompleta.

Nesse texto, Freud enfatiza que já há uma organização genital infantil, mas que ignora a reprodução, assim também desnaturalizada. O autor ainda defende que tal organização passará a ser em função da reprodução no segundo tempo da sexualidade, período da adolescência, quando o órgão feminino propriamente dito será, finalmente, (re) conhecido. O que Freud reconhece nesse texto de 1923 é a organização fálica infantil, que ignora totalmente a realidade anatômica e é construída a partir de teorias infantis sobre os órgãos sexuais, que culminam em considerar que são ou fálcos ou

²¹ As ideias abordadas nesse parágrafo são fruto da discussão sobre o texto “Organização Genital Infantil”, de Freud, feitas por Paul-Laurent Assoun, na página 922 de seu “Dicionário das Obras Psicanalíticas”, cuja referência se encontra no final desse artigo. Optou-se por não traduzir o parágrafo e sim incluir as discussões do autor sobre o texto de Freud.

castrados: o chamado monismo sexual na infância, que reconhece apenas o genital masculino e a primazia do falo.²²²³

Agora eu já não me daria por satisfeito com a afirmação de que o primado dos genitais não se realiza, ou o faz muito imperfeitamente, no período da primeira infância. A aproximação da vida sexual infantil àquela dos adultos vai muito adiante e não se limita ao surgimento da escolha de objeto. Mesmo não chegando a uma autêntica reunião dos instintos parciais sob o primado dos genitais, no auge do desenvolvimento da sexualidade infantil o interesse nos genitais adquirem uma significação preponderante, que pouco fica a dever àquela da maturidade. A principal característica dessa “organização genital infantil” constitui, ao mesmo tempo, o que a diferencia da definitiva organização genital dos adultos. Consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas *um genital*, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do *falo*. (Freud, 1923, pp. 170-171)

Podemos observar que a tese central desse texto de Freud, que nos interessa para a discussão acerca da diferença sexual, define que o desenvolvimento libidinal que se produz a partir da organização genital infantil é caracterizado pelo investimento de um só órgão genital pelos dois sexos: é o falo que faz o papel de organizador libidinal. (Assoun, 2009)

Freud (1923/2011) coloca a importância da articulação da primazia do falo em relação a outros temas caros à sua teoria psicanalítica, tais como o complexo de castração e o complexo de Édipo. Ele nos afirma que a “ideia do complexo de castração só pode ser corretamente apreciada quando considerada sua origem na fase da *primazia do falo*.” (Freud, 1923/2011, p. 173) E é o que faz com que consideremos importante trazer esse texto nesse momento, que acompanhará a discussão posterior sobre “A dissolução do complexo de Édipo”.

Poderíamos apreender que é o anatômico que causa impressões nos meninos e nas meninas, colocando-os em posições diferentes em relação à castração, porém, trata-se de um momento ainda aquém da anatomia. Portanto, o que organiza libidinalmente

²² Dicionário de Psicanálise (Roudinesco&Plon: 706): “Em outras palavras, se existe um monismo sexual, isso significa que, no inconsciente e nas representações inconscientes do sujeito (seja ele homem ou mulher), a diferença entre os sexos não existe. A bissexualidade que é o corolário dessa organização monista da libido, concerne, portanto, a ambos os sexos.”

²³ Esse ponto é polêmico, pois é esse o alvo de críticas ainda na época das proposições freudianas, quando foram contestadas por Ernest Jones e Karen Horney. Ambos, assim como os “discípulos” de Melanie Klein, acreditavam haver um reconhecimento do órgão sexual feminino. O monismo sexual foi também contestado mais tarde por Simone de Beauvoir, em seu livro “Segundo Sexo”, e até hoje é ponto polêmico nos estudos de gênero.

ambos, meninos e meninas, é o falo, distinto do órgão masculino. Para Freud (1923), é a primazia do falo que organiza o sexual infantil.

Há o pênis e o falo, um anatômico e o outro simbólico. O falo seria representante do que significa culturalmente a potência masculina em torno da qual a diferença sexual se organiza. É o falo, o simbólico, que está em jogo na concepção anatômica freudiana e não, necessariamente, o pênis. Dessa forma, a referência exclusivamente anatômica pode ser considerada ultrapassada em algumas leituras que são feitas do texto freudiano. Porém, é apoiada na anatomia genital que a referência ao falo se constrói.

É em torno do que significa o falo que a discussão sobre diferença sexual se dá nesse momento da psicanálise. Isso pode ser motivo de considerar a psicanálise um pensamento machista, porém, o que se expressa através do que é concebido por Freud é a própria valorização da cultura, na qual a psicanálise está inserida, acerca da valorização em torno do falo ou do que é masculino.

Por mais que tentemos distinguir e averiguar os percursos da construção subjetiva e, mais especificamente, o percurso da configuração de identidade sexual ou de gênero, o que se encontra são inúmeras dificuldades para fazê-lo. Como parece ocorrer na pesquisa de Laqueur, citada anteriormente, a impressão é de voltar sempre para o mesmo lugar: que por mais que se tente diferenciar as coisas, elas permanecem tão ligadas que sua diferenciação já nos parece ineficaz. Sexo são dois, gêneros são múltiplos. Gêneros existem na mesma proporção que existem percursos subjetivos; e gênero engloba o sexo, o objeto sexual, as metas, as causas e os efeitos da pulsão.

Voltemos à Freud, ainda no texto sobre a organização genital infantil. O desenvolvimento sexual é dividido em três partes através desse texto de 1923: (1) estágio da organização pré-genital sadicoanal, no qual ainda não se pode falar em masculino e feminino, mas em passivo e ativo; (2) estágio que se segue, há masculino, mas não há feminino, colocando assim a oposição entre “genital masculino” ou “castrado”; (3) apenas ao se completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com “masculino” e “feminino”. Masculino se refere ao sujeito, à atividade e à posse do pênis; feminino refere-se ao objeto e à passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno (Freud, 1923/2011). Podemos então perceber as proposições de Freud sobre as diferenças sexuais, nesse momento de sua obra, que culminam, na puberdade, numa equivalência entre ativo e masculino, passivo e feminino.

Veremos como essa concepção freudiana de coincidir feminino com passividade e masculino pode gerar alguma confusão, se esquecermos que o autor trata da masculinidade e feminilidade apenas em momentos mais avançados da constituição tanto subjetiva quanto da diferenças sexual.

Faremos então uma breve referência a outro texto freudiano, “A pulsão e seus destinos”, de 1915 (2013), em que Freud fala explicitamente isso, como veremos no trecho a seguir.

A oposição ativo-passivo funde-se depois com a oposição masculino-feminino. O que não tem importância psicológica até o momento em que isso ocorre. O amalgamento da atividade com a masculinidade e da passividade com a feminilidade nos aparece como um fato biológico; entretanto de modo algum ele é tão regularmente imperioso e exclusivo como estaríamos propensos a presumir. (Freud, 1915/2013, pp. 51-53)

Podemos perceber que tanto em 1915 quanto em 1923, Freud nos indica que há primeiro uma diferenciação entre passivo e ativo e que, nesse estágio inicial, não há masculino e feminino. Em estágio intermediário, da organização genital infantil, não há ainda oposição entre feminino e masculino, mas apenas masculino. A oposição que existe é entre fálico e castrado. Freud aponta que apenas na puberdade, quando se completa o desenvolvimento, há uma equivalência entre essa polaridade sexual anterior com feminino e masculino, pois apenas na puberdade o órgão sexual feminino será reconhecido. A discussão sobre atividade/passividade e sua equivalência entre masculino/feminino reaparecerá de maneira explícita no texto que trataremos adiante sobre feminilidade.

Podemos perceber as proposições de Freud sobre as diferenças sexuais, nesse momento de sua obra, para poder refletir melhor sobre as ideias que vêm a seguir, a respeito do complexo de Édipo.

2.2.2 A dissolução do complexo de Édipo

Em 1924, Freud publica “A dissolução do complexo de Édipo”. O complexo de Édipo é considerado o fenômeno central do período sexual da primeira infância e também um dos pilares sobre os quais se ampara o edifício teórico da psicanálise. A importância desse texto está no entrelaçamento que o autor faz entre complexo de castração, formação do supereu, período de latência e identificação, isso tudo para explicar como o complexo de Édipo “desaparece”, se conclui ou se dissolve.

Logo de início, o autor nos fala das duas diferentes formas através das quais o complexo de Édipo tem seu declínio: (1) por seu fracasso, em consequência de sua impossibilidade interna (proibição do incesto); (2) porque chegou o momento de sua desintegração, assim como caem os dentes de leite quando surgem os permanentes. (Freud, 1924/2011, p. 204)

Para explicar como ocorre a dissolução do complexo de Édipo, Freud se refere à ameaça de castração e seu efeito *a posteriori*. Assim, para o menino, embora a ameaça já exista, seu efeito acontece ao se dar conta de que a menina não tem pênis. Ou seja, é o efeito da visão do genital feminino castrado que faz com que o garoto tema sua própria castração. Isso o leva a temer que ele perca o seu pênis, pois imagina que a menina tinha um e o perdeu.²⁴

O complexo de castração entra com força total para o declínio do complexo de Édipo no garoto. Para a menina, acontece de forma diferente, o que marca a importância desse texto para entendermos a noção de diferença sexual em Freud, já que as consequências psíquicas são diferentes entre meninos e meninas e são colocadas pelo autor em relação às diferenças anatômicas dos sexos, declarando, assim, que “anatomia é destino”²⁵.

Para o garoto, perceber que a garota não tem pênis é admitir a possibilidade de sua própria castração. Desse modo, chegam ao fim suas duas possibilidades de obter satisfação no Complexo de Édipo: a possibilidade ativa, colocando-se no lugar do pai e relacionando-se com a mãe; e a possibilidade passiva²⁶, que denotaria substituir a mãe para ser amado pelo pai. Isso porque em ambas as possibilidades, o complexo de castração atuaria, ou seja, nas duas formas de satisfação seu pênis estaria em risco: na primeira como castigo e na segunda como pressuposto, já que isso tudo ocorre pela constatação do garoto de que as meninas não tem pênis. A satisfação amorosa, seja ela masculina, identificada ao pai para ser amado pela mãe; ou feminina, identificada à mãe para ser amado pelo pai, deve lhe custar o pênis, fazendo assim com que haja um conflito entre o interesse narcísico nessa parte do corpo e o investimento libidinal dos objetos parentais. Nesse confronto, a força que costuma vencer é a do Eu do menino, explicando, assim, porque ele se afasta do complexo de Édipo. (Freud, 1924/2011)

²⁴ Esse ponto será trabalhado por Freud em texto que será discutido abaixo: Algumas Consequências Psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, de 1925.

²⁵ A anatomia, para Freud, oscila entre àquela biológica/real e a que foi proposta pelo autor no texto anterior, ou seja, relativa ao que representa na formação inconsciente a anatomia.

²⁶ Nesse ponto, mais uma vez, percebemos uma equivalência entre passivo/feminino e ativo/masculino.

Ainda sobre o caminho e efeitos da dissolução do complexo de Édipo, Freud explica:

Os investimentos objetivos são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmago do Super-eu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto. As tendências libidinais próprias do complexo de Édipo são *dessexualizadas* [itálico feito pela autora] e sublimadas em parte, o que provavelmente ocorre em toda transformação em identificação, e em parte inibidas na meta e mudadas em impulsos ternos. Todo o processo, por um lado, salvou o genital, afastou dele o perigo da perda, e, por outro lado, paralisou-o, suspendeu sua função. Com ele tem início o período de latência, que interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (Freud, 1924/2011, p. 186)

Nesse momento do pensamento Freudiano, podemos perceber que a sublimação aparece como um sinônimo²⁷ de dessexualização. O abandono dos objetivos sexuais permitem a liberação dessa energia dessexualizada, deixando-a assim disponível para o processo identificatório. A rivalidade paterna é substituída pela identificação ao pai, o que permite ao garoto tanto se preservar da ameaça de castração quanto proteger o Eu do retorno de investimento libidinal.

Sobre identificação²⁸ e sublimação, ou seja, a dessexualização que ocorre em favor de uma hierarquia paterna, gostaríamos de enfatizar que, na citação freudiana acima, a autoridade do pai é introjetada, apontando nisso a posição paterna em relação à criança e não necessariamente vinculada ao sexo anatômico dessa figura de autoridade que é o pai (ou os pais, como indicou Freud na mesma citação acima).

Freud chega à conclusão de que, para o menino, “o complexo de Édipo sucumbe à ameaça de castração” (Freud, 1924/2011, p. 187). Freud também afirma que a diferença morfológica é a fonte de manifestação de diferenças no desenvolvimento psíquico, quando faz uma paródia de uma frase de Napoleão e diz: anatomia é destino. Afirmando que a diferença morfológica é a fonte de manifestação de diferenças no desenvolvimento psíquico. Sobre este ponto, podemos entender que Freud diz que o destino da criança, ou seja, o destino psicosexual é determinado a partir de seu órgão sexual anatômico, seja ele menino, com seu órgão genital fállico, ou menina, com seu órgão castrado. Freud afirma ainda que a menina acredita inicialmente, mesmo percebendo que saiu perdendo na comparação com o menino, que seu clitóris vai

²⁷ Outro momento em que sublimação aparece como sinônimo de dessexualização é no *Eu e o Id*, no trecho: “Se esta energia deslocável é libido dessexualizada, pode ser também descrita como energia *sublimada*...” (Freud, 1923/2011, p. 57)

²⁸ A identificação será tratada com maior atenção no início do capítulo 3.

crescer e se tornar um pênis e, a partir daí, se separa o complexo de masculinidade na mulher. Da constatação na menina de que perdeu seu pênis, ou seja, de que a castração ocorreu, resulta “a diferença essencial de que a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade de consumação.” (Freud, 1925/2013, p. 189)

Sobre a sexualidade da menina, Freud explica que, neste momento, é um fator da diferença sexual: meninos temem a castração e meninas a aceitam como fato consumado. Isso surte um efeito decisivo na noção freudiana dessa diferença entre os sexos, já que para a menina a ameaça de castração não tem o mesmo efeito que para o menino, afinal a menina constata e aceita que já perdeu seu pênis. Freud conclui que, nas mulheres, tanto a construção do Supereu, quanto a demolição da organização genital infantil não tem fortes motivos para acontecer, e ocorre em função da educação, intimidação e ameaça de perda de amor.

Freud termina, nesse momento, sua diferenciação do que seja o destino da mulher em relação ao destino do homem. A mulher buscaria uma compensação à renúncia ao pênis – único órgão sexual levado em consideração – fazendo uma equação simbólica, na qual compensaria essa falta desejando gerar um filho do pai. A consequência psíquica da mulher derivada da constatação de sua anatomia castrada seria o investimento inconsciente desses dois desejos: ter um pênis e ter um filho. Isso ajudaria a preparar o ser feminino para seu futuro papel sexual. E o papel sexual possível para a mulher nos tempos de Freud eram relativos ao papel de esposa e mãe. O destino da mulher caía então novamente sobre o corpo, anatômico, capaz de gerar um bebê e se dedicar a esses bebês. De alguma forma, acaba parecendo que a função materna e conjugal para a mulher seria algo naturalizado, seria seu destino.

A passagem freudiana sobre o Complexo de Édipo ajuda a entender “produção das identidades como artifício protetor de nossa solidão subjetiva diante do enigma do desejo.” (Kehl, 2006, p. 12) O Complexo de Édipo analisa o trajeto percorrido por toda criança, do estado polimorfo infantil à organização genital sexuada; mas Freud adverte: esta organização é produzida pelo recalque e dessexualização dos amores edípicos e, consequentemente, pela identificação aos ideais parentais de gênero dados pela cultura. Assim, prossegue, ninguém nasce homem, ou mulher; tornamo-nos homens ou mulheres, ao fim de um percurso que exige de cada um o abandono das disposições bissexuais primárias, das potencialidades polimorfas, da indiscriminação infantil. O inconsciente, se é todo sexual, não é sexuado; se para Freud, “anatomia é destino”, isto

significa que a partir da “mínima diferença” inscrita em nossos corpos temos que nos constituir homens e mulheres à custa de tudo o que, do ponto de vista do inconsciente, é indiferenciado” (Kehl, 2006, p. 12). Se a correspondência anatômica bastasse para que pudéssemos aceder a uma posição sexuada, não passaríamos a vida nos indagando sobre o que significa afinal “ser homem” ou “ser mulher”; não padeceríamos do sofrimento de que, em relação ao sentido sexual de nossos atos, nunca sabemos bem como será acolhido e significado pelo outro ou por nós mesmos. (Poli, 2007, p. 9) Apelamos à anatomia, mas ela não é suficiente para nos proteger das questões essenciais e enigmáticas que se colocam ao longo do percurso da constituição subjetiva. Nem mesmo às questões acerca do que afinal é um homem ou uma mulher.

2.2.3 *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*

Em 1925, no texto “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, Freud reconsidera pontos importantes sobre o complexo de Édipo no menino, pontos diferentes daqueles tratados no texto anterior, de 1924. As ideias dos dois textos são bastante complementares. Neste, Freud coloca afirmações importantes para a diferença sexual que gostaríamos de destacar.

Nesse texto de 1925, “A constatação proprioceptiva – visual, sobretudo – da presença ou ausência do pênis seria o marco referencial para a assunção de uma posição subjetiva nas várias instâncias da vida. Freud denomina *complexo de castração* a percepção da diferença sexual, desencadeando uma “angústia de castração”. Nos meninos, pelo medo de serem privados do órgão, nas meninas pela perda já efetivada.” (Poli, 2007, p. 11)

Inicialmente podemos destacar uma afirmação Freudiana muito importante para o tema sobre o qual nos debruçamos nessa pesquisa, ou seja, a aquisição da diferença sexual em crianças criadas num meio homoparental:

Tais juízos não nos deixaremos influenciar pela contestação dos partidários do feminismo, que desejam nos impor uma total equiparação e equivalência dos sexos, mas admitiremos de bom grado que também a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, *graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto.* [itálicos feitos pela autora] (FREUD, 1925/2011, p. 268)

Podemos dizer que a citação referida acima é marca essencial da teoria da diferença sexual em Freud, ora signatária do biologicismo, ora expressão explícita da bissexualidade essencial e da marca da contingência na construção do percurso

subjetivo de cada um. Esse ponto mesmo que torna, para a psicanálise, cada percurso um caminho único, pilar sobre o qual se apoia a clínica psicanalítica.

Freud encontra uma dificuldade no entendimento do complexo de Édipo, pois evidencia que, mesmo no menino há um duplo sentido, ativo e passivo, correspondendo à disposição bissexual. A ideia de que o garoto quer também assumir o lugar da mãe, para obter o amor do pai está presente no texto anterior. A diferença importante é que nesse momento o autor enfatiza a posição feminina, passiva e a disposição bissexual do menino, já que o garoto também procura ser objeto amoroso para o pai. “O garoto quer também assumir o lugar da mãe como objeto amoroso para o pai, o que designamos como *postura feminina*. [grifo nosso]” (Freud, 1925/2011, p. 287)

Na menina, Freud nos fala que as consequências psíquicas da inveja do pênis, na medida em que não é assimilada na formação reativa do complexo de masculinidade, são diversas e de largo alcance. Com o reconhecimento dessa ferida narcísica, produz-se na mulher – como uma cicatriz, por assim dizer – um sentimento de inferioridade. Embora reconheça que as reações dos indivíduos de ambos os sexos sejam mesclas de traços femininos e masculinos, o autor afirma também que há um efeito mais importante e surpreendente da inveja do pênis (ou da descoberta da inferioridade do clitóris)²⁹. Segundo Freud (1925/2011), “a mulher tolera menos que o homem a masturbação” (p. 264). Evidencia-se assim, para o autor, que essa mescla lhe parece bastante clara para a garota em relação à masturbação. A mulher não tolera a masturbação por ser para ela uma constatação de sua inferioridade clitoriana, e também por ser para ela um órgão análogo ao pênis, assim se proibindo de tocá-lo já que isso a tornaria um menino. Freud conclui a partir disso que “uma condição para o desenvolvimento da feminilidade seria a eliminação da sexualidade clitoridiana”. A repulsa da menina à masturbar-se seria “claramente, um prenúncio da onda repressiva que vai remover boa parte da sexualidade masculina na época da puberdade, para abrir espaço ao desenvolvimento da feminilidade.” (Freud, 1925/2011, p. 264)

“Dessa maneira, o reconhecimento da diferença sexual anatômica impele a menina a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, em direção a novas trilhas que levam ao desenvolvimento da feminilidade.” (Freud, 1925/2011, p. 265)

²⁹ Aqui Freud se refere à inferioridade do clitóris como se referiu anteriormente ao sentimento feminino de inferioridade. Para o autor parece ser evidente que a inferioridade feminina se deve ao fato da mulher não possuir pênis, sendo assim castrada, o que nesse ponto da teoria psicanalítica o autor parece mesmo acreditar. Embora nesse mesmo texto o autor nos coloque claramente a bissexualidade original dos sexos em relação ao falo, colocando assim o homem bem mais próximo da mulher, inclusive em relação ao pênis e à castração.

Freud assume claramente que o clitóris é um pênis inferior³⁰, que causa uma ferida no narcisismo da mulher, ferida tamanha que impede a mulher de masturbar-se levando-a a sexualidade genital, ou seja, a mudança de órgão genital do clitóris para a vagina. Para Freud, nesse momento, esse era o destino “normal” da mulher.

Nesse ponto podemos concluir que a diferença sexual para Freud acrescenta mais passividade na masculinidade, mais ambiguidade na diferenciação entre o que é feminino e masculino, pelo menos no que diz respeito ao desenvolvimento psicosssexual do garoto.³¹ Freud ressalta o elemento masculino na mulher, o clitóris, representando um modo de satisfação análogo ao masculino, evidenciando assim também na menina essa bissexualidade. Dessa maneira, Freud abre caminho para a consideração de uma construção tanto da masculinidade quanto da feminilidade, evidenciando assim que não há uma origem natural, biológica, anatômica que garanta uma posição sexual.

2.2.4 Sobre a sexualidade feminina e feminilidade: os artigos dos anos 1930

Muitos anos após essa teorização de Freud a respeito do desenvolvimento psicosssexual da menina, o autor se dedica exclusivamente a esse assunto em dois textos: “Sobre a sexualidade feminina” (1931) e “A feminilidade”, de 1933. Em ambos os textos, de maneiras diferentes, Freud realça pontos que não havia trabalhado anteriormente, colocando em evidência a relação da menina com a mãe. Em alguns momentos isso é extrapolado também para o menino.

Como pudemos observar, anteriormente, Freud colocava a sexualidade feminina em relação à ausência do pênis na mulher, concluindo que para a menina, como consequência psíquica de sua castração objetiva, ela passa a desejar um homem e querer um filho dele, estando assim de acordo com seu papel sexual. Ao final do texto em que Freud expõe essas conclusões acerca do percurso do desenvolvimento sexual da menina, o autor assume que “no conjunto é preciso admitir que nossa compreensão desses processos de desenvolvimento da menina é insatisfatória, plena de lacunas e pontos obscuros” (Freud, 1924/2011, p. 189). É para tentar preencher essas lacunas e corrigir

³⁰ Posição herdeira da concepção galênica de diferença sexual e também fruto do que era considerado culturalmente ser mulher.

³¹ Embora não seja uniforme essa utilização freudiana tão evidente da ambiguidade e da passividade no menino e a consideração do que é ativo também na menina, consideramos esse ponto essencial para a consideração da diferença sexual em psicanálise, suas origens bissexuais e sua relação com a anatomia apreendida pelo inconsciente.

concepções acerca da relação arcaica da menina com a mãe, que Freud retoma o assunto, agora de forma específica, da feminilidade.

Em “Sobre a sexualidade feminina”, de 1931, Freud reabre a questão do caráter masculino/ativo da pulsão ao afirmar que existe uma constituição feminina da sexualidade. Além disso, o texto é uma tentativa de Freud de integrar à sua organização teórica as contribuições importantes de psicanalistas que passaram a tratar do campo da sexualidade propriamente feminina de forma diferente daquela proposta por ele, até o momento da escrita desse texto, tais como: Karen Horney, Ernest Jones, Hélène Deutsch³². Freud evita ser retirado desse campo minado e integrar essas aquisições (importância da relação primordial com a mãe) em sua teoria colocada à prova por esses autores. (Assoun, 2009)

Freud começa o texto em questão com a seguinte afirmação:

Na fase do complexo de Édipo normal vemos a criança ligada afetivamente ao genitor do sexo oposto, enquanto na relação com o de mesmo sexo predomina a hostilidade. Não nos é difícil chegar a esse resultado no caso do menino. A mãe foi seu primeiro objeto de amor; continua a sê-lo, e, com a intensificação dos impulsos amorosos do menino e sua maior compreensão dos laços entre o pai e a mãe, o pai tem de se tornar seu rival. É diferente com a menina. Seu primeiro objeto foi também a mãe, certamente. Mas como acha ela o caminho até o pai? Como, quando e por que ela se desprende da mãe? (Freud, 1931/2011, p. 203)

Através dessa introdução podemos perceber como o autor considera certo o destino sexual do menino, que se liga afetivamente à mãe e tem o pai como rival, e se coloca questões importantes sobre o destino da menina, sobretudo aquelas relativas à troca de objeto de amor: da mãe para o pai. Podemos dizer que nesse momento o autor realça menos a ambiguidade do que foi destacado no texto anterior, no qual considerou mais explicitamente a presença invariável de um Édipo invertido no menino e da bissexualidade psíquica.

Freud coloca claramente que, para ambos os sexos, predomina inicialmente a ligação com esse primeiro objeto de amor: a mãe. Isso demonstra uma mudança em relação às suas concepções anteriores, pois aqui o autor trata mais diretamente de um ponto inicial para ambos os sexos: a ligação afetiva com o sexo oposto para o menino e

³² No período que precedeu a escrita desses dois textos houve uma enxurrada de textos sobre a sexualidade feminina, o que Freud parece tentar fazer é retomar as rédeas da teoria psicanalítica sobre o campo do desenvolvimento psicosssexual também da garota.

com o mesmo sexo para a menina. Como explicar então a forte ligação que tantas mulheres têm com o pai?³³ Esse seria um ponto específico da sexualidade feminina.

Logo em seguida à citação que fizemos acima, no texto de 1931, Freud continua:

Há algum tempo vimos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pela tarefa de abandonar a zona genital originalmente dominante, o clitóris, por uma nova, a vagina. Agora uma segunda transformação, a troca do original objeto mãe pelo pai, parece-nos igualmente característica e significativa para o desenvolvimento da mulher. (Freud, 1931/2011, p. 203)

No trecho Freud nos indica que há dois pontos primordiais relativos à sexualidade exclusivamente feminina: a troca de genital, do clitóris para a vagina e a troca de objeto, da mãe pelo pai. Considerando assim a sexualidade da menina muito mais complicada que a do menino, aparentemente esclarecida.

É também nesse texto que Freud faz referência à fase pré-edípica³⁴ feminina do desenvolvimento psicosexual, reconhecendo a percepção de analistas mulheres em relação a pontos que para si próprio passaram despercebidos. Freud compara a descoberta dessa fase pré-edípica feminina à descoberta de uma civilização “minoicomiscênica” anterior à civilização grega. Essa fase estaria inteiramente ligada ao momento da “primeira ligação com a mãe”. E também sugere que a fase de ligação com a mãe deve estar na etiologia da histeria ou da paranoia feminina relativa ao ciúme.

Em consequência disso, Freud (1931/2011) sugere a quem não quiser abandonar a “universalidade do Édipo como núcleo da neurose” (p. 204), deve dar ao complexo um conteúdo mais amplo, de modo a abranger todas as relações da criança com ambos os genitores. E, seguindo a orientação freudiana o conteúdo desse importante complexo teria que ser ainda mais ampliado, para dar espaço às considerações sobre as relações da criança com aqueles que a criam, mesmo se se tratar de duas pessoas do mesmo sexo anatômico genital. Assim daríamos um salto ao considerar os pais não somente em relação ao sexo anatômico, mas em relação às funções que desempenham na criação de seus filhos: função paterna e materna.

O objetivo de Freud era retomar a teorização sobre o Édipo, tão importante para a teoria psicanalítica e, nesse momento, tão questionada por autores importantes da

³³ A forte ligação seria um remonta à ligação inicial com a mãe. A duração da fase inicial com a mãe é extensa, passa dos quatro anos de idade, se tornando assim ponto fundamental sobre o qual se apoia a sexualidade feminina. (Assoun, 2009)

³⁴ Podemos dizer que ao explicar a fase pré-edípica, principalmente referida à menina, Freud retoma pontos importantes dos “Três ensaios...”, contemplando assim o terreno perverso-polimorfo da sexualidade infantil, dos tempos em que ainda não havia qualquer organização. Ponto que não fica tão evidente nos textos anteriores em que Freud chega a teorizar sobre uma organização infantil em torno do genital.

história do movimento psicanalítico. Porém, não retorna exclusivamente à questão masculina e considera novamente a primeira ligação do menino com a mãe, não a relativa ao objeto, mas à identificação.

A ideia sobre anatomia ser destino é retomada e é colocada em evidência a bissexualidade feminina, já que a mulher tem dois órgãos genitais: um análogo ao pênis e outro propriamente feminino.³⁵ Afirma Freud (1931/2011): “A vida sexual da mulher se divide normalmente em duas fases, das quais a primeira tem caráter masculino; apenas a segunda é especificamente feminina.” (p. 206) Devido a sua “bissexualidade” de órgãos e de objeto, a sexualidade feminina aparece para Freud de forma bem mais complexa que a sexualidade masculina. O homem tem apenas um órgão genital e tem como primeiro objeto de amor uma mulher, a mulher tem dois órgãos genitais e seu primeiro objeto de amor é a mãe, fazendo assim com que tenha que trocar de objeto.

Esses pontos relativos ao complexo de Édipo e à castração, deixando consequências diferentes para meninos e meninas já foram expostos em textos anteriores. Portanto trataremos dos pontos que consideramos “novos” no texto em questão: a fase exclusiva de ligação com a mãe chamada fase pré-edípica. Segundo Assoun (2009), o ponto essencial do texto é: a caracterização do tornar-se mulher inconsciente através da dupla dimensão do complexo de castração e da ligação com a mãe, cujos desdobramentos dariam acesso ao pai e, posteriormente, ao amor de um homem.³⁶

Para explicar a ligação primitiva e extensa da menina com sua mãe, Freud realça a posição passiva que a criança ocupa diante dos cuidados maternos, o que podemos constatar no trecho abaixo:

As primeiras vivências sexuais e de matiz sexual que a criança tem com a mãe são, naturalmente, de caráter passivo. Ela é amamentada, nutrida, limpada, vestida e ensinada a fazer tudo o que deve. Uma parte da libido da criança continua apegada a essas experiências e desfruta as satisfações a elas relacionadas, outra parte procura convertê-la em atividade. (Freud, 1931/2010, p. 214)

Embora o texto em questão trate explicitamente da sexualidade feminina, a citação acima é em relação às crianças. Portanto, Freud nos fala, nesse ponto, que as

³⁵ Freud chega a afirmar que a vagina só passa a existir na puberdade, quando provoca sensações. Fazendo da mulher ainda mais um “menininho” na infância.

³⁶ A fim de explicar como a menina faz para se desvencilhar da forte ligação inicial que a menina tem com a mãe, Freud fala da passividade infantil em relação aos cuidados que a mãe lhe oferece, colocando-o assim numa posição passiva.

primeiras experiências sexuais do garoto são de caráter passivo, apresentando um ponto de vista diferente daquele visto anteriormente.

Ao dar exemplos da conversão de passividade em atividade, Freud menciona a brincadeira tipicamente feminina de bonecas – sinal da feminilidade –, nas quais, invariavelmente, a menina faz o papel de mãe e oferece cuidados a sua filha bonequinha.³⁷ A brincadeira de ser mamãe da boneca denota um caráter ativo da feminilidade, demonstra exclusividade em relação à mãe e negligência do pai, que não faz parte da brincadeira. Nesse ponto se evidencia a importância tanto da relação da menina com a mãe quanto da atividade de brincar para converter sua posição passiva em ativa. Ao imitar a mãe a menina passa a ser ativa naquilo que inicialmente era objeto.

A atividade sexual da menina em direção à mãe se transforma, com o passar do tempo, em tendência orais, sádicas e, finalmente, fálicas. Os desejos agressivos orais e sádicos são encontrados na forma que então lhes foi imposta pela repressão, como medo de ser morta pela mãe, o qual, por sua vez, justifica o desejo de morte contra a mãe, quando este se torna consciente. Freud introduz nesse momento ideias que parecem ser originadas pelas abordagens da escola inglesa de psicanálise. Como podemos perceber no trecho em que diz “a criança quer devorar a mãe da qual se nutriu; com relação ao pai, falta esse motivo para o desejo.” (Freud, 1931/2010, p. 215)

Freud ressalta, através de exemplos de como a excitação sexual está encharcada pelos primeiros cuidados maternos, o que desperta desejo de agressão, raiva ou angústia por parte da criança. A criança pode ter a impressão de ser seduzida pela mãe³⁸ devido ao fato de suas primeiras sensações genitais tenham sido provocadas ao receber, por exemplo, cuidados de higiene. A criança responde a essa excitação pedindo que os cuidados se tornem ainda mais frequentes. Assim, a criança inicia-se na fase fálica, já que aí denotaria uma sexualidade direcionada ao genital, ou à excitação genital. O corpo erógeno, produto da sedução e dos cuidados maternos, levaria a criança a abandonar os objetos parciais e se dirigir em direção ao genital.

O ponto mais importante para o desenvolvimento psicosssexual da garota, no sentido de poder avançar em direção à entrada e posterior dissolução do complexo de

³⁷ Vale lembrar o exemplo clássico do autor, num trecho de “Além do princípio do prazer”, de 1920, em que Freud recorda a brincadeira de seu netinho, que consiste em jogar o carretel do berço e trazê-lo de volta enquanto pronunciava as palavras: fort-da. Importante ressaltar que o próprio autor relaciona, no texto em questão, a transformação do netinho do passivo em ativo relacionado à ausência da mãe, o que representaria para seu netinho um imenso desprazer. Freud propõe que através dessa brincadeira o garotinho tenta fazer ativamente aquilo do qual é apenas objeto, passivo, aquém de sua vontade.

³⁸ A sedução materna será mais nitidamente discutida no texto sobre feminilidade, que trataremos a seguir.

Édipo feminino, passa a ser, após esse texto, a capacidade de afastar-se da relação primordial com a mãe. Só assim a menina pode ter o pleno desenvolvimento de sua feminilidade. Não se trata apenas de uma “simples mudança de objeto”, como Freud havia proposto anteriormente, mas de uma ligação pré-edípica da criança com sua primeira fonte de cuidados que deve ser superada. Isso considerado como uma fase exclusivamente feminina.

Após considerar a importância do período pré-edípico para o desenvolvimento da mulher, Freud conclui a última parte do texto em que faz referência, principalmente, às analistas mulheres que vinham tratando sobre o assunto.

2.2.4.1 Conferência sobre feminilidade de 1933

O texto que comentaremos a seguir é o último dessa seção sobre a diferença sexual em Freud. Trata-se da conferência 33 das “Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise”, intitulada “Feminilidade” (1933/2010). Consideramos o texto importante por se tratar de uma retomada do autor sobre a questão tratada no texto anterior, porém de maneira mais didática, já que se trata de uma conferência oral. O que pretendemos destacar são trechos e ideias presentes nesse texto que contribuem para a discussão que propusemos inicialmente.

Freud constata nos primeiros parágrafos dessa conferência que a divisão sexual é um ponto fundamental para a organização dos seres humanos, entre “macho ou fêmea”. Embora anuncie que tratará dos enigmas da feminilidade, o que o autor acaba por afirmar é a ambiguidade sexual que habita cada ser humano. Além disso, a aparente determinação anatômica vacila com mais clareza nesse texto, por exemplo, quando o autor escreve que “(...) o que constitui a masculinidade ou feminilidade é uma característica desconhecida, que a anatomia não pode apreender.” (Freud, 1933/2010, p. 266) Nesse ponto, fica mais evidente que possamos entender e mesmo concordar com afirmações como a que apresentaremos a seguir sobre a concepção freudiana a respeito da diferença sexual.

Para Freud, com efeito, a existência de uma diferença anatômica entre os sexos não desembocava numa concepção naturalista, uma vez que essa famosa diferença, ausente no inconsciente atesta, para o sujeito, uma contradição estrutural entre a ordem psíquica e a ordem anatômica. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 707)

Em alguns pontos citados e discutidos anteriormente, Freud não nos parece tão certo do destino do sujeito não determinado pela anatomia, porém é também possível constatar que coerente com os preceitos psicanalíticos, o “pai” da psicanálise enfatiza a importância da ordem psíquica sobre aquela biológica.

Didaticamente Freud convida sua audiência a se familiarizar com a bissexualidade, com a ideia de que cada indivíduo não é homem ou mulher, mas seres nos quais masculino e feminino variam para cada um em proporções diferentes e ressalta que tais variações são consideráveis.

E, já que a anatomia não pode apreender o que constitui o feminino e o masculino, Freud nos propõe uma leitura psicológica sobre o tema. Eis o que observaremos a seguir.

Psiquicamente, Freud afirma que denominamos algo como “masculino” ou “feminino” por convenção, comumente nos referindo a “ativo” e “passivo”, respectivamente. Nesse ponto, há uma separação mais clara entre masculino e ativo, feminino e passivo. Ainda mais quando, em seguida ele cita exemplos, extraídos da natureza, ou seja, do mundo animal, que refutam a equivalência entre ativo-masculino em relação à busca sexual e passivo-feminino em relação à maternidade ou cuidados com a prole. Mesmo no mundo animal é possível encontrar casos em que a realização dos cuidados da prole é feito pelo macho. Será que caberia perguntar se para os animais isso geraria algum tipo de característica específica nesse filhote que recebe seus cuidados maternos por um macho?

Deixemos os questionamentos sobre o mundo animal e voltemos à discussão sobre passivo e ativo, ponderando sobre seus pontos complicadores. “Em todo sentido a mãe é ativa em relação ao filho, mesmo do ato de mamar podemos dizer tanto que ela dá de mamar à criança como também deixa a criança mamar” (Freud, 1933/2010, p. 267). Portanto, conclui Freud, não podemos dizer sobre bissexualidade considerando passividade e atividade relacionadas com feminino e masculino, respectivamente. Ele diz não ser aconselhável, por se tratar de um “erro de superposição”, ou seja, o erro de pensar que está vendo uma só coisa, quando são duas coisas sobrepostas. A feminilidade caracterizada psicologicamente pela preferência por metas passivas também poderia conduzir ao erro, pois essa busca pode exigir uma boa dose de atividade. Além disso, Freud também considera a influência da organização social, que igualmente empurra a mulher para situações passivas ou coloca como passivas todas as atividades femininas, como pudemos ver no exemplo sobre a amamentação.

Há um nexos particularmente constante entre feminilidade e instintos, que não pretendemos ignorar. A supressão da agressividade, prescrita constitucionalmente e imposta socialmente à mulher favorece o desenvolvimento de fortes impulsos masoquistas, que, como sabemos, têm êxito em ligar-se eroticamente a inclinações destrutivas voltadas para dentro. De modo que o masoquismo é, como se diz, realmente feminino. (Freud, 1933/2010, p. 268)

As indicações de Freud sobre atividade e passividade, nesse momento, embora ainda sejam, até certo ponto, ambíguas, falam mais de uma certa posição na relação hierárquica entre os que cuidam e os bebês, do que atribuem sentido fechado e categórico às definições do masculino e feminino. Sendo esse um dos motivos pelo qual esse texto sobre feminilidade se faz essencial para essa discussão. Nesse texto, Freud deixa bem mais explícito do que anteriormente de que não se pode confundir, psicologicamente, feminino com passivo e masculino com ativo.

Freud afirma que psicologicamente o enigma da feminilidade não pode ser solucionado e sugere que o procuremos em outra parte, até que saibamos como ocorreu a diferenciação dos seres vivos em dois sexos. Mas destaca dois pontos tipicamente femininos: o masoquismo e a vagina.

A partir da criança inatamente bissexual se desenvolve a mulher. Esse vir-a-ser mulher que é explicado nesse texto através do complexo de Édipo feminino. A bissexualidade parece mais evidente na menina, pois esta é portadora de dois órgãos sexuais: um masculino atrofiado e inferior, principal zona erógena da fase fálica da menina; outro tipicamente feminino, a vagina, a qual a menina só tem acesso na puberdade. É essa a concepção de Freud a respeito da mulher. A presença de analistas mulheres afeta os estudos e postulações sobre o feminino na psicanálise, mas não é suficiente para fazer com que o autor abdique totalmente de pontos defendidos anteriormente relativos a anatomia da mulher.

Freud afirma que as diferenças entre meninos e meninas são facilmente observáveis em relação a formação dos genitais e características físicas, na disposição de instintos e em relação a agressividade. Na mulher a agressividade parece menos presente e há mais necessidade de que lhe mostrem carinho. A aprendizagem feminina de controles de esfíncteres é consequência dessa docilidade e a garota parece ser mais vivaz e inteligente, mais receptiva com o mundo exterior e forma investimentos libidinais mais fortes. O autor nos alerta para o fato dessas diferenças poderem sofrer variações individuais, o que implica cautela a tratar delas, portanto as deixará de lado

tendo em vista os propósitos que tem acerca do desenvolvimento feminino. (Freud, 1933/2010, p.270)

Os dois sexos parecem atravessar da mesma forma as primeiras fases de desenvolvimento da libido. (...) Com o ingresso da fase fálica, as diferenças entre os sexos recuam completamente diante das semelhanças. Temos que reconhecer que então a garota pequena é um pequeno homem. (Freud, 1933/2010, p. 271)

Assim Freud nos fala de um complexo de Édipo tipicamente feminino, fechando assim o que postula sobre a diferença no desenvolvimento psicosssexual do menino e da menina. Diferente daquilo que havia proposto em “A dissolução do complexo de Édipo” nesse momento há uma ênfase do vínculo da menina com a mãe, da relação de atividade e passividade envolvidas nesses primeiros cuidados maternos e mesmo da sedução envolvida nesse processo.

Essa conferência de Freud sobre a Feminilidade ainda traz um ponto interessante para o nosso tema e diz respeito a famosa constatação de que as histéricas haviam mentido para ele quando diziam ter sido seduzidas pelo pai. “Somente depois pude reconhecer, nessa fantasia da sedução pelo pai, a expressão do típico complexo de Édipo na mulher. E agora reencontramos essa fantasia na história pré-edípica da garota, mas a sedutora é invariavelmente a mãe.” (Freud, 1933/2010, p. 274) A sedução da mãe, infligida à criança através dos cuidados maternos essenciais, que erotizam e dão um destino para a sexualidade infantil não se resume ao determinismo anatômico da mãe biológica. Talvez Freud sugira aqui que a sedução seja um predicado da função materna, o que poderia ser considerado também em relação a todas as pessoas que participam dos cuidados do bebê. Voltemos um pouco no tempo, no texto clássico de 1905, em que Freud afirma:

O trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que a pessoa – usualmente, a mãe – contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela a acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo. (...) Quando ensina seu filho a amar, está apenas cumprindo sua tarefa. (Freud, 1906/1996, pp. 210-211)

Nessa passagem, Freud nos chama atenção para o fato dos primeiros cuidados serem fontes de excitação e satisfação sexuais. Os cuidados, os carinhos e embalos são tanto maternos, na figura da mãe propriamente dita, como nos faz perceber Freud, são daqueles responsáveis por seus primeiros cuidados. Nos tempos de Freud, ele provavelmente se referia às amas de leite, mas o que percebemos é que ao destacar

figuras maternas, cuidados maternos, Freud nos aponta na direção de considerar que o que é sedutor para a criança são os cuidados e sua posição de objeto e não o fato da mãe ser a mãe biológica ou outra pessoa que se responsabiliza por esses cuidados.

Além desse ponto nos interessar pelo fato de estarmos tratando da família homoparental, então composta por duas pessoas do mesmo sexo anatômico que se responsabilizarão pelos cuidados do bebê, isso nos interessa também pela própria origem dessas crianças adotivas, que muitas vezes receberam seus cuidados maternos por substitutos: tia, avó, vizinha, ou alguém que se responsabilizou pelos primeiros cuidados ao bebê.

2.3 Discussão

A partir do que pudemos perceber através da leitura de textos, de diferentes momentos da obra freudiana, constatamos que a diferença sexual está inteiramente relacionada à importância que representa a divisão entre feminino e masculino e o valor que isso representa na cultura. Embora Freud insista em alguns momentos na origem biológica anatômica do que pode ser naturalmente feminino ou masculino, ao mesmo tempo oferece aporte para considerarmos o que existe de valor social e moral na divisão dos sexos: masculino ou feminino. Em que medida esse percurso nos ajuda a pensar sobre a constituição da dita diferença sexual na homoparentalidade?

Talvez exatamente no mesmo sentido em que localizamos em Freud, ou seja, podemos propor que a discussão sobre homoparentalidade e o quão isso pode afetar na constituição da diferença sexual em crianças está provavelmente tão impregnada de valores morais como aqueles que encharcam os estudos sobre o que seria necessário para a boa formação de um homem ou de uma mulher.

Freud destaca ao realçar a importância dos cuidados maternos na formação da menina a presença da figura da mãe. Por se tratar de uma mulher, Freud fala da atividade dos cuidados maternos, nos alertando para o fato de que os cuidados são oferecidos por uma mulher, mas que esses cuidados são ativos e colocam a criança numa posição passiva, de objeto. A passividade infantil ocorre independente de seu gênero ou sexo, já que a sedutora é, invariavelmente, a figura que se coloca na posição dos cuidados chamados maternos.

E se esses cuidados fossem oferecidos por um homem? E se essa criança gerada num útero de uma mulher recebesse seus primeiros cuidados por um homem? Será que isso afetaria a constituição subjetiva ou a noção de diferença sexual dos pequenos?

Em alguns momentos dos textos que analisamos percebemos que há uma consequência psíquica que ocorre quando a criança se dá conta de que existem dois sexos, duas posições, que alguns têm e outros não. Embora não fique inteiramente claro se esta constatação ocorre em relação ao próprio genital ou ao genital do adulto. Há momentos em que nos parece se referir ao próprio genital e no que isso proporciona, ou seja, um certo tipo de comportamento que pode se esperar de quem tem e de quem não tem o pênis. Parece ser mais considerada em relação às teorias sexuais infantis e suas especulações sobre o sexo e o gênero do que, propriamente, sobre o sexo dos pais.

No percurso edípico de cada criança, a importância da distinção anatômica se faz presente naquilo que se oferece como identificação para cada sexo, junto com as possibilidades de satisfação pulsional: para o menino é necessário se identificar ao pai (homem) e ter a mãe (mulher) como objeto de amor e para a menina o oposto, acrescido da necessidade desta conseguir nesse percurso trocar de objeto e de órgão. Como pudemos perceber nos últimos textos, a bissexualidade e a ambiguidade tomaram a cena, tornando as constatações bem mais complexas.

No percurso constitutivo de uma criança adotada por um casal de homossexuais, nos parece haver a mesma necessidade de identificação e ambiguidade que estarão presentes em relação ao que é ser mulher ou homem. Essa criança seria educada e inserida na cultura que determina, com matizes variáveis, o que é ser menino ou menina para todos. Os cuidados maternos e paternos são exercidos enquanto funções e não, necessariamente, relacionado ao sexo anatômico de quem exerce cada função.

3 Stoller e identidade de gênero

3.1 Sobre o termo identidade

*O homem que diz 'dou'
Não dá!
Porque quem dá mesmo
Não diz!
O homem que diz 'vou'
Não vai!
Porque quando foi
Já não quis!
O homem que diz 'sou'
Não é!
Porque quem é mesmo 'é'
Não sou!
O homem que diz 'tou'
Não tá
Porque ninguém tá
Quando quer*

(Canto de Ossanha, Baden Powel e Vinícius de Moraes)

A identidade não é uma noção freudiana. Mas pode ser considerada como a expressão de uma coerência identitária do Eu. O Eu, então, compreendido como uma colcha de retalhos que faz um grande esforço para se auto-conservar, para sobreviver à passagem do tempo e mudanças corporais, para que o arranjo entre as identificações se mantenha minimamente organizado. O Eu, essa “instância intermediária do aparelho psíquico, dotado de função reguladora entre o Isso, o Supereu e a realidade exterior” (Mijolla, 2005, p. 629) foi considerado por Freud numa ambiguidade, entre a pessoa consciente de si mesma e a instância psíquica. As origens do Eu, sua formação, sempre foi debatida na psicanálise, mas é no texto intitulado “O Eu e o Id”, de 1923 (2011), que Freud afirma que “também uma parte do Eu – e sabe Deus quão importante é ela – pode ser *ics*, é certamente *ics*. [itálicos feitos pela autora]” (p. 22). O Eu é responsável pelo recalçamento ou sublimação das pulsões, da censura nos sonhos, pelas resistências ao tratamento, administra os investimentos de objetos e controla a motilidade. Porém, todas essas funções não fazem dele “senhor em sua própria casa”, já que tem sua parte inconsciente, comportando, assim, uma “certa passividade”. (Mijolla, 2006, p. 633) “O Eu é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície”, assim, é derivado das sensações corporais oriundas da superfície do corpo, principalmente. (Freud, 1923/2011, p. 32)

Vale a ressalva de que quando tratamos de conceitos como identidade, identificação, Eu e sujeito, tratamos levando em conta que, além da amplitude dos conceitos na obra freudiana e seus desdobramentos na teoria psicanalítica, consideramos

que não se trata de um Eu supremo, que domine as outras instâncias psíquicas ou de uma identidade fixa imutável. Mas sim no sentido de um Eu que busca uma coerência identitária, que quando diz “sou” não é; que quando diz “estou” não está; e que nem sempre quer quando vai, ou vai quando quer.

Sobre o termo identidade, ele não aparece na obra freudiana, mas a forma que pretendemos utilizá-lo coincide com a impressão que temos de identidade como uma conquista de reconhecimento do Eu.

Sobre a identidade, Renato Mezan (1986) nos esclarece da seguinte maneira:

A ideia básica da qual vamos partir é a seguinte: a identidade não é um elemento que cada um de nós possui ao nascer; ela é algo adquirida aos poucos, ao longo de nossa infância, de nossa educação, etc. A identidade situa-se no ponto de cruzamento entre algo que vem de nós (o equipamento psíquico com o qual nascemos) e algo que nos vem de fora, isto é, da realidade externa. (Mezan, 1986, p. 44)

E para o autor, amparado pela concepção psicanalítica, a identidade é adquirida através do processo das identificações, que “resulta na constituição, dentro de cada um de nós, de um eu, isto é, de uma parte nossa que vai nos parecer a única, porque é apenas dela que temos consciência.” (Mezan, 1986, p. 46) Identidade é aquilo que acreditamos ser, fruto de um cruzamento entre partes que conhecemos e desconhecemos, mas que, para nós mesmos, parecerá única, sob controle e conhecida.

O que a psicanálise mostra é que a própria identidade pessoal nos chega através do convívio com outros seres humanos: nosso Eu, que consideramos tão “nosso”, na verdade resulta de um longo e complicado trabalho psíquico, que depende tanto da resposta que encontramos para nossos enigmas, quanto dos enigmas que são colocados, independente de nós, pelo que recebemos do que é externo.

Sobre o tema da formação da identidade sexual, tendo em vista que esta faz parte do percurso da construção subjetiva e que não é encontrada especificamente desta maneira nas definições freudianas, utilizaremos num primeiro momento, como ponto de partida, alguma concepção de identificação na obra freudiana e o quanto esta está conectada com a constituição do Eu e da diferenciação entre feminino e masculino.

3.1.1 Notas sobre identificação

“A identificação está na origem do primeiro modo de investimento objetal” (Mijolla, 2005, p. 633) e o Eu é a sede das identificações.

Dentre os conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, o de identificação se destaca dos demais pelo fato de encerrar algo de paradoxal: ele ocupa uma posição ao mesmo tempo central e marginal. (Ribeiro, 2000, p. 11)

Ribeiro (2000) coloca a identificação como central por se tratar de uma peça fundamental da definição do sexo e como isso remete ao complexo de Édipo e se instala no eixo principal sobre o qual se alicerça a teoria psicanalítica. Além disso, a identificação se entrelaça também com os conceitos de Eu e de narcisismo. Sobre a marginalidade do conceito, o autor nos explicita que é pelo fato de sua escassez de elaboração teórica sobre a identificação e, sobretudo, por não ter sido consolidado metapsicologicamente, mesmo em se tratando de um conceito fundamental cuja importância foi sendo concedida progressivamente, principalmente na segunda tópica.

No “Vocabulário da Psicanálise”, de Laplanche e Pontalis (2001), sobre o termo identificação, no que se refere à obra freudiana, lemos o seguinte:

Na obra de Freud, o conceito de identificação assumiu progressivamente o valor central que faz dela, mais do que um mecanismo psicológico entre outros, a operação pela qual o sujeito humano se constitui. Essa evolução tem relação direta principalmente com a colocação em primeiro plano do complexo de Édipo em seus efeitos estruturais, e também com a remodelação introduzida pela segunda teoria do aparelho psíquico, em que as instâncias que se diferenciam a partir do id são especificadas pelas identificações de que derivam. (Laplanche & Pontalis, 2001, pp. 226-227)

Mais do que um conceito psicológico, a identificação é uma operação através da qual o sujeito humano se constitui. A identificação é um dos aspectos fundamentais, um dos motores da subjetivação, da constituição do sujeito.

No “Dicionário Enciclopédico”, de Kaufmann (1996), encontramos uma diferenciação entre identidade e identificação, no sentido que a identificação é um processo de lenta hesitação entre o “eu” e o “outro”, ao passo que identidade é finalmente encontrar um “eu” que poderia (ilusoriamente) estar livre de qualquer relação de objeto.

Neste dicionário também é mostrado como ao longo da obra de Freud podemos encontrar o conceito de identificação. Mas gostaríamos de ressaltar três dos textos: “Teoria Sexual das Crianças”, de 1908, “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, de 1921 (capítulo VII) e “Dissolução do complexo de Édipo”, de 1924. No primeiro texto, a identificação é tratada como uma elaboração progressiva da imagem do corpo. Essa identificação elabora, a partir do corpo, as noções de interior e exterior e estabelece relações entre dentro e fora. Uma das teorias sexuais que as crianças constroem diz

respeito à dimensão sádica do coito e, a partir daí, se constitui uma diferença para as crianças do que é ser homem ou mulher. Essa diferença não pode ser inscrita no inconsciente, que não é capaz de conhecer outra coisa senão o ativo e o passivo. “É a partir disso que se declinariam o feminino e o masculino, a bissexualidade psíquica e o dimorfismo sexual homem/mulher.” (Kaufmann, 1996, p. 258)

O capítulo VII de “Psicologia das Massas e Análise do Eu” é um “pequeno tratado sobre identificação”. (Assoun, 2009, p. 1051) É considerada a exposição mais precisa e mais específica sobre o tema em toda a obra freudiana, portanto, referência fundamental. A psicanálise conhece a identificação como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva à outra pessoa. (Freud, 1921/2011)

Além disso, Freud nos diz que a identificação “desempenha um papel determinado na pré-história do complexo de Édipo.” Interessante que após nos esclarecer que a identificação é a mais antiga forma de ligação a uma pessoa, Freud afirma que para o garoto essa ligação mais antiga se dá em relação ao pai, pois revela que gostaria de ser como o pai, tomar o lugar dele, gostaria de crescer e ser como ele em todas as situações. É o pai que é tomado como ideal pelo garoto, o que, nos alerta Freud, não tem nada a ver com qualquer passividade ou feminilidade, mas é uma característica tipicamente masculina. A conduta de tomar o pai como ideal harmoniza-se bem com o complexo de Édipo, nos diz Freud, e ajuda a preparar o terreno para ele. Essa concepção freudiana de uma identificação primitiva do menino ao pai será discutida por Stoller a seguir.

Ao mesmo tempo em que o garoto toma o pai como ideal, ou mesmo antes que isso ocorra, o garoto investe a mãe objetivamente, do tipo “por apoio”³⁹. O garoto tem dois tipos de ligação: um investimento objetal direto com a mãe e uma identificação com o pai, que assim se torna o modelo para o filho. Essas duas formas de ligação se encontram no complexo de Édipo, quando o menino toma o pai como obstáculo e sua identificação se torna hostil, aliada ao desejo de ser como o pai, para substituí-lo diante da mãe. A identificação do menino com o pai tem um caráter ambivalente, sendo ao mesmo tempo expressão de ternura e desejo de eliminação. (Freud, 1921/2011)

³⁹Página 107, do texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”: “As pulsões sexuais apoiam-se, a princípio, no processo de satisfação das pulsões do Eu para veicularem-se, e só mais tarde tornam-se independentes delas. Esse modo de apoiar-se nos processos de satisfação das pulsões de autoconservação para conseguir veicular-se fica evidente quando se observa que as pessoas envolvidas com a alimentação, o cuidado e a proteção da criança se tornam seus primeiros objetos sexuais, portanto, primeiramente a mãe ou seu substituto.”

Freud coloca a ambivalência da identificação do menino pelo pai como um resquício da fase oral, em que o indivíduo come o objeto, o que faz com que o incorpore e o aniquile ao mesmo tempo. Seria uma afeição devoradora. Posteriormente, o destino da identificação com o pai se perde de vista, podendo então ocorrer no complexo de Édipo uma inversão, ou seja, o pai pode ser tomado como objeto, através do qual se possa obter satisfação sexual. Freud salienta que a identificação com o pai, ou seja, aquilo que o menino gostaria de ser, é precursora de sua tomada como objeto de satisfação, ou aquilo que gostaria de ter. A identificação se empenha em fazer com que o Eu se configure de maneira semelhante ao seu modelo, o pai, no caso do menino.

Freud reforça a frase com que inicia este capítulo VII: “a identificação é a mais antiga e original forma de ligação afetiva” e acrescenta, “sucede com frequência que a escolha de objeto se torne novamente identificação, ou seja, que o Eu adote características do objeto.” (Freud, 1921/2011, p. 48) Freud, nesse momento, não diferencia investimento objetal de identificação.

Ainda de acordo com o Dicionário de Kaufmann, o autor nos mostra que é no texto sobre a “Dissolução do Complexo de Édipo” que Freud (1921/2011) conclui sua teoria de identificação, ao pensar na saída do Édipo. “Quando crescer não vou tomar o lugar de outro, mas fazer meu próprio lugar.” (p. 259) Ou seja, após e a partir do processo identificatório com as figuras parentais o que fica para as crianças é a possibilidade de fazerem seu próprio lugar.

3.2 Robert Stoller e a identidade de gênero

A expressão *gender identity* designa o sentimento relativo que uma pessoa nutre de sua própria identidade masculina ou feminina. Apareceu pela primeira vez em 1965, pela pena de John Money, mas foi Robert Stoller quem a introduziu na literatura psicanalítica em 1968.” (Mijolla, 2005, p. 912)

John Money criou a expressão “identidade de gênero” para distinguir a experiência subjetiva de um indivíduo em relação ao próprio sexo do “papel sexual”, que, para Money, relacionava-se aos atributos socialmente determinados a respeito do sexo. Stoller utilizou o conceito de Money e elaborou a noção de gênero como algo relativo ao que é psicológico, diferente do sexo que seria um determinante biológico. A identidade de gênero é um conceito sobre o que se acredita ser em relação ao sexo, porém, não é ligado necessariamente ao sexo, sendo assim uma construção e não uma evidência.

Além da diferença entre sexo e gênero, Stoller propôs um momento inaugural e precoce para a constituição da identidade de gênero, que chamou de *core gender identity*, que foi traduzido como “identidade de gênero nuclear”.

É a concepção stolleriana sobre a impressão dessa identidade de gênero nuclear e o desenvolvimento da masculinidade a ela associado que mais nos interessa nesse autor, principalmente em sua proposta de ampliar a ideia freudiana de complexo de Édipo. Ampliação que o próprio Freud sugere que seja feita quando, como vimos anteriormente, trata mais diretamente sobre sexualidade feminina. Nessa ampliação, Stoller contraria abertamente noções freudianas, tratando a feminilidade como o primeiro momento constitutivo de todos os sujeitos, sejam eles meninos ou meninas.

Em um trabalho de 1993, em seu sétimo livro, Robert Stoller continua o que o próprio autor define como “busca para compreender as origens, o desenvolvimento, a dinâmica e a patologia da identidade de gênero – masculinidade e feminilidade.” (Stoller, 1993, p. 9)

O que faremos a seguir é apresentar algumas ideias desse autor que se tornou essencial para a discussão sobre identidade de gênero, seja ela em conformidade ou não com o sexo anatômico. Seja influenciando autores importantes ou servindo de inspiração para aqueles que não concordam com suas ideias, Stoller nos parece essencial para a discussão que visamos a traçar.

3.2.1 Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero

Para esclarecer, um breve exercício de vocabulário: sexo (qualidade de ser homem ou mulher) refere-se ao estado biológico com estas dimensões – cromossomas, genitais externos, gônadas, aparatos sexuais internos (por exemplo, útero, próstata), estado hormonal, características sexuais secundárias e cérebro; gênero (identidade de gênero) é um estado psicológico – masculinidade e feminilidade. Sexo e gênero de modo algum necessariamente estão relacionados. Na maioria dos casos no ser humano, as experiências pós-natais podem modificar, e algumas vezes sobrepujar, tendências biológicas já presentes. (Stoller, 1993, p. 21)

Como vimos na citação acima, Stoller esclarece seu vocabulário e sua concepção sobre a diferença entre sexo e gênero. Sexo se refere ao biológico em seus aspectos genéticos, hormonais, fisiológicos, anatômicos e gênero, ou identidade de gênero, se refere ao psicológico. Diferente da qualidade de ser homem ou mulher, que o autor

classifica como algo biológico, a identidade de gênero seria algo psicologicamente motivado. Assim, sexo e gênero não estariam diretamente relacionados.

Masculinidade ou feminilidade é definida, aqui, como qualquer qualidade que é sentida, por quem a possui, como masculina ou feminina. Em outras palavras, masculinidade ou feminilidade é uma convicção – mais precisamente, uma densa massa de convicções, uma soma algébrica de *se*, *mas* e *e* – não um fato incontroverso. Além do fundamento biológico, a pessoa obtém estas convicções a partir das atitudes dos pais, especialmente na infância, sendo essas atitudes mais ou menos semelhantes àquelas mantidas pela sociedade como um todo, filtrada pelas personalidades idiossincráticas dos pais. Portanto essas convicções não são verdades eternas: elas se modificam quando as sociedades se modificam. (...) A masculinidade não é medida pelo comprimento do cabelo, mas pela convicção da pessoa de que o cabelo comprido ou curto é masculino. (Stoller, 1993, p. 28)

O sentido psicológico do gênero é enfatizado como aquilo que o sujeito sente como masculino ou feminino, a convicção, ou melhor, “a densa massa de convicções” que vai se formando em seu percurso subjetivo que o faz crer pertencente a um ou outro sexo.

O autor nos explicita em uma nota de rodapé sua ideia de que a identidade de gênero é mais ampla do que um papel de gênero. Refere-se a algo que a pessoa é, e não simplesmente a um papel que desempenha. Identidade seria algo relativo à essência da pessoa, aquilo que é essencial em sua impressão sobre si mesma, algo que a faz dizer e sentir: “eu sou mulher” ou “eu sou homem”. Esse estado psicológico da identidade de gênero é reafirmado por Stoller ao longo de seu livro e, podemos dizer, ao longo de seu pensamento ou sua forma de pensar e diferenciar sexo e gênero.

Stoller considera um fato interessante nos casos das “aberrações sexuais” relacionadas aos “distúrbios de gênero”, não em relação ao lado aberrante (palavra relativa a algo que se sente como exterior a si mesmo), mas em relação a naturalidade com que um trans-homem pode sentir em relação a seu pertencimento ao sexo masculino.

Aqui é importante frisar um ponto, a identidade de gênero é uma convicção, uma certeza, adquirida pelo sujeito de que pertence a um ou outro gênero. Stoller percebeu essa convicção nos casos em que atendeu os transexuais, em que percebeu que, embora não houvesse qualquer explicação da biologia que justificasse, o sujeito tem a convicção de pertencer ao sexo oposto.⁴⁰

⁴⁰ Sobre isso há um bela cena no filme “Minha vida em cor de rosa” (*Ma vie en rose*, de Alain Berliner, 1997), em que o menino de cerca de 8 anos diz saber o que ocorreu, que Deus esqueceu de colocar nele mais uma perna que faria o outro X do seu cromossoma. Assim ele deveria ser XX e não XY. Ele

Stoller considerou a importância da anatomia no que diz respeito à constituição de identidade de gênero, porém, ressalta que, para além do fundamento biológico, a participação das atitudes da mãe e do pai em relação a cada filho e ao sexo biológico de cada filho é um fator preponderante para a convicção que cada um tem de pertencer ao sexo masculino ou feminino. Essas convicções dependem dos valores culturais e familiares e de cada dinâmica familiar.

Após trabalhar com diferentes famílias cujos filhos (meninos) apresentavam níveis diferentes de feminilidade, Stoller pôde notar certa “dinâmica” da masculinidade e feminilidade em geral⁴¹.

O achado original foi esse: se um bebê do sexo masculino possui um relacionamento demasiadamente íntimo com a mãe (seu corpo e psique) e se ela tenta manter esta intimidade indefinidamente, em um ambiente de prazer sem traumas, sem frustrações, ele irá falhar (não estará bem motivado) em separar-se de seu corpo e psique do modo como os meninos usualmente o fazem. Como resultado, desde o início ele é feminino. (Stoller, 1993, p. 24)

Homens evitam o que consideram como impulsos femininos ou pode haver a inversão completa⁴², ou seja, homens biologicamente perfeitos que vivem como mulheres. Então, a masculinidade e a feminilidade são definidas como qualquer qualidade que é sentida como masculina ou feminina por quem a possui e isso pode ocorrer em acordo ou contradição com o sexo biológico. E nesse ponto, o autor nos explica sua concepção acerca da aquisição dessa masculinidade/feminilidade no sentido geral, para todas as pessoas.

Interessante que, assim como Freud, Stoller também não se debruça com a mesma profundidade nas questões femininas, quanto nas masculinas. Evidencia mais a relação do menino com a mãe e as consequências para sua aquisição de gênero, e não se detém sobre a construção de gênero para a menina com a mesma intensidade. O autor defende que isso se deve ao fato da feminilidade primária causar mais problemas relacionados ao gênero nos meninos do que nas meninas. O autor analisa 14 famílias de meninos e apenas uma de menina. Os efeitos da simbiose da menina com a mãe causam outros sinais de “anormalidade”, segundo Stoller (1993), menos envolvidos com as questões relativas ao gênero.

constata que houve um erro da natureza quanto ao sexo, mas jamais duvida de seu pertencimento ao gênero feminino.

⁴¹ Por esse motivo, utilizamos esse livro de Stoller, pois se trata dessa dinâmica geral da masculinidade e feminilidade.

⁴² Quando há essa inversão completa, o autor se refere como “transexuais primários homens”, que são “homens anatomicamente e fisiologicamente normais, que são, quando você os examina, os homens com a aparência feminina mais natural que você já viu”. (Stoller, 1993, p. 40)

3.2.2 *Origens da masculinidade e função materna (ou papel da mãe)*

A masculinidade é conquistada somente após uma luta imensa, assustadora, dolorosa, ainda mais pungente porque o menino deve separar-se precipitadamente de sua cálida e amorosa mãe. (Stoller, 1993, p. 253)

Stoller propõe três fatores que ameaçam o desenvolvimento da masculinidade em seus estágios mais iniciais, ou seja, em relação ao que chama de identidade de gênero nuclear. São eles: (1) A qualidade e quantidade da relação mãe-bebê: quanto mais longa, íntima e mutuamente prazerosa for a simbiose com a mãe, maior será a probabilidade do menino vir a se tornar feminino, isso se o pai não interferir e interromper essa fusão quantitativamente e qualitativamente. A dinâmica familiar⁴³ interfere diretamente no desenvolvimento da masculinidade. (2) Nas primeiras semanas de vida, o estágio inicial não é de masculinidade, mas de profeminilidade, que é uma condição induzida pela fusão que ocorre na simbiose mãe-bebê. (3) O bebê deve construir barreiras intrapsíquicas que afastem o desejo de manter a sensação de ser um só com a mãe. A capacidade de construção dessas barreiras depende do desabrochar de funções biológicas e aprendizagem de habilidades para inibir os próprios impulsos de fusão com a mãe. A masculinidade do menino deve ser encorajada pela mãe e pelo pai e, a isso, deve ser aliado a um impulso biológico masculino forte o suficiente para superar essa profeminilidade inicial. O pai, ou a figura do pai, serve ao menino como um modelo de masculinidade. (Stoller, 1993, p. 241-242)

Stoller postula ainda o que chama de “escudo protetor” do menino, a “ansiedade de simbiose”, que seriam recursos defensivos à feminilidade em forma de fantasias que irão perdurar ao longo da vida do garoto, fazendo parte do que é esperado no comportamento definido socialmente como masculino. Essa ansiedade de simbiose aparece, por exemplo, no medo da anatomia feminina, na inveja e no menosprezo em relação às mulheres, no medo de entrar em seus corpos, medo de intimidade, medo de demonstrar qualquer atributo feminino, medo de ser desejado por um homem. “O primeiro regulamento na profissão de ser homem é: não seja uma mulher.” (Stoller,

⁴³ Stoller considera um risco para a masculinidade do menino o que chamou de “dinâmica da família transexual”, que, resumidamente, configura-se através da mãe excessivamente simbiótica e bem-aventurada, que não incentiva qualquer separação com seu bebê, um pai omissivo que não ajuda na separação mãe-bebê e não protege o filho do “abraço da mãe”, tampouco serve de modelo masculino para o filho e um menino biologicamente adequado ao desenvolvimento sexual.

1993, p. 241) Assim, o sujeito que possui a convicção de ser homem, deve evitar e se defender de tudo relacionado ao feminino.

As hipóteses stollerianas sobre a conquista da masculinidade pelo menino são relativas a fatores parentais, representados inicialmente pela relação simbiótica mãe-bebê, que quando prolongada pode colocar em risco a masculinidade. A dimensão do risco é determinada por fatores associados: fatores biológicos; grau de fusão da mãe com seu bebê e capacidade dela de satisfazê-lo demais, sem espaço para frustração; apoio da mãe em relação aos comportamentos femininos do filho desde cedo; capacidade do pai de interromper a simbiose; capacidade do pai de servir de modelo de masculinidade. Além dos fatores parentais, Stoller propõe fatores intrapsíquicos, que surgem por volta de um ano de idade do garoto, nos primórdios da masculinidade, que fazem com que o garoto construa barreiras para o que passa a considerar como comportamentos femininos. “A masculinidade nos homens não é simplesmente um estado natural que precise apenas de ser preservado para desenvolver-se sadiamente, ao contrário, ela é uma conquista.” (Stoller, 1993, p. 37)

Stoller também acredita que as origens da heterossexualidade no menino dependem dos fatores parentais, ou seja, das atitudes e ações das mães e dos pais. “Quando uma mãe, embora amorosa, também permite, encoraja e insiste em que seu filho se separe de seu corpo e psique, o menino será mais capaz de seguir em frente.” (Stoller, 1993, p. 256) Para o autor, essa mãe amorosa deve ter uma forma de amor que consiste em “reconhecer esse objeto amado como separado de si própria e possuidor de uma identidade independente.” (Stoller, 1993, p. 256) Para Stoller, essa é a relação de objeto verdadeira, que seria o que Freud reconheceu como base para a situação edípica positiva, ou seja, o complexo de Édipo clássico em que o menino ama a mãe e tem seu pai como rival. É apenas depois de se separar da mãe que o menino passará a querer tê-la para si, objetivamente, podendo, assim, aceder aos conflitos do complexo edípico tal como foi postulado por Freud, o que posteriormente será dissolvido pela identificação com o pai desejado, temido, admirado. O que o menino deve conquistar para ter acesso ao complexo edípico é um tanto de sua subjetividade, é sair da posição de objeto da mãe e se configurar como sujeito que pode passar inclusive a desejar essa mãe. A conquista subjetiva precede a entrada no Édipo.

Quanto à identidade de gênero Stoller diz que teve sua hipótese confirmada, de que a mãe que tenta criar uma “fusão bem-aventurada”, ilimitada e interminável entre ela e seu lindo filho, “vivamente desejado”, cujo pai não interrompe o processo, corre o

risco de tornar o filho feminino, quanto à identidade de gênero. O autor também conclui que há uma suposição além da confirmação: esse processo maligno não é causado pelas defesas do menino contra uma ansiedade insuportável, mas resultado de uma parada no desenvolvimento que impediu a descoberta da masculinidade.

3.2.3 Identidade de gênero nuclear

A identidade de gênero nuclear é uma convicção de que a designação do sexo da pessoa foi anatomicamente e psicologicamente correta. É o primeiro passo em direção à identidade de gênero fundamental da pessoa e a conexão em torno da qual a masculinidade e a feminilidade gradualmente se desenvolvem. A identidade de gênero nuclear não implica em um papel ou em relações objetais. Em torno dos dois ou três anos de idade, quando podemos observar a masculinidade definida nos meninos e a feminilidade nas meninas, ela está tão estabelecida que é quase inalterável. (Stoller, 1993, p. 29)

No contexto do que considera importante relativo àquilo que define como identidade de gênero, Stoller acredita que o conceito se refere a uma amplitude de comportamentos, talvez mais ligados a diferenciação que o autor fez anteriormente entre os papéis desempenhados e aquilo que se é. Assim, há a conceituação do que seria a identidade de gênero nuclear, que seria o primeiro passo, mais primordial, em direção à identidade de gênero: o pilar tanto quanto inabalável sobre o qual se ampara uma certa convicção de pertencer a um ou outro sexo. Enquanto a identidade de gênero seria uma convicção, uma construção, a identidade de gênero nuclear seria um momento anterior, relativo à designação do sexo, sem relação com identificação ou relação objetal.

A identidade de gênero nuclear é resultante de cinco fatores, na opinião de Stoller. São eles: (1) uma força biológica, neurofisiológica que transforma o corpo do bebê de acordo com o sexo; (2) a designação do sexo no nascimento; (3) a influência da atitude dos pais, principalmente da mãe, sobre o sexo do bebê; (4) fenômenos bio-psíquicos, que o autor define como “efeitos pós-natais precoces causados por padrões habituais de manejo do bebê” (Stoller, 1993, p. 29); (5) o desenvolvimento do ego corporal ou eu corporal, com qualidades e quantidades de excitações, sensações genitais que definem o físico, o corpo e define também as dimensões psíquicas do sexo.

O autor ressalta que, mesmo em casos de imperfeição biológica, ou seja, casos em que a anatomia deixa ambígua a definição do sexo, se isso ocorre de maneira inequívoca no momento da designação do sexo, o sujeito desenvolve um sentido também inequívoco de ser homem ou mulher.

A teoria de Stoller, sobre identidade de gênero nuclear, diz que a primeira forma de identidade de gênero, que ocorre antes da relação objetal, é a fusão com a mãe. Nesse momento não é ainda possível, para a criança, distinguir as próprias fronteiras anatômicas e psíquicas. Para a menina, essa fusão com a mãe pode naturalmente incrementar a criação da feminilidade e, para o autor, não colocam em risco sua identidade nuclear de gênero. É para o menino que o relacionamento mãe-bebê pode colocar em risco sua identidade de gênero nuclear, exigindo do garoto um trabalho a mais para que ele cresça como uma pessoa separada e masculina.

As exigências em relação à identidade de gênero mudam ao longo da vida, mas amparadas em padrões iniciais através dos quais essas modificações posteriores irão aparecer. Esses padrões iniciais são o que o autor define como identidade de gênero nuclear.

3.2.4 Teoria de gênero clássica e teoria de gênero, segundo Stoller

Stoller faz uma revisão da teoria de Freud sobre masculinidade e feminilidade, em termos de identificação de gênero nuclear. Para tanto, Stoller elenca alguns pontos sobre a teoria freudiana e os confronta com sua teoria de gênero nuclear.

O primeiro ponto levantado por Stoller é a respeito da masculinidade nos homens. Em resumo, referindo-se ao texto de 1933, *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*, Stoller comenta a crença freudiana de que a qualidade de ser homem e a masculinidade eram estados principais e mais naturais e que ambos, homens e mulheres, consideravam ser mulher e a feminilidade menos valiosas. Assim, para o menino, a condição de considerar a feminilidade inferior resultaria na angústia de castração e dissolução do complexo de Édipo, enquanto que para a menina causaria a inveja do pênis.

Stoller continua, sobre o menino, em sua concepção da teoria freudiana:

O menino, disse Freud (1905, 1909), entra na vida melhor aquinhoado do que a menina. Seus genitais são visíveis, disponíveis e capazes de sentimentos eróticos facilmente produzidos e confiáveis. E, embora o que ele já possui possa ser ameaçado, o perigo potencial não é um problema tão fundamental como ter sido despojado desde o início da condição das mulheres. Então – outra vantagem poderosa – o menino inicia a vida como um heterossexual. Uma vez que seu primeiro objeto de amor é do sexo oposto, seu desenvolvimento sexual tem início adequado. Com relação aos genitais, é apenas a ameaça, não a ausência principal com que deve lutar, uma vez que está dotado com uma identidade de gênero nuclear biologicamente garantida, livre de conflitos pós-natais. (Stoller, 1993, p. 32-33)

Para Stoller, apesar do salutar papel principal, o menino, em determinado momento, será mais ou menos ameaçado na exata extensão da sua masculinidade heterossexual. Ele é ameaçado por seu desejo natural pela mãe, que tem no pai um rival excessivamente poderoso. Quanto mais o menino deseja a mãe, mais será proibido pelo pai, que o ameaça nos genitais. A angústia de castração aparece também quando o menino observa as mulheres, criaturas sem pênis. “Esse trauma bloqueia o que seria, de outra forma, um progresso tranquilo rumo à masculinidade e à heterossexualidade.” (Stoller, 1993, p. 33)

Segundo Stoller, o desenvolvimento da identidade de gênero para a menina é um pouco diferente. Embora a feminilidade também exija que a menina se separe da mãe, não é necessário que se separe de sua feminilidade. Já que a mãe é uma mulher, o autor considera que a menina, desde o início, se identifica com uma pessoa do mesmo sexo. Embora isso ressalte um núcleo homossexual presente, sendo seu primeiro objeto amoroso uma mulher, assim como o considera Freud, “o desenvolvimento de sua feminilidade não parece mais tão cheia de riscos.” (Stoller, 1933, p. 36)

Por outro lado, embora o menino se encaminhe para a heterossexualidade desde cedo, é necessário que ele já tenha se separado suficientemente de sua mãe, de modo que seja um indivíduo e que saiba que sua mãe é uma pessoa separada, de um sexo diferente. Então ele prefere *ter*, não *ser*, uma mulher. (Stoller, 1993, p. 36)

Stoller não apenas teorizou sobre a feminilidade em garotos, mas trabalhou durante décadas de sua vida influenciado por essa matriz clínica importante para sua forma de construir sua teoria. Nas considerações acima, vimos suas ideias sobre masculinidade e feminilidade em meninos e meninas. Embora aponte a concepção freudiana em uma masculinidade primordial, o que Stoller propõe é o exato oposto, uma feminilidade primordial, que deixa seus efeitos em ambos os sexos. Assim como Freud, o psicanalista americano considerou mais os pontos relacionados a constituição de garotos, do que de garotas.

3.2.5 A conquista da masculinidade e a profeminilidade

Resumindo, essa visão mais nova da identidade de gênero considera que a feminilidade nas mulheres não é apenas inveja do pênis ou negação da aceitação resignada da castração, uma mulher não é exatamente um homem fracassado. A masculinidade nos homens não é simplesmente um estado natural que precisa apenas ser preservado

para desenvolver-se sadiamente; ao contrário, ela é uma conquista. (Stoller, 1993, p. 36)

Ainda segundo Stoller (1993), ao revisar a teoria analítica clássica, o menino é forçado a utilizar, no conflito edípico, técnicas que ajudam a lidar com a castração e, para que tenha sucesso, os pais precisam ajudá-lo. O que fazem de duas maneiras, ensinando o garoto a deslocar o desejo para outras mulheres e oferecendo no pai um modelo de identificação masculina. Se tudo corre bem, o resultado é a primazia genital, “em que masculinidade e heterossexualidade são partes essenciais.” (p. 36)

Stoller recapitula as ideias freudianas acerca dos desenvolvimentos da menina, que tem problemas desde o início: seus genitais são inferiores e seu objeto de amor original é homossexual. O autor ressalta a concepção freudiana de que, para a menina, a luta pela feminilidade exige um trabalho a mais desde o nascimento. Por ser privada de um pênis, a menina sente inveja e o modo como lida com esse sofrimento vai determinar sua sexualidade futura.

O conceito de identidade de gênero nuclear, contudo, modifica a teoria de Freud, conforme segue. Embora seja verdade que o primeiro amor do menino é heterossexual, e embora os pais sejam rivais excessivamente poderosos, há um estágio mais precoce no desenvolvimento de identidade de gênero em que o menino está *fundido com a mãe*. Apenas depois de alguns meses é que ela gradualmente se torna um objeto claramente separado. Sentir a si próprio como uma parte da mãe – uma parte da estrutura de caráter primeva e, portanto, profunda (identidade de gênero nuclear) – estabelece o fundamento para o sentido de feminilidade de um bebê. Isso coloca a menina no caminho para a feminilidade na idade adulta, mas põe o menino em risco de ter, em sua identidade de gênero nuclear, um sentido de unidade com a mãe (um sentido de qualidade de ser mulher). (Stoller, 1993, p. 35)

O conceito de identidade de gênero nuclear se diferencia da teoria freudiana ao supor um estágio mais precoce nas engrenagens da concepção acerca da diferença sexual, quando Stoller propõe um momento anterior, o estabelecimento da identidade de gênero nuclear. Há uma confirmação da suposição freudiana a respeito do primeiro objeto de amor do menino e das configurações em torno do complexo edípico, porém evoca-se um período anterior, mais precoce, que seria o momento em que o bebê está fundido com a mãe e que, de certa forma é a mãe. As consequências dessa fusão inicial com a mãe e o modo como cada criança faz para se desvencilhar dessa relação inicial é para o autor um ponto crucial na definição de gênero de cada um.

Sabemos que no início da vida o bebê não tem noção de diferenciação de si mesmo em relação ao objeto materno, o que caracteriza o período fusional com a mãe e,

para o autor, esse “sentir a si próprio como parte da mãe” é uma parte da estrutura primeva do caráter e, portanto, profunda (identidade de gênero nuclear). Isso faz parte da convicção da criança em relação a pertencer ao gênero masculino ou feminino, por isso tratada como identidade.

É nesse ponto que Stoller se coloca numa posição exatamente contrária a de Freud, ao supor que, na verdade, quem tem que fazer um trabalho extra em relação a sua constituição é o garoto, podendo essa fase inicial deixar resíduos potencialmente prejudiciais para a aquisição da masculinidade. A menina também deve se separar da mãe, mas não de sua feminilidade.

A menina estaria então em vantagem em relação ao garoto, já que essa base-fusional-identificatória-nuclear com a mãe não faz oposição ao seu pertencimento ao gênero feminino. Para o menino a coisa fica mais difícil, exigindo dele um trabalho extra para chegar ao ponto de se identificar com o pai, ao sexo masculino e, assim, caminhar em direção a sua masculinidade.

Para Stoller, é necessário que o menino se defenda arduamente desse estágio de fusão com a mãe e essa defesa só se torna possível com a ajuda da mãe, para que o filho seja liberado dela. São fatores parentais, aliados a fatores intrapsíquicos e biológicos que propiciam ou não a aquisição e manutenção da masculinidade.

Stoller acredita que na dinâmica familiar do menino transexual há sempre um traço materno que não libera o seu filho para a diferenciação e um pai omissivo, que não é capaz de interromper esse ciclo e instaurar a separação mãe-filho.

Essa identificação primária fusional com a mãe é o que Stoller chama de *protofeminilidade*. Para o autor, é essa protofeminilidade que faz com que homens sejam misóginos, que temam demonstrar afeto por outros homens e ele acredita ser o motivo pelo qual a perversão é mais comum em homens do que em mulheres. O homem tem que estar constantemente se defendendo da possibilidade de voltar ao estado simbiótico com a mãe, ao estágio feminino de sua constituição, o que gera características masculinas como a violência contra tudo o que seja ligado ao universo feminino.

O autor reafirma que está de acordo com as proposições freudianas relativas ao desenvolvimento psicosexual das crianças no que tange os momentos posteriores, mas no que se refere aos momentos iniciais, ele propõe a protofeminilidade. Essa definição é a que mais nos interessa neste trabalho, já que pretende explicar o desenvolvimento

habitual de meninos e meninas em relação a sentir-se conforme o sexo biológico, quer seja homem ou mulher.

Não pretendemos aqui nos debruçar sobre as questões acerca da transexualidade, embora consideremos o tema importante para concluir a incongruência que pode ocorrer entre sexo e gênero. Como nos lembra Stoller, o estudo de casos extremos pode nos ensinar a respeito de mecanismos com natureza semelhante, mas em grau mais reduzido e, assim, os casos de transexuais permitiram dar sentido ao comportamento comum.

3.2.6 Outros autores comentam Stoller

Person & Ovesey (1999)⁴⁴ nos lembram que apenas em 1955 foi inferida a distinção entre sexo e gênero, através dos estudos pioneiros de Money e seus colaboradores sobre hermafroditismo. A partir das pesquisas de Money foi proposto que a autodesignação pela criança referente ao seu gênero seria um fator decisivo para o desenvolvimento de sua identidade feminina ou masculina. Além da autodesignação, outro ponto importante serviu de apoio para os estudos de Stoller. Os estudos de Greenson sobre identidade de gênero também foram essenciais. Para Greenson, (Greenson apud Person & Ovesey, 1999) a identidade de gênero seria um aspecto da identidade geral e, ao enfocá-la, sugeriu quatro fatores importantes para sua formação: (1) consciência da estrutura anatômica e fisiológica; (2) a atribuição sexual; (3) “força biológica”; (4) necessidade de des-identificação com relação à mãe. O fator (4), sobre des-identificação, para Greenson, era exclusivo dos meninos, que deveriam estabelecer uma nova identificação com o pai, o que tornaria a identidade de gênero mais precária para o menino e mais fácil para a menina.

Segundo Ribeiro⁴⁵ (2005), “a relação das desordens da identidade de gênero com a identificação primitiva com a mãe, inicialmente apontada por Greenson, ganha, com os estudos de Robert Stoller sobre o transexualismo, o status de uma verdadeira teoria sobre a aquisição da identidade de gênero.” (Ribeiro, 2005, p. 239) Assim, Stoller tanto se opõe ao ponto de vista de Freud sobre masculinidade inata, quanto discorda da ideia freudiana de maior complexidade da posição da menina na aquisição da feminilidade.

⁴⁴ Person, E. & Ovesey, L. (1999). Teorias psicanalíticas da identidade de gênero. In: Ceccarelli, P. (Org.). *Diferenças sexuais*. (p. 121-150). São Paulo: Escuta.

⁴⁵ Ribeiro, Paulo de Carvalho. (2005). Gênero e identificação feminina primária. *Psicologia em Revista*, 11(18), 238-256. Recuperado em 07 de janeiro de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-1682005000200007&lng=pt&tlng=pt.

Através dos estudos com transexuais, meninos muito femininos e hermafroditas, Stoller chegou a uma identificação feminina primária resultante da relação inicial da criança com a mãe. A teorização sobre a natureza dessa primeira identificação com a mãe ocupa uma parte importante na obra de Stoller e evidencia uma nítida evolução de suas ideias a esse respeito, o que é evidenciado pelo próprio autor em seu livro sobre feminilidade e masculinidade, em que comenta a mudança de opinião que ocorreu em relação a casos que foram atendidos ao longo de sua carreira.

3.2.7 Feminilidade para Freud, feminilidade para Stoller

Vocês são convidados a familiarizar-se com a ideia de que a proporção em que masculino e feminino se misturam, no ser individual, está sujeita a consideráveis variações. (...) O que constitui a masculinidade ou feminilidade é uma característica desconhecida, que a anatomia não pode apreender.” (Freud, 1933, pp. 265-266)

Na sessão anterior, traçamos um percurso através de textos freudianos sobre a diferença sexual e pudemos constatar que algumas mudanças ocorreram no que Freud considerou em relação à sexualidade feminina. Nos textos específicos em que Freud trata da feminilidade e da sexualidade feminina, o autor passa a considerar dois pontos interessantes: (1) o complexo de Édipo completo, com sua consideração a respeito do complexo de Édipo invertido, ou seja, o menino se identificar com a mãe e ter o pai como objeto; (2) a importância de uma relação especial da menina com a mãe, que chamou de fase pré-edípica, tratando desse ponto mais especificamente em relação à menina.

Para Stoller, podemos dizer que a fase pré-edípica foi muito mais enfatizada em relação ao menino, no sentido da relação inicial com a mãe-mulher deixar marcas importantes na constituição do garoto e, principalmente, em sua masculinidade. Stoller dedicou décadas de trabalho ao estudo dos transexuais, e suas aceções acerca do que chamou de identidade de gênero nuclear foram organizadas visando a responder questões acerca dessa matriz clínica com a qual trabalhava. Portanto, buscou encontrar explicações que justificassem a dificuldade maior dos meninos em relação à masculinidade. A conquista da feminilidade, para o autor, nos pareceu um tanto mais enigmática, já que não explica tão detalhadamente o que faz uma mulher se considerar, ou não, como pertencente do sexo feminino.

O argumento de que a feminilidade não é experienciada nem pelos homens nem pelas mulheres como fundamento inferior à

masculinidade está apoiado nos achados subjacentes ao conceito de identidade de gênero nuclear, o sentimento da pessoa de ser ou um homem ou uma mulher. Como descrevi anteriormente, isso começa a emergir no primeiro ano de vida, ou em torno disso, como parte da subjetividade contida nos termos como *eu* e *identidade*. (Stoller, 1993, p. 240)

Ao discutirmos os textos freudianos sobre feminilidade, constatamos uma tendência tardia no que poderíamos chamar de uma “retificação feminina”, ou seja, Freud acrescenta, modifica e introduz considerações acerca da sexualidade feminina. Ao considerar a relação pré-edípica da menina com a mãe, há uma consideração a respeito dos efeitos dos primeiros cuidados maternos e das possíveis consequências desastrosas para a garotinha, caso não se desvencilhasse dessa relação excessivamente próxima com sua mãe. Ao declarar que “a sedutora é a mãe”, Freud nos mostra que são os cuidados maternos, exercidos pela mãe ou por um substituo, os responsáveis pela transformação do corpo infantil num corpo erógeno, marcado pela pulsão e seus destinos. Esse processo é imprescindível na constituição subjetiva. Embora Freud, até onde sabemos, não tenha sido assim tão explícito ao considerar essa mesma sedução materna em relação ao menino e suas possíveis consequências para a identidade masculina no garoto, poderíamos considerar que o autor deixou ali sementes férteis para o desenvolvimento desta questão.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar referente aos textos sobre feminilidade de Freud está relacionado à consideração acerca da atividade e passividade induzir ao erro, quando consideradas como correlatas, respectivamente, de masculino e feminino. “Dizemos, então, que uma pessoa seja homem ou mulher, comporta-se de maneira masculina num ponto e feminina em outro. Mas logo vocês verão que isso apenas significa ceder à anatomia e à convenção.” (Freud, 1933/2010, p. 266)

Como seria pensar sobre a constituição da feminilidade ou masculinidade em crianças que são criadas por dois pais, dois homens? Será que ficaria ainda mais evidente que a constituição da diferença sexual ou identidade de gênero não se dá a partir do sexo anatômico dos pais? E mais ainda, será que essa configuração familiar deixa marcas específicas nessas crianças?

No capítulo 1, evocamos a importância de perceber e reconhecer a desnaturalização ao sexo e gênero dos pais/mães e a relação do sexo e gênero com os papéis que desempenham nessa filiação. Através dos estudos de Stoller com transexuais, pudemos perceber que todas as famílias que apresentou eram tradicionais, no sentido do casal parental ser composto por um homem e uma mulher. Fica claro que

o fato dos pais serem anatomicamente um casal formado por um homem e uma mulher, não garante a partir disso a adequação do gênero de uma criança em relação ao seu sexo.

3.3 Discussão

Ao desvincular sexo e gênero, Stoller aponta para uma desnaturalização na aquisição da identidade de gênero, da constituição da masculinidade ou feminilidade. Embora aponte para a importância dos fatores naturais, ou seja, biológicos, fisiológicos, anatômicos, o autor torna evidente que há uma construção em jogo, que não é garantida naturalmente, mas fruto de fatores sobredeterminados. Essa aquisição de identidade de gênero não é garantida pela anatomia genital das crianças.

Ao considerar a *protofeminilidade* como relacionada ao sexo da mãe, pelo fato da mãe oferecer os primeiros cuidados, Stoller acaba tratando o feminino como algo original. O que nos leva a perceber nessa atitude um naturalismo, ao considerar uma espécie de “natureza feminina” na mulher, ao exercer seu papel de mãe. Percebemos isso quando o autor tenta explicar, principalmente, como se dá a construção da identidade de gênero na menina. Nesse ponto, Stoller revela que considera a feminilidade mais simples, pelo fato da mãe ser mulher.

Embora Stoller explique, em alguns momentos, sobre o desenvolvimento da menina, entendemos que ao considerar o percurso feminino mais simples, ele não nos explica exatamente como se daria na menina a conquista de sua feminilidade e o efeito de sua constatação a respeito de seu sexo. Os efeitos da profeminilidade na menina seriam apenas facilitadores de sua construção de identidade de gênero feminina. Assim, nos parece que Stoller trata a feminilidade como algo natural e não nos esclarece sobre os efeitos na menina de sua identificação inicial com a mãe. Como vimos anteriormente, o autor aponta para uma consideração freudiana que levava em conta o masculino como primário. Stoller propõe então o feminino como primário, considerando assim a feminilidade como algo natural, identificatório e objetual, já que a mãe é do sexo feminino.

Em relação ao menino, não percebemos essa “naturalização” quanto ao sexo da mãe, mas uma ênfase no que o autor chamou de “abraço materno”, quando a mãe sufoca a masculinidade do filho impedindo-o de se defender da feminilidade que ela lhe inflige.

Consideramos importante a contribuição de Stoller, principalmente quando aponta a existência de uma certa dinâmica que entra em jogo na constituição da identidade de gênero. Essa dinâmica que pode sobrepor qualquer determinação anatômica, tanto dos filhos como dos pais.

As conclusões de Stoller a respeito da aquisição do que chamou de identidade de gênero tanto central como geral dependem de uma dinâmica familiar, depende da forma como pais e mães cuidam dos filhos e encorajam ou não sua masculinidade.

Nos casos de transexuais que Stoller apresenta, todos são frutos de casais heterossexuais, não apresentavam qualquer anormalidade anatômica e foram femininos desde o primeiro ano de vida.

Assim, a dinâmica familiar é apontada como a principal fonte de risco para a aquisição da masculinidade em garotos, ou seja, essa identidade de gênero do garoto não está necessariamente ligada ao fato do casal parental ser composto por um homem e uma mulher anatomicamente referentes aos sexos masculino e feminino, respectivamente. O fato do casal parental ser heterossexual não garante a “normalidade” na sexualidade dos filhos. O que ocorre é a influência de certa dinâmica familiar, que propicia ou não a aquisição da masculinidade.

Outro ponto importante levantando pelo autor é, para além da feminilidade ou masculinidade, o fato da dinâmica familiar ajudar ou atrapalhar a conquista da subjetividade da criança, ou seja, a possibilidade de iniciar relações de objeto, de ser diferenciado da mãe, passando assim a existir separadamente dela. Stoller nos mostra que a criança o faz por desenvolver uma “ansiedade de simbiose”. São criadas pela criança, a partir de sua possibilidade de se desenvolver enquanto sujeito, defesas contra o estado fusional com a mãe, permitindo assim que o menino se descubra separado dela e de seu sexo. É a partir dessa separação que ele passa a saber sobre seu sexo. A descoberta da diferença anatômica, a partir de então, causará no menino o que Freud propôs, a sua entrada no complexo de Édipo.

Como pudemos observar nos textos freudianos discutidos anteriormente, o que Freud chama de consequência psíquica da distinção anatômica entre os sexos, se trata do que ocorre a partir da constatação infantil de ter ou não ter o pênis, de ser fálico ou castrado, desdobrando numa anatomia das teorias sexuais infantis.

Trouxemos artigos importantes de Freud que discutem sobre as diferenças sexuais e, como contraponto, trouxemos contribuições que julgamos importantes de

Robert Stoller, que com seus estudos com transexuais pode abordar questões interessantes sobre a masculinidade e feminilidade.

Um ponto permanece obscuro nos dois autores: Freud e Stoller. Ambos adotam em algum momento de suas considerações sobre feminino e masculino, um apego a uma explicação biológica ou anatômica. Freud, ao falar do menino, pressupõe uma identificação primária ao pai e Stoller, ao falar da menina, pressupõe ligação ao feminino materno que tornaria natural sua definição de gênero.

Ponto primordial sobre o efeito dos estudos de Stoller e suas considerações sobre feminino e masculino é o quanto o autor acaba considerando, de forma direta ou indireta, que há algo, muito além de qualquer distinção anatômica entre os sexos dos pais, que incide radicalmente sobre a constituição não apenas de identidade de gênero, mas a constituição subjetiva de meninos e meninas. Ao nosso ver, Stoller considera essencial a dinâmica familiar, a forma como será permitido ou não à criança existir para além de uma simbiose, de um abraço materno sufocador.

4 Sobre homoparentalidade

Antes de ter aprovada a lei do “casamento para todos” na França, foram organizadas conferências para as quais foram chamados diversos representantes de diferentes áreas de saber para discutir sobre a homoparentalidade, já que a lei garantiria para todas as pessoas casadas direitos iguais, inclusive os relativos à procriação e adoção de crianças. Antes de tomarem qualquer decisão contra ou a favor de uma lei que admitia como família a configuração homoparental, foram convocadas famílias homoparentais para falar.⁴⁶ Uma das garotas que se pronunciou começou dizendo algo como, “podem olhar para mim, vejam que não sou uma aberração”. A presença dessas famílias e a certificação de que se tratavam de pessoas absolutamente normais, capazes de falar sobre si e sua experiência e capazes, inclusive, de defender seu direito de não rotular previamente sua escolha afetiva sexual, foi importante na decisão que aprovou o *Mariage pour tous* na França.

As pesquisas sobre homoparentalidade ajudaram a embasar as decisões a favor da aprovação do casamento e subsequente reconhecimento legal da família homoparental.

Em 2012, uma pequena atriz,⁴⁷ de 13 anos, que é criada pelo tio e seu companheiro desde quando tinha 4 anos de idade, teve sua intimidade exposta, quando veio a público que sua família era adotiva e homoparental. A mãe dessa garotinha morreu em um acidente de carro e, como o pai biológico não havia reconhecido a paternidade, ela ficou órfã. Então foi adotada pelo tio. Em um depoimento⁴⁸, ela relata um episódio em ouviu no rádio comentarem sobre sua vida, disse que ficava triste quanto ouvia alguém dizer que ela não seria uma pessoa normal, já que era criada por um casal *gay*. Essa criança, que ficou famosa por atuar em uma novela no horário nobre, em sua vida real, pede para que seja reconhecido o seu direito de ser filha adotiva de um casal homoparental e que, com isso, respeitem sua constituição subjetiva sem atribuir a ela qualquer tipo de prejuízo. Se quem afirma que uma adoção homoparental prejudica uma criança em alguma instância observasse o que ocorre na prática, poderia perceber que contrariamente ao que pode ser julgado *a priori*, essas crianças parecem felizes,

⁴⁶ Essas audiências estão disponibilizadas no site da APGL.

⁴⁷ Ana Karolinn Lannes, que interpretou a personagem Ágata na novela “Avenida Brasil”, veiculada pela Rede Globo entre fevereiro e outubro de 2012.

⁴⁸ O depoimento da atriz pode ser acessado através do *link*: http://nadaerrado.com.br/pode_abracar/ (acesso: 21/01/2014)

estão cuidando de suas vidas e, principalmente, sendo bem cuidadas por pais e mães que lutam todos os dias para garantir o direito de seus filhos de existirem.

A família homoparental não é uma novidade tão recente quanto o reconhecimento legal que vem sendo feito na maior parte do mundo ocidental. Ela já existe há tempos e já há pesquisas sobre o assunto que revelam dados interessantes. Separamos três dessas pesquisas para tratarmos a seguir. No decorrer deste capítulo, abordaremos também pontos fundamentais sobre a adoção tardia, internacional e homoparental e, ao final, apresentaremos alguns relatos provenientes de relatórios feitos a partir da prática com família adotivas homoparentais, relatos estes que nos ajudam a refletir sobre o assunto que abordamos.

4.1 Zambrano e a grande pesquisa brasileira

O primeiro trabalho sobre o qual falaremos foi feito em Porto Alegre, no período de setembro de 2004 a setembro de 2005 e foi realizado pelo Instituto de Acesso à Justiça. Interessa-nos o produto desta pesquisa, a cartilha intitulada “O Direito à Homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais Homossexuais”, cujo objetivo foi buscar informações sobre famílias homoparentais existentes no Brasil. Considera-se homoparental a família em que pelo menos um dos pais se reconhece como homossexual e exerce a função de cuidar cotidianamente de, pelo menos, uma criança. Não seria exagero dizer que esta se trata da maior e mais importante pesquisa brasileira feita sobre o assunto.

A cartilha brasileira sobre homoparentalidade foi feita na tentativa de suprir uma falha, já que até então havia pouca quantidade de trabalhos sobre o tema no Brasil. O intuito da pesquisa foi, dentre outros, o de obter dados que informassem o que se pensa sobre homoparentalidade, tanto no sentido dos envolvidos diretamente no assunto – os membros de famílias homoparentais –, como também profissionais que trabalham com esse público. Foram considerados, além disso, dados vinculados na imprensa brasileira sobre o assunto. É um estudo amplo, sem o qual certamente não poderíamos discutir a homoparentalidade hoje no Brasil.

Levando em conta que a maior preocupação tanto dos operadores do direito quanto dos pais e mães envolvidos na pesquisa é relativa ao bem-estar da criança, foi feito um vasto levantamento bibliográfico sobre artigos e pesquisas empíricas nas áreas

da Psicologia, Antropologia e Direito. No total, foram analisados 43 artigos, em sua maioria internacionais. Aproveitaremos aqui esse levantamento mais adiante.

A cartilha ressalta que há um número muito mais expressivo de pesquisas sobre a parentalidade lésbica do que da parentalidade *gay*, e atribui isso ao fato de ser muito mais acessível à mulher a maternidade, principalmente antes de serem regulamentadas em tantos países as leis sobre casamento e adoção de crianças por homossexuais. Ressalta, também, a necessidade de fazer estudos sobre as famílias homoparentais que não sejam comparativos, relacionados às famílias “heteroparentais”, para que se possam ressaltar as especificidades das famílias homoparentais.

Outro ponto levantado pela pesquisa é de que a representação social de gênero atribui muito mais à mulher do que ao homem a capacidade de cuidar dos filhos, o que reforça a ideia de que “homens são menos aptos para cuidar de filhos do que as mulheres” e que “mulheres são representadas como seres original e necessariamente maternos apenas pelo fato de serem mulheres.” (Zambrano, 2006, p. 9)

O resultado geral da nossa pesquisa bibliográfica mostra que as pesquisas empíricas realizadas por diferentes autores indicam a inexistência de diferenças em relação à habilidade para o cuidado de filhos e à capacidade parental de pessoas heterossexuais e homossexuais, bem como demonstra não haver diferenças significativas entre o desenvolvimento de crianças criadas por famílias heterossexuais quando comparadas àquelas de famílias homossexuais. (Zambrano, 2006, p. 22)

A cartilha coordenada por Zambrano destaca que estudos sobre homoparentalidade existem desde 1975 e dedica um capítulo a mostrar o resultado e a discussão de cada uma dessas pesquisas. Embora os resultados desses mais de 30 anos de pesquisas não tenham conseguido demonstrar qualquer prejuízo nas crianças criadas por homossexuais, eles indicam que os mesmos não serviram para desmistificar a ideia de que algo poderia ser prejudicial nesse tipo de família. Mas, ampararam muitos países em decisões sobre leis de adoção e casamento entre homossexuais.

Diante da escassez de estudos sobre homoparentalidade que levassem em conta homens *gays*, a delimitação empírica da pesquisa coordenada por Zambrano foi composta por homens homossexuais, homens travestis e transexuais (homens para mulher), levando em conta o sexo biológico anatômico de nascimento dos indivíduos. Todos os participantes da pesquisa são de famílias tradicionais, heterossexuais, nucleares e baseadas em laços consanguíneos.

4.1.1 A pesquisa empírica de Zambrano

A pesquisa brasileira teve três fontes de dados: entrevistas semi-estruturadas com 20 homens (12 homossexuais, 5 travestis e 3 transexuais) que tinham ou pretendiam ter filhos; entrevistas semi-estruturadas com 7 operadores do Direito (3 psicólogos e 4 assistentes sociais); foi feita uma vasta revisão bibliográfica de 43 estudos sobre homoparentalidade da área da Psicologia, Antropologia e Direito; foram levantadas reportagens veiculadas pela Folha de São Paulo. Algumas conclusões sobre a pesquisa apresentaremos abaixo.

O primeiro ponto esclarecido é sobre as possibilidades de construção da família homoparental, que são quatro: relação heterossexual anterior; adoção, legal ou informal; novas tecnologias reprodutivas; co-parentalidade. Aqui, é considerado um dado interessante, pois o estudo conclui que para os homens *gays* a via da parentalidade é, preferencialmente, a adoção. A parentalidade social é mais considerada do que a biológica, já que para os homens a anatomia de seus corpos não permite a autonomia sobre a gestação de uma criança, como é o caso de mulheres lésbicas.

A partir do próprio estudo empírico realizado por Zambrano e a partir de outros estudos citados na pesquisa, concluí-se que para as mulheres é mais preponderante a parentalidade biológica ou o laço de filiação de sangue.

Sobre as funções paterna e materna exercidas no grupo estudado na pesquisa brasileira, foi concluído que ocorrem de acordo com as características e preferências de cada um, não tendo sido observado, necessariamente, nos casais homossexuais, uma divisão rígida de “papel de gênero”, ou seja, o feminino para o que cumpre a função materna e masculino para a função paterna. Foi observado que o papel de autoridade, vinculado ao papel paterno, foi representado por aquele que era considerado o “verdadeiro” pai, por ser o pai biológico ou por ser o pai adotante, o único reconhecido pela lei até então. O outro pai ocupa um lugar mais “maternal”, não porque seja mais feminino, mas porque se encarrega das tarefas nas quais o reconhecimento legal não é solicitado, geralmente os cuidados domésticos. Nas famílias em que um dos componentes é travesti ou transexual, foi constatado que a divisão dos papéis parentais era definida de acordo com o sexo/gênero de “escolha” de cada um, então mulheres transexuais e travestis são consideradas mães e seus companheiros, pais. (Zambrano, 2006)

A pesquisa destacou que cada grupo familiar pesquisado inventa seus próprios termos de nomeação. Isso foi considerado como uma forma de possibilitar a inclusão de outros tipos de cuidados parentais, para além da nomeação tradicional “pai” e “mãe”. Termos como “dindo”, “painho”, diminutivos dos nomes próprios, e nos casos de transexuais foram mencionados termos como “mainha” e equivalentes femininos.

A pesquisa brasileira ressaltou também que a socialização dos filhos em ambientes homoparentais faz com que crianças e adolescentes transitem melhor entre as diferentes possibilidades de relações sexuais, fazendo com que se coloquem de forma mais aberta em relação à homossexualidade. Porém, todos os estudos demonstram que a ocorrência de escolha afetiva homossexual em filhos de família homoparental é a mesma de famílias tradicionais, heterossexuais.

*4.2 Adoção por casais do mesmo sexo: um estudo belga*⁴⁹

Na Bélgica, a lei de adoção suprimiu as três palavras “de sexo diferente” no que concernia a adoção, sendo assim permitido que casais do mesmo sexo passassem a ser autorizados pela lei a adotar crianças. Aprovada em 20 de abril de 2006, a abertura para a adoção de casais do mesmo sexo começou a ocorrer no final da década de 1990, quando essa ideia de abrir a adoção a casais homoparentais parecia audaciosa e inovadora. Convém ressaltar a complexidade do assunto, ao tocar em pontos essenciais como família, a criança e a sexualidade.

Assim como no Brasil, o que ocorria na Bélgica antes da aprovação da adoção por casais do mesmo sexo era a adoção monoparental, ou seja, apenas um membro do casal era o adotante da criança, embora fosse de conhecimento de todos de que se tratava de um casal. Ou, havia uma dissimulação da relação de casal em função da comprovação de que se tratava mesmo de uma adoção monoparental.

No curso dos anos 2000, muitos países votaram alguma lei que regulamentou o casamento e/ou a adoção por casais do mesmo sexo. Foram eles: Países Baixos, em 1º de abril de 2001; seguido pela Grã Bretanha, em dezembro de 2002; Suécia, em 1º de fevereiro de 2003; assim como Dinamarca, Islândia e Noruega.

Em 2005, na Espanha, se decidiu de uma só vez regulamentar o casamento homossexual e a adoção por pessoas do mesmo sexo. O Canadá também regulamentou

⁴⁹ L'adoption par les couples de même sexe, de Cathy Herbrand, 2006.

leis sobre adoção e casamento de pessoas do mesmo sexo. Isso tudo, dias antes da votação ocorrer na Bélgica.

Nas conclusões dessa pesquisa belga temos a afirmação em relação à aprovação da lei de adoção, naquele país, por casais do mesmo sexo. A lei belga alcança mais do que apenas permitir que casais do mesmo sexo tenham acesso à adoção, sendo considerada um passo emblemático em favor do reconhecimento da diversidade de configuração de família na contemporaneidade. Fazendo com que a lei pudesse cobrir todas essas configurações, tirando da sombra aquelas que já existiam, mas que não eram reconhecidas legalmente. (Herbrand, 2006, p. 71) Permitiu à homoparentalidade aceder a uma legitimidade tanto jurídica quanto simbólica pelas vias do direito.

A pesquisa em questão ressalta também que o reconhecimento dos direitos dos homossexuais e reconhecimento das famílias homoparentais promove a modificação das representações sociais acerca do gênero, da orientação sexual e da família. Assim, as questões sobre adoção por casais do mesmo sexo ultrapassaram em muito a simples defesa de uma minoria. O tema interpela todo cidadão a respeito do que é a família. Junção do público e do privado, a família se revela um vasto campo de evolução permanente, cujos atores são levados sempre a repensar, redefinir e reconstruir. (Herbrand, 2006, p. 71)

4.3 Um estudo francês feito com 58 crianças criadas por pais homossexuais

O primeiro trabalho científico feito na França sobre filhos de famílias homoparentais, de Nadaud (2006), foi feito com sujeitos recrutados na APGL⁵⁰. O estudo francês pesquisou se as crianças filhas de homossexuais apresentavam patologias psiquiátricas ou não; também procurou determinar o tipo de temperamento dessas crianças de acordo com quatro modelos: emocional, atividade, sociabilidade e timidez; e, finalmente, avaliou a capacidade adaptativa dessas crianças ao confrontarem situações desafiadoras.

Os resultados obtidos nos diferentes testes seguiram a mesma linha daqueles encontrados em todas as pesquisas feitas até então. Globalmente, os comportamentos e temperamento dessas crianças não são diferentes do que é encontrado geralmente em crianças. Um ponto interessante é que foi constatado que as crianças de famílias

⁵⁰ Associação de Pais Gays e Lésbicas.

homoparentais apresentam mais capacidade adaptativa, provavelmente pelo fato de pertencerem a famílias “atípicas”, o que as impulsiona a desenvolver mais estratégias de proteção.

“Não se trata então de afirmar que todas as crianças de pais homossexuais ‘vão bem’, mas de colocar uma pedra suplementar no edifício dos estudos que mostram que seus comportamentos correspondem àqueles de outras crianças de sua idade.” (Nadaud, 2006, p. 302) Assim, o estudo não pretende negar as especificidades dessas crianças, mas reafirmar que, mesmo com especificidades, elas não são tão diferentes de qualquer criança criada por casais em conformidade com a heteronormatividade.

Sobre as pesquisas apresentadas, gostaríamos de considerar que há muitos estudos de revisão já existentes, e selecionamos o brasileiro para cobrir o vasto campo de estudos sobre a homoparentalidade. Utilizamos um brasileiro e outro francês por se tratar de países intimamente ligados a essa pesquisa que surgiu a partir do trabalho com adoção de crianças brasileiras por casais franceses.

Outros estudos certamente virão, mas até hoje não há qualquer dado empírico ou nenhum estudo considerado sério que traga qualquer comprometimento específico de crianças de famílias homoparentais.

4.4 Adoção tardia, internacional e homoparental

Gostaríamos de esclarecer alguns pontos sobre adoção e suas especificidades, pontos motivadores dessa pesquisa.

Para falar de adoção precisamos, infelizmente, falar sobre abandono, sobre a discrepância que existe entre o amor de uma família e o real da rua, do ferro e do fogo, das queimaduras de cigarro pelo corpo, do estupro, do descaso, da exploração de menores, dos horrores pelos quais passam milhares de crianças todos os dias no Brasil.

Peiter (2011) evita a utilização da palavra “abandono” por considerar que remete a ideia de uma situação intencional e considera que são poucas as vezes em que o afastamento entre as crianças e seus pais biológicos seja fruto de um descuido intencional. Outro ponto muito interessante ressaltado por Peiter (2011) é relativo à consideração de que quem entrega ou abandona o bebê no Brasil é sempre a mãe, pois no imaginário social é a mãe a única responsável pela criança e a pessoa a ser julgada caso não tenha condições de desempenhar seu papel materno.

Delannoy (2006) diz que na França, a opinião pública exprime compaixão pela criança, condenação aos pais biológicos, admiração pelos pais adotivos, o que considera como três variáveis de uma mesma dificuldade em conceber um ato de abandono. A autora nos diz ainda que o abandono deixa suas feridas no narcisismo da criança, fazendo com que tenha dúvida sobre seu valor. Assim, considera que é o abandono que cria qualquer problema no processo de filiação e não considera que a adoção em si tenha qualquer problema *a priori*. A autora não só utiliza a palavra abandono como considera o fator mais desafiador para a elaboração da criança adotiva, gerando insegurança profunda e desvalorização de si mesmo, seja pelo abandono real ou imaginário.

A maior parte das histórias de adoção no Brasil passa pela miséria, pelos maus tratos, não só pela má distribuição da renda, mas pela má distribuição de direitos. Num país miserável e rico ao mesmo tempo, incapaz de garantir direitos mínimos às suas crianças.

O percurso de uma criança que é disponibilizada para a adoção internacional é um caminho marcado por rupturas. Isso porque para que, hoje, no Brasil, uma criança seja encaminhada para adoção fora do país é necessário que todas as outras alternativas tenham fracassado. A volta para a própria casa, a ida para a casa de um parente próximo, a tentativa de inserção em família adotiva brasileira. Além disso, a maioria das crianças encaminhadas para a adoção internacional tiveram a destituição do poder parental transitada e julgada. Isso nos revela que na família de origem as condições de vida dessas crianças não eram nem um pouco favoráveis ao seu desenvolvimento.

Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) ⁵¹, lançado em 29 de abril de 2008, servem para entendermos por que se recorre à adoção internacional.

Começemos por um dado simples que confirma que, diferente do que muitos imaginam, há muito mais casais interessados em crianças para adoção do que crianças disponíveis no Brasil. E ainda assim, sobram crianças. Por que será que isso ocorre?

⁵¹ “O CNA é em um banco de dados unificado nacionalmente que contém as informações necessárias à realização de adoções no Brasil. O cadastro tem por objetivo facilitar e dar maior agilidade aos processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas, visto que uniformiza todos os bancos de dados existentes; racionaliza os procedimentos de habilitação; amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes brasileiros cadastrados; possibilita o controle adequado pelas respectivas corregedorias-gerais de Justiça; e orienta o planejamento e a formulação de políticas públicas voltadas para a população de crianças e adolescentes que aguardam pela possibilidade de convivência familiar.” (p. 7_CNJ, 2013)

Temos 29.194 pretendentes a adoção e 5.465 crianças no CNA.⁵² Embora o número de crianças em abrigos seja imenso, apenas 1 em cada 8,15 crianças abrigadas está apta para a adoção.

Uma explicação simples é que o perfil de crianças que esses tantos casais almejam não corresponde às crianças disponíveis. A maior parte dos casais quer crianças o mais novas possível, o mais claras possível e do sexo feminino, sobretudo. E no CNA a maioria das crianças é parda, do sexo masculino, maiores de 9 anos e possuem irmãos. “No Cadastro Nacional de Adoção (CNA), segundo dados de outubro de 2013, das 5,4 mil crianças e jovens para adoção, 4,3 mil (80%) estão na faixa etária acima de 9 anos.”⁵³

Segundo os dados do CNA referentes ao mês de agosto de 2012, 92,7% dos pretendentes definiram que sua escolha era pela adoção de crianças entre 0 e 5 anos. (...) Enquanto 92,7% desejam uma criança com idade entre 0 a 5 anos, o CNA informa que apenas 8,8% de crianças e adolescentes aptos à adoção tem essa idade. (CNJ, 2013, p. 28)

A partir desses dados fica evidente que o fator idade é o que mais conta para o desencontro que existe entre a quantidade de pretendentes e a quantidade de crianças aptas à adoção no Brasil.

4.4.1 Da separação à adoção

Adoção tardia é uma expressão utilizada para designar a adoção de crianças de mais de 2 anos de idade. É o tipo de adoção prevalente na adoção internacional. O que regulamenta a adoção internacional é a convenção de Haia⁵⁴ a qual o Brasil aderiu em 1999 e, desde então, passou a seguir uma série de regulamentações em relação à adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.

As adoções abrangidas por esta Convenção só poderão ocorrer quando as autoridades competentes do Estado de origem (...) tiverem verificado, depois de haver examinado adequadamente as possibilidades de colocação da criança em seu Estado de origem, que uma adoção internacional atende ao interesse superior da criança; (Convenção de Haia, 1980)

⁵² Esses dados são de 2013, do CNA, criado em 2008 e do CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas) criado em outubro de 2009; corregedoria Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

⁵³ <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adocao-cna>

⁵⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm Convenção que regulamenta a adoção internacional, visando assim, além de outros, desvincular a imagem da adoção internacional ao tráfico internacional de crianças.

Art. 39. § 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Nova lei de adoção, 2010)

Art. 50. § 10. A adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º deste artigo, não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil. (Nova lei de Adoção, 2010)

Visando atender o interesse da criança, a adoção internacional só é utilizada em último caso, quando foram exauridos todos os outros recursos. Por isso mesmo, é muito mais frequente que ocorra com crianças grandes, maiores de 9 anos ou com irmãos que não forem separados. Ocorre apenas em casos excepcionais de adoções internacionais acontecerem com crianças pequenas, que, mesmo pequenas, não encontraram famílias nas longas filas do cadastro nacional.

Da separação à filiação adotiva há um longo e muitas vezes doloroso percurso que a criança enfrenta. As crianças que sobrevivem a esse caminho de rupturas e continuam aptos a serem adotadas, ou seja, aptos a adotarem uma nova família e serem adotados por ela, são crianças muito especiais. A criança necessita elaborar o luto de sua família biológica, para que possa reconstruir suas imagens, que servirão de apoio para as imagens de seus novos pais. (Ozoux-Teffaine, 2004)

Nas engrenagens da adoção tardia, que é prevalente na adoção internacional, há dois momentos essenciais: a preparação das crianças e o estágio de convivência. A preparação começa quando já se sabe que a criança ou as crianças serão adotadas por um casal heterossexual, uma pessoa solteira ou, como veremos a seguir, um casal homossexual que vem de longe buscar seu filho no Brasil. O estágio de convivência é o período em que os membros dessa nova família permanecerão juntos, entre o momento em que se conhecem e a decisão do juiz em relação à adoção. O estágio de convivência tem a duração de, no mínimo 30 dias, podendo ser estendido conforme seja julgado necessário. Durante o estágio a guarda da criança é concedida aos pais adotantes e, após esse período, ocorre a audiência que concretizará a adoção de caráter irrevogável.

4.4.2 Notas sobre adoção: a fase preparatória, o primeiro encontro e o estágio de convivência

A semana anterior de João foi marcada por pesadelos. Para que João não sofresse tanto com a ruptura e não associasse sua perda com a chegada dos pais

*adotivos, ele foi retirado da família acolhedora uma semana antes do início do estágio de convivência, semana essa em que passou na casa da responsável pelo abrigo em que João passava as manhãs.*⁵⁵

Ozoux-Teffaine (2004) considera que um dos pontos fundamentais para a bem sucedida filiação adotiva é o processo preparatório da criança anterior à chegada dos pais. Pois, como também ressalta Delannoy (2008), embora seja um momento de alegria para a criança que receberá uma nova família, se trata também de um momento de muitas perdas: perda de suas origens, de seu ambiente, do abrigo ou família acolhedora, dos colegas de escola e mesmo da língua materna. Para permitir a elaboração adequada desse luto é necessário que a criança seja bem preparada para adoção por vir e que esteja de acordo com o que irá acontecer.

Antes dos pais chegarem João, de 9 anos, foi sendo preparado para a adoção pela equipe do juizado. Aos poucos, foram apresentando a ele aqueles que seriam seus pais. Logo no primeiro dia da preparação um fato foi revelador, João não seria adotado por um pai e uma mãe, mas por um casal de homens. Ele disse sem hesitar, ao final do primeiro encontro com a equipe: “Eu não quero uma mãe-bicha. Eu quero um pai e uma mãe.”

No segundo encontro com a equipe de preparação João já chega dizendo que não mudou de ideia, que gostaria mesmo de ter um pai e uma mãe. Mas aceita seguir conhecendo mais sobre os possíveis pais. Então fica sabendo o nome deles e é mostrada a ele uma foto em que se podia ver apenas o rosto dos dois. Ele leva a foto consigo. E continua dizendo não.

No terceiro dia de preparação João mostra a foto dos pais, perfeita, sem um amassado, parecendo ter tomado muito cuidado com ela. E começa a fazer perguntas de como seria a vida dele no país pra onde iria, como é a comida de lá, se ele poderia aprender a nadar.

No quarto dia da preparação de João, a equipe diz que os pais lhe enviaram uma carta e perguntam se ele gostaria de ler. Ele diz que quer ler sozinho. Na carta, os pais se apresentavam, contavam o que gostavam de fazer, diziam que gostariam de saber mais a respeito dele e, no final, disseram que se João quisesse, e apenas se quisesse, seria o filho deles. João ficou muito feliz com a carta que leu muitas vezes. Ficou nitidamente satisfeito com a parte em que os pais levavam em conta a vontade

⁵⁵ No corpo do texto, o que se apresenta em itálico é baseado em relatório efetuado no período em que ocorrem as adoções. Nomes próprios, locais, datas e partes da história foram modificadas.

dele, respeitavam sua vontade e o fato de João poder dizer sim ou não. Ao final do quarto dia de preparação, João disse sim, que queria ser filho daqueles dois.

No breve relato que lemos podemos constatar a importância da preparação da criança e da criação de um espaço intermediário entre o abrigo e a família adotiva. Durante a preparação, a criança pode ir se despedindo daquilo que até ali fora sua vida e pode se preparar, se imaginar, se projetar na vida nova que viria a ter. Pode decidir se aceita, ainda mais no caso de crianças grandes, aquela família que está disposta a oferecer-lhe uma nova vida. A preparação é um período necessário para que a criança possa ter acesso aos pais reais que estão por vir. E confrontar esses pais com os pais de sua imaginação, com os pais que a criança gostaria de ter e com os quais sonhou por muito tempo.

4.4.3 O nascimento no primeiro encontro, momento fundador da filiação

“Assistimos aos primeiros momentos da vida em adoção que poderiam estar muito próximos daqueles que acontecem durante um nascimento. Nós falamos de um renascimento, nessa passagem de uma vida a outra.” (Ozoux-Teffaine, 2004, p. 114)

Ainda segundo Ozoux-Teffaine (2004), os primeiros momentos de uma adoção são marcados por um idílio entre pais e filhos. Trata-se de uma fase original, de um momento privilegiado, de um encontro marcado por um longo período de espera, tanto do lado dos pais, como dos filhos. É um momento de completude, de realização, de encontro. Momento de nascimento.

Às 15h, após duas horas de conversa com a equipe de preparação de Joãozinho, nos avisam, pelo telefone, que ele está no prédio. Uma sala separa João de seus pais. João pede que os pais coloquem apenas os rostos pela porta, olha os pais por um segundo e se esconde. João vem lento, no seu tempo, parece tímido ou cauteloso na expectativa de encontrar os pais pela primeira vez. Mostra primeiro o pé, depois a mão, depois sua voz. A voz é reconhecida pelos pais. Ele finalmente entra na sala, e vai de corpo inteiro na direção dos pais, como se ninguém mais estivesse presente.

Fabrice toca na mão do filho e o coloca no colo, o segura nos braços e eles se abraçam por um momento, um longo momento. Fabrice coloca João no chão e é a vez de François abraçar o filho, segurá-lo nos braços, de olhar pra ele, de conhecê-lo finalmente. João olhava para os pais e procurava traços que o ajudassem a reconhecê-los. Ele já os conhecia por fotos e por um contato rápido pela internet. Então, quando

está no colo de Fabrice ele passa a mão em sua barba e diz, você é o Fabrice e ele [apontando para François] é o François.

O primeiro encontro marca a fase inicial de um processo de filiação, da inscrição da filiação. Momento do encontro, do renascimento de um filho que tem uma história pregressa marcada por rupturas diversas, mas que manteve a possibilidade de estabelecer vínculos com esses pais, manteve a possibilidade de confiar e se lançar nos braços de adultos que, finalmente, poderiam cuidar dele.

O período inicial de uma adoção é marcado por regressões diversas e a importância dos cuidados, do contato com a pele, a procura do calor. A necessidade de fricções cutâneas é sinal precursor de um retorno imaginário ao seio, ao bem-estar, ao interior do ventre materno ou à sua proximidade imediata. A criança se joga nos pais buscando o contato direto, o que pode gerar certo desconforto, quando o pai não entende como um menino grande pode precisar de colo. (Ozoux-Teffaine, 2004.) A criança pode oscilar entre ser completamente capaz de cuidar de si, como alguém de sua idade cronológica, ou se comportar como um bebê, ela parece precisar ter assegurada sua possibilidade de ser novamente um bebê e ser cuidado pelos pais como tal.

“É uma pena você não ter peito, porque se você tivesse peito eu poderia mamar.” – disse João à Fabrice, um pouco antes da hora de dormir. Então Fabrice diz que “não seja por isso.” E vai até a geladeira, pega um pouco de leite, esquenta num copo e volta para a sala. Na sala ele deita João em seu colo e lhe dá o leite como se seu filho de 9 anos de idade fosse um bebezinho de colo. João toma o leite, agradece e ri. Ri como quem sabe que aquilo não é bem o esperado para um menino daquele tamanho. Ri como quem descobre que será alimentado por seu pai, mesmo que esse não tenha peito. Então João vai para seu quarto dormir, onde François o espera para contar uma história.

Até agora, pudemos perceber um pouco das engrenagens de uma adoção tardia, internacional e homoparental. Utilizamos, entretanto, referências de autoras que se referem às adoções realizadas por casais heterossexuais.

4.4.4 O decorrer do estágio de convivência

Art. 46.

§ 1º O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

§ 2º A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

§ 3º Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 4º O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida.” (Nova lei de adoção, 2010)

Como vimos acima, o estágio de convivência no caso de adoção internacional tem o prazo mínimo de 30 dias. Esse período é inaugural no processo de filiação adotiva. Durante esses 30 dias a família consolida aquilo que antes só fazia parte do imaginário de pais e filhos que estavam distantes e ainda não se conheciam. Esse período permite que a família passe dessas idealizações para vivências concretas e reais que serão a base para seu relacionamento futuro, em outro país.

Joãozinho chegou com uma mala azul, pequena, ali estava tudo o que tinha. Algumas roupas, alguns brinquedos, suas “cartinhas” estavam no bolso, delas não se separava por nada. A calça jeans no corpo, algumas blusas, um tênis, uma meia. Recebeu também um cd, com fotos dos colegas da escola, cartas dos colegas lhe desejando uma boa vida nova.

Nas engrenagens da adoção tardia também há os momentos de conflito, e como nos explicam Levinzon(2004), Peiter (2011) e Ozounx-Teffaine (2004), nessa fase de conflitos as marcas do abandono podem aparecer. No momento em que está em seu novo ambiente, a criança conta histórias de seu passado, sobre o que se passou antes da adoção, despertando dúvidas sobre a veracidade desses fatos. Se a família tem capacidade para gerir esses conflitos, as lembranças continuam presentes, num sinal de que o que está em jogo é o passado da criança e sua necessidade de conservar lembranças boas de um passado do qual se distancia cada dia mais. Isso pode ocorrer mesmo durante o estágio de convivência.

Adoção desnaturaliza a filiação, no sentido de deixar claro o que pode ocorrer de encontro ou desencontro no processo de adoção entre pais e filhos. Podemos perceber que a filiação não é um processo natural. Outro ponto que a filiação adotiva enfatiza é a existência de um lado da criança que jamais poderá ser conhecido. A adoção tardia, principalmente, supõe uma criança que tem em sua bagagem uma história obscura e que deve ser aceita e respeitada pelos pais como tal. A criança tem direito a esse passado e esse direito é garantido por lei. Mas o ponto que nos chama atenção é da semelhança

dessa ideia de um passado obscuro, que só pode ser acessado a partir de fragmentos, da memória que está sujeita a falhas e reconstruções, a semelhança disso com a ideia de inconsciente. A filiação adotiva realça a presença de uma parte do sujeito à qual o acesso é impossível de alcançar, assim entendemos que realça o ponto em comum a todos os sujeitos, desde que foi postulado o conceito de inconsciente enquanto instância psíquica.

A criança adotiva tem direito ao acesso aos fatos de sua história, aos arquivos que puderam ser documentados. Mas cabe aos pais adotivos, sejam eles de qualquer configuração afetiva ou sexual anatômica, respeitarem o fato de que a criança é um sujeito constituído para além de seus desejos e expectativas.

Muitas vezes ao se falar de adoção são sublinhadas as dificuldades que podem ocorrer nesse processo. É importante ressaltar, no entanto, que a relação entre pais e filhos adotivos é apenas uma relação vincular humana, com todas as vicissitudes e paixões. Cada grupo é similar em alguns aspectos e se destaca em outros, em relação ao conjunto maior de pessoas. O mesmo ocorre com as pessoas ligadas por vínculos de adoção. (Levinzon, 2004, p. 131)

Ao considerar os homossexuais como criaturas humanas tão habilitadas como qualquer adulto responsável que tenha o desejo de parentalidade, de construir um laço de filiação com uma criança, o que ocorrem são histórias em que o que está em jogo é apenas essa relação vincular humana, citada acima. Importante ter em vista que a aceitação da homossexualidade como uma possibilidade de relação afetiva, amorosa e conjugal, abre espaço para considerar o que há de específico no tipo de família homoparental. “A facilidade ou dificuldade com que uma criança aceita sua condição de adoção está diretamente ligada ao grau de aceitação de seus pais sobre a sua própria condição de pais adotivos.” (Levinzon, 2004, p. 133) E, diferentemente do que ocorre nos casais heterossexuais⁵⁶, os casais *gays* que procuram a adoção não experimentaram a decepção de não poder ter filhos, mas, ao contrário, passam por um momento em que veem o surgimento de uma possibilidade que, anteriormente, consideravam bem remota ou impossível. O que se vê é a abertura de uma possibilidade e um desejo genuíno de estabelecer um vínculo essencial com uma criança que, da sua parte, precisa ter assegurado seu direito de crescer no seio de uma família.

⁵⁶ Sobre esse tema, o artigo de LEVINZON (2006), aborda questões como: os sentimentos decorrentes da condição de infertilidade, o luto por não ter podido gerar seu filho, a dificuldade em conviver com as diferenças. Essas questões, ao nosso ver, estão relacionadas diretamente com casais heterossexuais.

Conclusões Finais

O tema sobre o qual trabalhamos ao longo desses dois anos de mestrado vem sofrendo mudanças consideráveis. Quando propusemos a questão para a banca, que aprovaria o que era ainda um projeto de mestrado, a homoparentalidade se colocava a partir de uma brecha na lei, que permitia a adoção de solteiros, sem especificar o estado civil ou opção sexual. Desde então, tanto no Brasil quanto em outros países, sobretudo do ocidente, as leis sobre casamento homossexual foram aprovadas e garantidos os direitos tanto conjugais quanto familiares, ou seja, os que versam sobre a filiação. A partir disso a atualidade e relevância desse tema são confirmados e podemos mesmo concluir que estamos longe de esgotá-lo.

A homoparentalidade não foi responsável pelas modificações no cenário das configurações familiares, mas as modificações que ocorreram com a família, com o reconhecimento da homossexualidade como uma forma legítima de afetividade e o desejo de homossexuais de participarem da ordem familiar fizeram com que a família homoparental se tornasse visível, sendo, portanto, reconhecida legalmente.

Na primeira parte dessa dissertação, tratamos sobre o conceito de família e suas transformações, lembrando que a família tradicional burguesa, que se trata de um casal com filhos biológicos, é um modelo ao qual foram adicionadas outras possibilidades, que também são reconhecidas, tais como: família adotiva, cujos filhos não são biológicos; família recomposta, cujos pais se separaram, um deles ou ambos se casam novamente formando uma nova família; família monoparental, constituída por apenas um dos pais, seja adotivo ou biológico, que exerce sozinho as funções materna e paterna; família artificial, cujos filhos são concebidos por métodos de inseminação artificial. Diante da variedade de avatares familiares possíveis, a família homoparental aparece com mais uma, dentre tantas possibilidades. O reconhecimento da homoparentalidade permite que apareçam essas famílias que já existiam, assim revelando que seus filhos são sujeitos aos mesmos percursos constitutivos, pulsionais e identificatórios, pelos quais passam todas as crianças.

O percurso que levou ao reconhecimento da família homoparental nos fez levantar a questão: como a psicanálise poderia explicar a constituição subjetiva de crianças que crescem tendo como casal parental duas pessoas do mesmo sexo anatômico?

A fim de obter respostas para nossa pergunta decidimos selecionar alguns textos freudianos que tratassem diretamente da questão da diferença sexual, ou seja, os textos em que Freud revela as concepções da psicanálise clássica sobre “os movimentos psíquicos que permitem ao sujeito ter acesso ao reconhecimento da diferença entre os sexos”. (Mijolla, 2005, p. 500) Já que um ponto evidente da homoparentalidade é o fato do casal parental ser constituídos por duas pessoas do mesmo sexo anatômico.

Pudemos perceber, a partir dos textos estudados, que a psicanálise freudiana sofreu mudanças ao longo dos tempos e apontou para a necessidade de ampliar conceitos e concepções. Revisamos cinco textos freudianos e de cada um percebemos pontos importantes.

No texto sobre a “Organização genital infantil” (Freud, 1923/2011), distante do que poderia ser apenas uma constatação de que os órgãos genitais infantis seriam entendidos a partir de sua anatomia, Freud propõe que o que prevalece, após o momento da organização perverso polimorfa, é uma organização que coloca para as crianças a possibilidade de entenderem a se dividirem entre fálico e castrado. Essa divisão pesaria tanto sobre a concepção que a criança tem sobre si, quanto a representação que faria dos pais. Freud aponta ainda que nessa fase, não há equivalência com masculino e feminino.

O texto seguinte, de 1924 (2011), trata sobre um dos conceitos essenciais da psicanálise clássica: o Complexo de Édipo. Como vimos, esse texto versa sobre pontos cruciais da constituição das crianças e de suas relações com seus primeiros objetos de amor, as pessoas que se responsabilizam por seus cuidados, que exercem para a criança as funções parentais. Esse trajeto infantil, que vai do perverso polimorfo das pulsões parciais ao organizado como fálico ou castrado, é produzido em parte pela dessexualização desses amores edípicos, que são trocados pela possibilidade de se identificar aos pais e aos ideias parentais. A identificação ocorre tanto com aquele que representa o pai, masculino, ativo, quanto com o representante do feminino, passivo. Nesse texto Freud considera a identificação do menino com a mãe, mas ressalta vagamente o que seria uma identificação com uma “postura feminina”⁵⁷.

No outro texto de 1924 (2011), “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, Freud considera as consequências psíquicas em meninos e meninas em relação a anatomia que os divide entre fálico e castrado. Embora assumam posições parecidas com textos anteriores, percebemos que há uma maior ênfase sobre a

⁵⁷ Conforme grifado na citação da página 47, acima.

bissexualidade, considerando mais passividade na masculinidade e mais ambiguidade na diferenciação entre o que é propriamente feminino e masculino. Percebemos um avanço na teoria clássica que permitiu uma menor determinação natural do que seria feminino ou masculino.

Finalmente, na parte da revisão dos textos freudianos, revisamos dois textos semelhantes em que Freud aborda questões novas sobre o feminino, motivo pelo qual chamamos esse período de “retificação feminina”. Em ambos os textos, “Sobre sexualidade feminina” (1931/2010) e “Feminilidade” (1933/2010), o autor considera a sexualidade feminina mais complexa, pelo fato da garotinha ter que trocar tanto de zona genital (do clitóris para a vagina), quanto de objeto de amor (da mãe para o pai). Para fazer essa retificação feminina, Freud propõe uma ampliação do complexo de Édipo que permita reconhecer melhor a fase pré-edípica da menina, evidenciando a forte ligação inicial que a menina tem com a mãe. O ponto que mais nos interessou foi que ao tentar explicar o feminino, Freud faz avançar a teoria e faz alertas que consideramos importantes para o tema que tratamos nessa pesquisa. Dissocia definitivamente feminino de passivo e masculino de ativo, considera a fase pré-edípica de ligação primordial com a figura sedutora materna e a disposição inicial bissexual infantil são pontos apontados por Freud nesse texto. Porém, esses avanços nem sempre são considerados efetivamente na teoria clássica, como vimos nas considerações de Stoller.

Através da revisão desses cinco textos percebemos avanços na direção de desnaturalizar a relação que poderia existir entre o órgão sexual anatômico e uma posição sexuada específica, através da ênfase cada vez maior que foi sendo dada aos diferentes caminhos que levam meninos e meninas a se tornarem homens e mulheres. Embora seja evidente, em alguns momentos, uma equivalência entre biológico anatômico e um destino sexuada pré-determinado, percebemos que nos textos mais tardios, essa equivalência foi sendo cada vez mais desfeita. Consideramos que para contribuir para pensarmos sobre a homoparentalidade essa desnaturalização da equivalência deve ser ainda mais radical.

Após a revisão dos textos clássicos de Freud sobre diferença sexual, decidimos traçar um certo diálogo entre a teoria clássica psicanalítica e outra mais contemporânea, através das concepções de Robert Stoller sobre identidade de gênero. A fim de perceber em que ponto a concepção stolleriana sobre identidade de gênero poderia nos amparar para refletirmos sobre como a psicanálise poderia ajudar a esclarecer sobre a homoparentalidade.

Stoller, em seu livro “Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero”, de 1993 (2010), traça, a partir de sua longa experiência com transexuais, como seria o percurso de constituição de identidade de gênero principalmente em meninos. Ao tratar especificamente sobre essa constituição, o autor desnaturaliza completamente a relação entre sexo anatômico e gênero. Stoller ressalta que a relação entre sexo (qualidade de ser homem ou mulher) e gênero (estado psicológico referente a feminilidade e masculinidade) não configuram uma relação necessária, mas contingente, ou seja, experiências que ocorrem após o nascimento podem modificar as “tendências biológicas”. (Stoller, 1993, p.21)

Apesar de não desconsiderar completamente a importância das forças biológicas representadas pela anatomia sexual genital, pela determinação do que seria o sexo masculino ou feminino, Stoller considera a importância de um período anterior ao complexo de Édipo freudiano na construção da identidade de gênero. Esse período pré-édipico estaria presente em todas as crianças e se trata de uma forte ligação com a figura materna e com o corpo da mãe, determinante da identidade de gênero nuclear. Essa forte ligação inicial seria feminina, o que faz o autor postular que para ambos, meninos e meninas, a fase primordial de sua constituição é de uma feminilidade primária. A primeira ligação seria responsável pela dificuldade maior que o menino teria em conquistar sua masculinidade, já que para isso, teria que ultrapassar essa feminilidade.

Embora as concepções stollerianas sobre o feminino materno e suas possíveis marcas deixadas no menino pareçam equivaler feminino e passivo, a ênfase que o autor dá às primeiras relações são importantes para o que consideramos sobre homoparentalidade. Mas caberia considerar que as concepções de Stoller teriam que ser ampliadas ao ponto de poder considerar as primeiras relações dessas crianças, por exemplo, com uma função materna que fosse exercida por um homem. Caberia perguntar: como ficaria essa relação inicial com um corpo que fosse masculino e o quanto isso poderia interferir na conquista da masculinidade para o menino?

Seguindo a orientação freudiana, teríamos que ampliar ainda mais o conteúdo do complexo de Édipo, abrindo espaço para considerar as relações iniciais da criança com aqueles que dela cuidam, quando as funções parentais fossem exercidas por duas pessoas do mesmo sexo anatômico. Isso nos permitiria considerar os pais não somente em relação ao sexo anatômico, mas em relação às funções que desempenham na criação de seus filhos e as consequências dessas diferentes funções nas possibilidades identificatórias das crianças, que o fazem em relação ao ideal parental. Essa mesma

ampliação teria que ser feita na teoria desenvolvida por Stoller, ao considerar que a dinâmica familiar, tão importante na constituição da identidade de gênero de cada criança, ocorreria menos atrelada a um feminino materno pelo fato da mãe ser mulher, mas a uma posição passiva da criança em relação a esse cuidado.

A noção de identidade de gênero amparada pelo amplo estudo freudiano, nos mostra que é preponderante na construção no Eu uma impressão de pertencer a um ou outro sexo e isso não depende da diferença anatômica do sexo dos pais, mas de um percurso pulsional e identificatório. A ênfase num certo tipo de dinâmica familiar colocada por Stoller nos ajuda a pensar na desnaturalização da relação que pretensamente existe entre sexo dos pais e aquisição da noção de diferença sexual.

Um dos pontos essenciais que percebemos ao longo do texto foi a necessidade da desnaturalização para entendermos mais sobre as concepções de feminino e masculino tanto no que tange às crianças, mas principalmente no que concerne o sexo anatômico dos pais. Freud e Stoller são essenciais para essas considerações e, muito além do que pode ser apontado como pontos obscuros, esclarecem em momentos diferentes como essa desnaturalização ocorre.

Não falamos em nome de uma psicanálise uníssona, mas trouxemos um pouco de duas abordagens dentro da ampla teoria psicanalítica: uma clássica freudiana e outra, mais contemporânea, stolleriana, cada uma com uma matriz clínica específica. Nossa matriz, a homoparentalidade, obriga que seja feita de forma ainda mais radical a separação entre sexo e gênero, entre função materna e sexo anatômico feminino, entre função paterna e sexo anatômico masculino.

A noção freudiana de complexo de Édipo interpreta uma faceta da cultura que sobrepõe mulher e homem às figuras parentais e essas figuras podem não ser, necessariamente, homem e mulher, mas mesmo assim exercerem esses papéis como funções não acopladas ao gênero.

A construção do laço de filiação é um processo que parece durar a vida inteira. Mas há um momento inaugural dessa construção. Através da filiação adotiva percebemos que esse laço não depende exclusivamente do sangue, da herança genética. Através da homoparentalidade e as pesquisas empíricas que comprovam não haver diferenças consideráveis na constituição das crianças que crescem nesse meio, percebemos que a construção desse laço de filiação e parentalidade não depende exclusivamente da anatomia do sexo dos pais e nem da diferença anatômica.

Na obra “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Elizabeth Badinter (1985) escandaliza uma geração ao demonstrar através de um percurso histórico como a ideia de que a mulher possui algo como um instinto materno é falsa. O livro é repleto de exemplos em que esse instinto não se revela tão “natural” assim, aparecendo muito mais como uma crença e uma relação de poder sobre a mulher do que como um atributo da natureza feminina.

A cultura vincula mulher e mãe. Mas nos tempos em que ser mãe é cada dia mais uma opção para a mulher e os gêneros estão cada vez mais fluídos, nos parece importante propor utilizarmos a maternidade como uma função, e como tal pode ser exercida para além do sexo da mãe.

Nos estudos sobre adoção homoparental, em casais *gays*, podemos perceber que há presença desses cuidados “maternos” desempenhados pelos pais da criança, há identificação desses cuidados pela criança e há também uma elaboração pela criança da “ausência” da mãe/mulher tão evocada socialmente quando se trata de criar um filho ou constituir uma família.

Para o campo da psicanálise talvez seja necessário radicalizar ainda mais a separação que começou a ser feita por Freud em relação ao real do corpo e a elaboração subjetiva a respeito dele de acordo com o percurso pulsional e identificatório. Radicalizar também a não correspondência que existe entre natureza, procriação e desejo sexual. Mas o ponto mais essencial, no que tange a questão da homoparentalidade seria afastar de vez a relação que se estabeleceu entre passividade e feminino, atividade e masculino.

Em relação às funções maternas e paternas, elas também necessitam ser radicalmente separadas, no sentido de não fazerem uma relação necessária, mas contingente entre o sexo feminino e a função materna e o sexo masculino e a função paterna.

Construímos essa pesquisa a partir da experiência com adoção tardia internacional e homoparental, o que representa a adoção de crianças grandes, às vezes com mais de 9 anos de idade, por casais estrangeiros. Dessa forma, a base da constituição dessas crianças já estaria estabelecida e marcada, na maior parte das crianças, por algum tipo de abandono. As questões relativas a diferença sexual teriam que ser feitas especificamente nesse contexto e aliadas a outras referentes ao ponto em que influenciam na construção de um laço afetivo de parentesco. Uma criança grande, com mais de 9 anos tem um passado, uma história e subjetividade constituídos com

outros pais, em outro contexto. Em que ponto a homoparentalidade poderia representar alguma característica específica sobre esse tipo de filiação adotiva?

As pesquisas empíricas comprovam que não é necessário mais perguntar “se” a constituição subjetiva desses filhos da homoparentalidade sofreria qualquer dano particular. Mas ainda cabe perguntar quais são e como funcionam as especificidades características do arranjo homoparental, o que constitui um campo aberto de trabalho, sobre o qual gostaríamos de continuar investigando em pesquisas futuras.

A adoção homoparental é um campo amplo de pesquisa e carece daquelas que procurem discutir suas especificidades. Esperamos poder continuar com pesquisas sobre o assunto e contribuir para que o conhecimento sobre as especificidades dessa recém reconhecida família possa ser ampliado.

Certamente esse trabalho não termina aqui, pelo contrário, como dissemos no início, se trata de um começo, de um primeiro passo.

Referências

- Assoun, P. L. (2009). *Dictionnaire des oeuvres psychanalytique*. Paris: PUF.
- Badinter, E. (1985) *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Texto original publicado em 1980)
- Bartucci, G. (2002) Entre bigornas, corpos e sexo – Inventando o sexo. Publicado em Percurso. In: *Revista de Psicanálise*, 15 (28), pp. 131-132.
- Conselho Nacional de Justiça (2013). *Encontros e Desencontros da Adoção no Brasil: Uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça*. Recuperado em 15 de dezembro de 2013, de https://www.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/pesquisas/AnaliseCadastroNacionalAdocao_CNJ.pdf.
- Costa, J. F. (1995, junho). A construção cultural da diferença dos sexos. In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. 2(3), pp. 3-8.
- Delannoy, C. (2008). *Au risque de l'adoption: une vie à construire ensemble*. Paris: Éditions La Découverte.
- Derrida, J., & Roudinesco, E. (2004). *De que amanhã... diálogos*. (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freud, S. (1996a). *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise: Parte III*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917.).
- Freud, S. (1996b). *Totem e tabu*. (Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913/1914.).
- Freud, S. (1996c). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905.).
- Freud, S. (1996d). Sobre as Teorias Sexuais das Crianças. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908.).
- Freud, S. (2010a). Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise. Conferência 33. A Feminilidade. In. *Obras Completas: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)* (Vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1933.)

Freud, S. (2010b). Sobre a Sexualidade Feminina. In: *Obras Completas: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)* (Vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1931.)

Freud, S. (2011a). Psicologia das Massas e Análise do Eu. (Capítulo 7: Identificação). In: *Obras Completas: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)* (Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho original publicado em 1921.).

Freud, S. (2011b). O eu e o Id. In: *Obras Completas: O eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1923.)

Freud, S. (2011c). A organização genital infantil. In: *Obras Completas: O eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1923.)

Freud, S. (2011d). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Obras Completas: O eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1925.)

Freud, S. (2011e). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: *Obras Completas: O eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1925.)

Freud, S. (2013) As pulsões e seus destinos. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica. (Texto original publicado em 1915.)

Fortems, A. (2013, janeiro). Tabou: la famille homoparentale de la fille de Freud. Recuperado em 06 de novembro de 2013, de <http://www.rue89.com/2013/01/07/tabou-dans-la-psychanalyse-la-famille-homoparentale-de-la-fille-de-freud-238361>.

Garcia, J.C. (2001). *Problemáticas da Identidade Sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Grossi, M., & Uziel, A. P. (2007). Parceria Civil e Homoparentalidade: o debate francês. In: *Conjugalidades, Parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

Haddad, G. (2008). A família entre a cultura e a subjetividade atual: o papel do amor. Publicado em Percurso. In: *Presença do analista, 41(ano XXI)*

Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Herbrand, C. (2006). L'adoption par les couples de même sexe. *Courrier hebdomadaire du CRISP*, 2006/6 n° 1911-1912, pp. 5-72, doi : 10.3917/crisp.1911.0005.

Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In: *A criança na contemporaneidade e a psicanálise* (Comparato, M.C.M., & Monteiro, D.S.F., orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kehl, M. R. (2006). *Mínima Diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.

Lacan, J. (2008). *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1984)

Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise* (4ª ed., P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Laqueur, T. W. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. (Trabalho original publicado em 1992)

LEI nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. (2009, 03 de agosto). Nova Lei Nacional de Adoção. Recuperado em 10 de novembro de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm.

Levinzon, G. K. (2004). *Adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Levinzon, G. K. (2006, janeiro/junho). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. In: *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 14(1), pp. 24-31.

Lévi-Strauss, C. (1987). La Familia. In: *Polemica sobre el origen y la universalidade de la familia*. Barcelona, Espanha: Editorial Anagrama.

Mello, L. (2005). *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.

Mezan, R. (1986). *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*. Campinas, SP: Escuta.

Mijolla, A. de (2005). *Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Rio de Janeiro: Imago.

Mijolla-Mellor, Sophie. (2009). *Le choix de la sublimation*. Paris: PUF.

Ministère des Affaires Étrangères (2012). *L'adoption internationale en France*. Recuperado em 29 de outubro de 2013, de http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/Rapport_statistique_2012_cle8c651d.pdf.

Osorio, L. C. (1996). *Família Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Ozoux-Teffaine, O. (2004). De la separation à la filiation: du couchant au levant, une nouvelle vie pour l'enfant en adoption tardive. In: *Enjeux de l'adoption tardive: nouveaux fondement pour la clinique* (Ozoux-Teffaine, O., org.) Ramonville Saint-Agne, France: Éditions Érès.

Peiter, C. (2011). *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni Editora.

Person, E., & Ovesey, L. (1999). Teorias psicanalíticas da identidade de gênero. In: *Diferenças sexuais* (Ceccarelli, P., org.), pp. 121-150. São Paulo: Escuta.

Poli, M. C. (2007). *Feminino/Masculino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Quinet, A., & Coutinho, M. A. J. (Orgs.). (2013). *As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização*. São Paulo: Segmento Farma.

Ribeiro, P. C. (2000). *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta.

Ribeiro, P. C. e cols. (2010). *Imitação: seu lugar na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ribeiro, P. de Carvalho. (2005). Gênero e identificação feminina primária. In: *Psicologia em Revista*, 11(18), pp. 238-256. Recuperado em 07 de janeiro de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000200007&lng=pt&tlng=pt.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Roudinesco, E. (2009). *Em defesa da psicanálise: ensaios e entrevistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (Discursante). (2012). Commission des lois sur le Mariage Pour Tous. [Vídeo]. Recuperado em 26 de julho de 2013, de <http://www.youtube.com/watch?v=fO6Ka0uJ-2Q>.

Stoller, R. (1982). *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago.

Stoller, R. (1984). *Sex and gender: the development of masculinity and femininity* [Versão eletrônica]. Londres: Karnac Books. (Trabalho original publicado em 1968).

Stoller, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Young-Bruel, E. (1992). *Anna Freud: uma biografia*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1988).

Zambrano, E. (2006). *O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Vênus.

* Letra da música “Paula e Bebeto”, de Milton Nascimento e Caetano Veloso.